

Filipe Miguel de Almeida Gomes

**Estratégias de desenvolvimento local para
criar dinâmicas e oportunidades em
territórios de baixa densidade no Algarve**



2021

Filipe Miguel de Almeida Gomes

**Estratégias de desenvolvimento local para criar
dinâmicas e oportunidades em territórios de
baixa densidade no Algarve.**

DISSERTAÇÃO

Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Carla Maria Rolo Antunes

Professora Doutora Maria Belém Costa Freitas



2021

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Filipe Miguel de Almeida Gomes

Direitos de cópia ou Copyright

© Copyright: Filipe Miguel de Almeida Gomes

A Universidade do Algarve tem o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Dedicatória

Aos meus pais, por todo o amor e apoio.

Agradecimentos

À minha Teresa, por toda a paciência, apoio, amor e vida partilhada.

À Joana pela amizade, carinho e por toda a ajuda.

Às minhas coordenadoras, Professora Maria Belém Costa Freitas e Professora Carla Antunes, pelo convite e desafio de abordar um tema tão estimulante e por todo o apoio e orientação prestado sem os quais esta dissertação não teria sido realizada.

Ao Engenheiro João Ministro, cuja ajuda foi importantíssima, por toda a disponibilidade e resposta paciente a todas as minhas muitas questões.

Ao Professor António Covas pelos conselhos e indicações.

Aos Professores Maria Emília Costa, Margarida Vieira e Mário Reis da Universidade do Algarve pela disponibilidade.

Ao Presidente da Câmara de Alcoutim, Osvaldo Gonçalves, por toda a disponibilidade em partilhar a sua experiência e visão para o território de Alcoutim.

À Presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, Margarida Correia, pela simpatia e disponibilidade.

Ao Dr. Joaquim Mealha (Câmara Municipal de Loulé), ao Eng. Artur Gregório (Associação In Loco), ao Dr. Idálio Revez (Fundação Manuel Viegas Guerreiro), aos Professores José Carlos dos Santos e Bruno Leite (Projeto Geraz com Querença) e ao Dr. João Martins (Projeto “Aldeias Ribeirinhas do Grande Lago do Alqueva”).

A todos os que se disponibilizaram a participar, contribuindo para este trabalho.

E, principalmente, a todos os estagiários do Projeto Querença e mestrandos do Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da edição 2016/18, pela disponibilidade.

A vossa ajuda foi essencial para a realização deste trabalho. Sem vocês este não existiria.

TÍTULO: Estratégias de desenvolvimento local para criar dinâmicas e oportunidades em territórios de baixa densidade no Algarve.

MESTRANDO: Filipe Miguel de Almeida Gomes

ORIENTADORES: Professora Doutora Carla Maria Rolo Antunes
Professora Doutora Maria Belém Costa Freitas

Resumo

Os territórios rurais de baixa densidade estão sujeitos a processos de despovoamento e desertificação. A aldeia de Querença (Loulé) perdeu entre 2001 e 2011 3,7% da população residente (INE, 2011) e no concelho de Alcoutim observa-se uma diminuição da população de 17% (2010-2019) e um índice de envelhecimento de 651 idosos por 100 jovens (Pordata, 2021). O objetivo deste estudo foi analisar os resultados de duas iniciativas de promoção e desenvolvimento rural implementadas em territórios de baixa densidade: a aldeia de Querença através do Projeto Querença; e o concelho de Alcoutim pela edição do Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da Universidade do Algarve nos anos letivos 2016/18.

O Projeto Querença consistiu numa iniciativa de resgate territorial que integrava ações de cariz social, interações simbólicas e empreendedorismo (Martins & Covas, 2013). Envolveu várias entidades, públicas e privadas, com grande impacto mediático.

O Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais, lecionado em *b-learning* pela Universidade do Algarve, teve como território anfitrião, em 2016/18, o concelho de Alcoutim. A parceria com o Município teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento, através de várias atividades no território e das dissertações de mestrado realizadas pelos estudantes.

No estudo foi utilizada a triangulação para obtenção de dados, através de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Sobre o PQ ficou evidente a importância que teve a conjugação de diferentes entidades públicas e privadas, o apoio financeiro e material por parte de patrocinadores e a mediatização propiciada pela comunicação social. Observou-se o surgimento de novas empresas, uma cooperativa de desenvolvimento local e de um produto inovador (Barra Energética de Querença), assim como a organização de um mercado mensal e a replicação da metodologia do PQ noutras áreas rurais de baixa densidade. O MGSER facilitou o acesso a formação num concelho rural e isolado e criou um conjunto de soluções inovadoras, baseadas no estudo e na investigação académica, para a exploração das mais-valias do território através do desenvolvimento de quatro dissertações sobre o concelho.

Palavras-chave: Territórios de baixa densidade; despovoamento; desertificação; Querença; Alcoutim

TITLE: Local development strategies to create dynamics and opportunities in low-density territories in the Algarve

MASTER STUDENT: Filipe Miguel de Almeida Gomes

MAIN ADVISORS: Carla Maria Rolo Antunes, Ph. D.
Maria Belém Costa Freitas, Ph. D.

Abstract

Low-density rural territories are subject to depopulation and desertification processes. Querença (Loulé) lost 3.7% of the resident population (INE, 2011) between 2001 and 2011 and in the municipality of Alcoutim there was a 17% decrease in the population between 2010- and 019 and an aging rate of 651 elderly per 100 young people (Pordata, 2021). The aim of this study was to analyze the results of two initiatives that took place on development of low-density territories.

The Querença Project (QP) was a territorial rescue initiative that integrated actions of a social nature, symbolic interactions and entrepreneurship (Martins & Covas, 2013).

The Masters in Sustainable Management of Rural Areas (MSMRA), had the municipality of Alcoutim as its host territory during 2016/18 and it was taught in b-learning by the University of Algarve. The partnership with the Municipality aimed to contribute to the territory development, through various activities in *situ* and the Master students' dissertations.

Triangulation was used to understand the phenomena in study and reach the results, specifically through bibliographic research and semi-structured interviews. In regards to the Querença Project, it was evident that the combination of different public and private entities, the financial and material support by sponsors and the media coverage. The emergence of new companies, a local development cooperative and an innovative product (BEQ) are examples of this development, as well as the organization of a monthly market and the replication of the Querença Project's methodology in other low-density rural areas. MSMRA facilitated access to training in a rural and isolated municipality and created a set of innovative solutions, based on academic research, for the exploration of the territory's added value through the presentation of four dissertations about the municipality.

Key-words: Low-density territories; depopulation; desertification; Querença; Alcoutim

Índice geral

| | Página |
|---|---------------|
| Índice de figuras..... | XIII |
| Índice de tabelas e gráficos..... | XV |
| Índice de gráficos..... | XVI |
| Lista de abreviaturas e siglas..... | XVII |
| Capítulo 1 - Introdução..... | 1 |
| 1.1 - Objetivos..... | 3 |
| 1.2 - Organização..... | 3 |
| Capítulo 2 - Revisão Bibliográfica..... | 5 |
| Capítulo 3 - Metodologia..... | 11 |
| Capítulo 4 - Casos de estudo..... | 17 |
| 4.1 - Caso de estudo: Querença..... | 18 |
| 4.1.1 - Caracterização do território da aldeia de Querença..... | 18 |
| 4.1.2 - Projeto Querença “Da Teoria à Ação - Empreender o Mundo Rural..... | 21 |
| 4.1.2.1 - Edições do Projeto Querença..... | 22 |
| 4.1.2.2 - Implementação da primeira edição..... | 22 |
| 4.1.2.3 - Implementação da segunda edição..... | 26 |
| 4.2 - Caso de estudo: Alcoutim..... | 27 |
| 4.2.1 - Caracterização do território do concelho de Alcoutim..... | 27 |
| 4.2.2 - Mestrado em Gestão Sustentável Espaços Rurais da Universidade do Algarve em Alcoutim..... | 29 |
| Capítulo 5 - Resultados..... | 31 |
| 5.1 - Projeto Querença..... | 32 |

| | |
|---|------------|
| 5.1.1 - Resultados obtidos a partir de revisão bibliográfica..... | 32 |
| 5.1.2 - Resultados obtidos através de entrevistas..... | 55 |
| 5.1.3 – Alguns projetos baseados no Projeto Querença..... | 66 |
| 5.2 - Mestrado de Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da Universidade do Algarve em Alcoutim..... | 71 |
| 5.2.1 - Resultados obtidos através da análise das dissertações do MGSER..... | 71 |
| 5.2.2 - Resultados obtidos através das entrevistas..... | 81 |
| Capítulo 6 - Discussão..... | 89 |
| Capítulo 7 - Considerações Finais..... | 95 |
| Referências Bibliográficas..... | 101 |
| Anexos..... | 117 |
| Anexo 1- Programa da semana de campo do MGSER em Alcoutim | 118 |
| Anexo 2 - Guião de entrevistas realizadas aos estagiários do PQ..... | 119 |
| Anexo 3 - Guião de entrevistas realizadas aos alunos do MGSER..... | 120 |

Índice de figuras

| | Página |
|---|---------------|
| Figura 3.1 - Esquema da metodologia adotada para análise ao Projeto Querença..... | 14 |
| Figura 3.2 - Esquema de metodologia adotada para análise ao Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da Universidade do Algarve, edição 2016/18 em Alcoutim..... | 15 |
| Figura 4.1 - Concelho de Loulé, União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim com indicação da aldeia de Querença..... | 18 |
| Figura 4.2 - Esquema de funcionamento do Projeto Querença..... | 21 |
| Figura 4.3 - Mapa do concelho de Alcoutim..... | 28 |
| Figura 5.1 - Trabalhos agrícolas na primeira edição do Projeto Querença..... | 36 |
| Figura 5.2 - Plano de jardim sustentável desenvolvido durante a primeira edição do PQ..... | 39 |
| Figura 5.3 - Fotografia do jardim sustentável construído na primeira edição do PQ tirada em maio de 2021..... | 39 |
| Figura 5.4 - Exemplos de cartazes de divulgação de atividades organizadas na primeira edição do Projeto Querença..... | 40 |
| Figura 5.5 - Barra Energética de Querença e questionário de avaliação..... | 42 |
| Figura 5.6 - Logótipo do Projeto Querença..... | 43 |
| Figura 5.7 - Embalagem criada no âmbito da primeira edição do Projeto Querença..... | 43 |
| Figura 5.8 - Cabaz com produtos na primeira edição Projeto Querença..... | 43 |
| Figura 5.9 - <i>Newsletter</i> de março e abril de 2012 do Projeto Querença..... | 44 |
| Figura 5.10 - Exemplo de linha de comunicação de restaurante..... | 44 |
| Figura 5.11 - Fotografias de mercados mensais de Querença..... | 46 |

| | |
|---|----|
| Figura 5.12 - Exemplos de documentos para a execução de <i>workshops</i> para crianças no mercado mensal de Querença..... | 47 |
| Figura 5.13 - Cartazes de divulgação do mercado mensal organizado pelo Projeto Querença..... | 47 |
| Figura 5.14 - Logótipos de alguns projetos com origem no Projeto Querença..... | 66 |
| Figura 5.15 - Proposta de traçado para o percurso de pequena rota PR1 ‘Das Hortas ao Vascão’..... | 75 |
| Figura 5.16 - Proposta de traçado para o percurso de pequena rota PR2 ‘Moinho da Figueira’..... | 75 |
| Figura 5.17 - Exemplos de visualização do ficheiro executável em <i>Google Earth</i> | 77 |
| Figura 5.18 - Proposta de logótipo e slogan para promoção de Alcoutim..... | 80 |
| Figura 5.19 - Material de marketing com slogan e <i>site</i> para promoção de Alcoutim.... | 83 |

Índice de Tabelas

| | Página |
|--|---------------|
| Tabela 4.1 - Índice de envelhecimento por local de residência (Concelho de Loulé e algumas Freguesias em 2011) | 19 |
| Tabela 4.2 - Índice de envelhecimento por local de residência (Concelho de Alcoutim) | 29 |
| Tabela 5.1 - Alguns dos resultados apresentados após o final da primeira edição do Projeto Querença..... | 33 |
| Tabela 5.2 - Proveitos da componente agrícola da primeira edição Projeto Querença | 36 |
| Tabela 5.3 - Custos da componente agrícola da primeira edição do Projeto Querença | 37 |
| Tabela 5.4 - Custos dos projetos associados à componente agrícola da primeira edição do Projeto Querença | 38 |
| Tabela 5.5 - Tabela recebimentos na primeira edição do Projeto Querença..... | 45 |
| Tabela 5.6 - Pagamentos na primeira edição do Projeto Querença..... | 45 |
| Tabela 5.7 - Recebimentos originados no mercado mensal da primeira edição do Projeto Querença..... | 46 |
| Tabela 5.8 - Análise SWOT da prática de pedestrianismo no concelho de Alcoutim.... | 74 |
| Tabela 5.9 - Análise SWOT do concelho de Alcoutim baseada em entrevistas..... | 78 |

Índice de Gráficos

| | Página |
|---|---------------|
| Gráfico 5.1 - Avaliação dos estagiários dos objetivos propostos pelo Projeto Querença..... | 64 |
| Gráfico 5.2 - Avaliação dos estagiários da planificação do Projeto Querença..... | 64 |
| Gráfico 5.3 - Avaliação dos estagiários da duração temporal do Projeto Querença..... | 65 |
| Gráfico 5.4 - Avaliação dos estagiários da implementação prática do Projeto Querença..... | 65 |
| Gráfico 5.5 - Avaliação dos resultados do Projeto Querença pelos estagiários | 66 |
| Gráfico 5.6 - Avaliação dos objetivos da iniciativa pelos alunos do MGSER..... | 86 |
| Gráfico 5.7 - Avaliação do apoio logístico para a execução da iniciativa pelos alunos do MGSER | 86 |
| Gráfico 5.8 – Avaliação do apoio financeiro para a execução da iniciativa pelos alunos do MGSER | 87 |
| Gráfico 5.9 - Avaliação da implementação prática da iniciativa pelos alunos do MGSER | 87 |
| Gráfico 5.10 - Avaliação dos resultados da iniciativa pelos alunos do MGSER,... | 88 |

Lista de abreviaturas e siglas

- ARA - Aldeias Ribeirinhas do Grande Lago do Alqueva
- ATMTGLA - Associação Transfronteiriça do Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva
- BEQ - Barra Energética de Querença
- CIC - Comissão Interministerial de Coordenação
- CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- COOPDES - Cooperativa para o Desenvolvimento de Geraz do Lima
- DR - Diário da República
- EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- EDP - Energias de Portugal
- FCMP - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal
- GR - Grande Rota
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- MGSER - Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais
- NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PQ - Projeto Querença
- PR - Pequena Rota
- QRER - Cooperativa para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
- SWAT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*
- UE - União Europeia



Fotografia da Igreja Matriz de Querença (Fonte: Própria).

Capítulo 1



1 - Introdução

A inovação tem uma importância essencial na promoção do desenvolvimento rural em áreas de baixa densidade, nomeadamente ao potenciar o aparecimento de iniciativas empreendedoras sustentáveis (Amaro, 2003 em Pernet, 2016), sendo um fator relevante a sua capacidade de formação de redes com diferentes entidades e parceiros de modo a fomentar o emprego e a criação de valor (Galvão et al., 2020). Contudo, em áreas rurais, o potencial transformativo necessita, por vezes, de ser importado, quer em ideias, em pessoas ou em apoios (mais ou menos diretos), pelos intervenientes com responsabilidades mais relevantes, tais como as autarquias, as universidades, as instituições e as empresas ligadas ao território.

Este trabalho teve como problema de investigação analisar como duas iniciativas de promoção e desenvolvimento em áreas de baixa densidade contribuíram para o aumento de inovação e de conhecimento nos territórios em estudo, assim como o seu papel na promoção e implementação de atividades de empreendedorismo sustentáveis.

A presente dissertação aborda duas iniciativas:

- O Projeto Querença “Da Teoria à Ação - Empreender o Mundo Rural” que consistiu, de forma global, na implementação de projetos para servirem de base para atividades de empreendedorismo a partir de estágios profissionais de recém-licenciados. Este Projeto teve o apoio da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, da Universidade do Algarve, da Câmara Municipal de Loulé, da Junta de Freguesia de Querença, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, assim como de outras entidades. Foram executadas duas edições, uma em 2011/2012 e outra em 2014/2015 com algumas diferenças e já não apenas dirigida a recém-licenciados. Posteriormente à realização do Projeto Querença, foram implementados outros projetos semelhantes, mas autónomos, noutras localidades rurais do país;
- A edição 2016/18 do Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da Universidade do Algarve que decorreu em regime de *b-learning*, numa parceria com a Câmara Municipal de Alcoutim, culminando em várias dissertações sobre o concelho e na realização de alguns seminários com professores e especialistas convidados, contribuindo para a descentralização do conhecimento e para o desenvolvimento de um território de baixa densidade.

1.1 - Objetivos

O principal objetivo do presente trabalho foi analisar os resultados de duas iniciativas de promoção e desenvolvimento rural implementadas em territórios de baixa densidade: a aldeia de Querença através do Projeto Querença; e o concelho de Alcoutim pela edição do Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da Universidade do Algarve nos anos letivos 2016/18.

Como objetivo secundário da avaliação do Projeto Querença, avaliou-se o nível de concretização dos objetivos propostos, fazendo-se a comparação entre os resultados obtidos logo após a concretização e no momento da realização desta dissertação, através de pesquisa bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas aos estagiários das duas edições, aos coordenadores, a entidades públicas e privadas do território envolvidas na iniciativa, aos professores da Universidade do Algarve que apoiaram os estagiários e à população. Avaliou-se também de forma breve, outras iniciativas que se basearam no Projeto Querença e que aconteceram em outras localidades rurais do país.

Relativamente à edição do MGSER em Alcoutim, avaliaram-se os resultados da realização do mestrado quer ao nível dos alunos (na sua componente escolar) quer no território (através da análise das dissertações de mestrado e de entrevistas semiestruturadas aos alunos e a entidades públicas e privadas relacionadas com a iniciativa). Avaliou-se também o modo como a realização do MGSER dinamizou o território de Alcoutim através de aulas e de seminários com professores convidados e das visitas realizadas pelos alunos e docentes do mestrado durante a semana de campo.

1.2 - Organização

O presente trabalho é constituído por sete capítulos e três anexos. No primeiro capítulo de introdução, apresentou-se a organização e os objetivos da dissertação, enquanto no segundo capítulo se fez uma revisão bibliográfica sobre as temáticas em estudo. No terceiro capítulo foi descrita a metodologia adotada.

No quarto capítulo analisaram-se os casos de estudo de Querença e de Alcoutim, sendo que no primeiro caso foi feita uma caracterização do território e estudaram-se as duas edições do Projeto Querença “Da Teoria à Ação - Empreender o Mundo Rural”. No segundo caso de estudo realizou-se a caracterização do território e analisou-se o Mestrado em Gestão Sustentável Espaços Rurais da Universidade do Algarve.

No quinto capítulo expuseram-se os resultados das duas iniciativas analisadas, tendo por base pesquisa bibliográfica e as entrevistas realizadas a todos os intervenientes disponíveis.

No sexto capítulo discutiram-se os resultados e no sétimo capítulo fizeram-se algumas considerações finais que incluíram as limitações do estudo e as propostas de futuros trabalhos, após o que se seguem a Bibliografia e os Anexos.

Capítulo 2



2 - Revisão Bibliográfica

A análise do espaço rural é complexa e multidimensional. A própria definição de “rural” é variável, pois está sujeita a determinações subjetivas dependentes do contexto social e cultural, assim como de padrões de uso e ocupação do solo e de paisagem (FAO, 2018).

As áreas rurais podem ser definidas como “áreas com uma densidade demográfica relativamente baixa e sem cidades de dimensão significativa” (CEMAT, 2011, p.2), mas também como comunidades administrativas locais situadas fora dos aglomerados urbanos, que se caracterizam, na sua maioria, por uma menor densidade populacional, uma imagem sociogeográfica e cultural específica, proximidade de recursos naturais e, por conseguinte, perspectivas económicas diferentes e, simultaneamente, comprovadas necessidades de melhoria de serviços especificamente destinados aos jovens e à população em geral (Conselho da União Europeia, 2020). Segundo Ferrão (2000) as áreas rurais podem também ser definidas em relação à sua proximidade física, funcional, socioeconómica e sociodemográfica dos centros urbanos, considerando assim que existem áreas rurais centrais ou periféricas e marginais ou profundas. Nestas últimas as relações entre as zonas urbanas e as zonas rurais vão-se tornando mais frágeis e deprimidas tendo em consideração a sua demografia, disponibilidade de recursos e acessibilidades (Clemente, 2016).

As áreas rurais cobrem aproximadamente 75% da área dos países da OCDE (OECD, 2006) e 57% do território da União Europeia (Comissão Europeia, 2012), enquanto em Portugal correspondem a cerca de 80% do território (Ferreiro et al., 2015). De forma global, estas têm vindo a sofrer grandes alterações, especialmente nas tecnologias agrícolas utilizadas, na indústria agroalimentar, na sua demografia e no aparecimento de novas atividades (Torre & Traversac, 2011). Em muitas regiões rurais, o emprego deixou mesmo de ser predominantemente agrícola e desenvolveram-se expressões regionais muito diferenciadas com um mercado de atividades rurais não agrícolas (turismo, lazer, caça, etc.) (Baptista, 2001). Nestas áreas estão presentes riscos e fragilidades associados ao envelhecimento da população, à baixa densidade populacional, à pouca diversidade económica, a poucas oportunidades de trabalho, à distância a mercados e serviços, à ocorrência de fogos florestais e à desertificação (Ferreiro et al., 2015; OCDE, 2006).

Este último fenómeno tem um grande impacto no espaço rural, consistindo num processo evolutivo de degradação do solo, associado às características edafoclimáticas locais e às atividades humanas e que se observa, essencialmente, em zonas áridas, semiáridas ou sub-húmidas (Sivakumar, 2007) ou como definem as Nações Unidas na Convenção Internacional de Combate à Desertificação, na “degradação do solo, da paisagem e do sistema bio produtivo terrestre, em áreas áridas, semiáridas e sub-húmidas, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas” (ONU, 1994, p. 4). Por vezes, confunde-se desertificação (fenómeno natural) com despovoamento (fenómeno socioeconómico), estando, no entanto, estes fenómenos relacionados e interligados (Roxo, 2008). Apesar da importância dos fatores naturais na promoção da desertificação, são, essencialmente, as atividades humanas que tem uma maior relevância (Mohan K. Wali et al., 1999 em Roxo, s.d.). A desertificação pode ter um impacto na comunidade local, pois ao originar perda de fertilidade dos solos acaba por levar ao declínio da agricultura, ao abandono da terra, à emigração e em último caso ao despovoamento, o que é principalmente relevante em zonas de baixa densidade populacional em que a estrutura produtiva é mais frágil, a população mais envelhecida e se torna mais difícil atrair jovens para trabalharem e viverem (Roxo, 2008). É, pois, necessária uma abordagem complementar para criar as condições, nomeadamente económicas, mas não só, para que a população mais jovem se fixe ao mesmo tempo que são colocados em prática modos de gestão sustentável que aproveitem as condições locais e que minorem a degradação do solo e o processo de desertificação que o segue.

Neste contexto a promoção de iniciativas de desenvolvimento local “é de grande importância de modo a travar o despovoamento e a desertificação, criando as condições e promovendo o empreendedorismo” (Pernet, 2016), que possibilitará uma maior diversificação, beneficiando estes territórios (Müller, 2016; Stathopoulou et al., 2004 em Sá et al., 2018) e contribuindo para a valorização de recursos naturais, herança cultural e qualidade de vida das populações residentes (MacDonald & Jolliffe, 2003; Tregear, 2005 em Sá et al., 2018).

A promoção do empreendedorismo tem ganho proeminência como uma técnica de desenvolvimento rural, devido ao seu baixo custo e grande potencial para criação de empregos (Fortunato, 2014 em Galvão et al., 2020). Segundo Korsgaard et al. (2015), é necessário distinguir entre dois géneros de empreendedorismo em áreas rurais: o empreendedorismo rural e o empreendedorismo em áreas rurais, sendo que o primeiro é

baseado na criação de riqueza a partir de recursos naturais das zonas rurais onde se inserem e o segundo tem como princípio que o espaço rural é apenas um entre outros e que a área de negócio não está dependente do espaço em que se desenvolve.

Segundo Amaro (2003) em Pernet (2016), as condições que regem o empreendedorismo são as referentes à inovação, à adaptação e à regulação e quando estes critérios estão satisfeitos serão promovidas a satisfação das necessidades da população local e a melhoria das suas condições de vida a partir das suas próprias capacidades. No entanto, não se pode considerar que será apenas através da criação de emprego que se pode alcançar o desenvolvimento rural (Hernández-Maestro et al., 2009), pois as capacidades socioeconómicas, de infraestruturas e técnicas das zonas rurais têm vindo a mudar e a perspetiva global é que o desenvolvimento sustentado não pode ser realizado sem a intervenção da população local e que soluções baseadas em perspetivas mais limitadas sobre as dinâmicas dos territórios têm muitas vezes falhado em originar resultados sustentados (Nguyen et al., 2018).

Para Galvão et al., (2020), é essencial a capacidade de criar redes com outros negócios locais ou entidades, como a população, associações, negócios locais, universidades, entre outros, com o objetivo de apoiar e fomentar o empreendedorismo e possibilitar a criação de oportunidades e a criação de valor através da inovação. Outros autores concluíram que não existem diferenças na criação de riqueza e promoção de desenvolvimento, quer este tenha origem em empreendedorismo local ou através de empreendedores recém-chegados ao território (Gülümser et al., 2011).

Em Portugal, para tentar combater as assimetrias e dificuldades das zonas rurais, surge em 2015 uma classificação geográfica oficial dos territórios de baixa densidade, apresentada pela Comissão Interministerial de Coordenação do ‘Portugal 2020’ (Deliberação n.º 55/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação [CIC]), assente numa abordagem multicritério que considerava a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e as acessibilidades como indicadores de territórios de baixa densidade (Deliberação n.º 55/2015 da CIC) e a CIC sob proposta da Associação Nacional de Municípios, classifica 165 municípios e 73 freguesias como municípios pertencentes a territórios de baixa densidade (Mota, 2019). Para valorizar os territórios de baixa densidade, através do Portugal 2020, por exemplo, existe um tratamento diferenciado relativamente à

abertura de concursos específicos, a critério de bonificação na apreciação de candidaturas e a majoração da taxa de apoio (Deliberação n.º 55/2015 da CIC).



Fotografia da Serra do Caldeirão (Fonte: Própria).

Capítulo 3



3 - Metodologia

A presente dissertação, que consiste globalmente na avaliação de duas iniciativas, teve por princípio, que a avaliação de um programa consiste, essencialmente, na recolha de informação e na sua interpretação com o objetivo de responder a questões sobre o seu desempenho e eficácia (Rossi et al., 2004).

Para a realização de investigações qualitativas podem ser utilizados três géneros de métodos de recolha de dados: a observação, a entrevista, que pode ser oral ou escrita e a análise de documentos (Bogdan & Biklen, 1994). Uma entrevista consiste numa conversa intencional dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra (Igea et al., 1995 em Barbosa, 2012) e uma entrevista semiestruturada consiste na combinação de perguntas abertas com perguntas fechadas e em que o entrevistador segue um conjunto de questões previamente definidas, dirigindo a discussão (Miranda, 2009). A sua principal vantagem é a sua capacidade de recolher com profundidade os testemunhos e as interpretações dos entrevistados, estando, contudo, limitada pela capacidade, neutralidade e competência do investigador, assim como pela possível falta de espontaneidade do entrevistado (Quivy & Campenheout, 2003).

De modo a reforçar o processo metodológico obtendo uma compreensão mais ampla dos fenómenos a analisar, utilizou-se a triangulação para a obtenção de dados, combinando diferentes pontos de vista e fontes de dados. A pesquisa bibliográfica foi combinada com entrevistas semiestruturadas, de modo a recorrer a várias perspetivas sobre a mesma situação, bem como para obter dados de diferente natureza e proceder, posteriormente, à comparação entre as diversas informações.

Inicialmente, os dados para a realização deste trabalho foram obtidos através de pesquisa bibliográfica e, especificamente, sobre o Projeto Querença, foram utilizados artigos científicos, dissertações de mestrado, publicações periódicas de âmbito nacional e regional, reportagens televisivas e de rádio. Foram também analisados os relatórios finais dos estágios profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Foram implementadas entrevistas à maioria dos estagiários e a todos os intervenientes que acederam a participar.

Na análise da edição 2016/18 do Mestrado em Gestão Sustentável de Espaços Rurais da Universidade do Algarve foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o território, foram analisadas as dissertações para a obtenção do grau de Mestre em GSER, publicações

periódicas, reportagens televisivas e foram realizadas entrevistas a todos os mestrandos e às entidades locais e a atores relevantes que se mostraram disponíveis para participar. Para a realização das entrevistas, foram criados guiões cujas questões tinham como objetivo obter as perspetivas pessoais do maior número de intervenientes relativamente às suas expectativas iniciais, à implementação das iniciativas, ao acompanhamento e apoio disponibilizado e aos resultados obtidos. A presença de questões de resposta aberta e fechada, possibilitou a abordagem de diferentes temáticas por parte dos entrevistados de um modo livre, ao mesmo tempo que permitiu recolher as suas experiências de forma quantitativa.

As entrevistas foram implementadas aos estagiários do PQ e aos alunos do MGSER, devido à sua experiência direta na iniciativa e adaptadas aos restantes intervenientes. Estas foram realizadas sempre que possível de forma presencial, embora a maioria tenha sido por videoconferência ou por chamada telefónica, devido à sua facilidade e segurança, pois a realização desta dissertação coincidiu com a pandemia provocada pelo COVID-19.

Os entrevistados em ambas as iniciativas estarão identificados, respetivamente, como “Estagiário” (com a numeração de 1 a 12) para os estagiários do PQ e “Estudante” (com a numeração de 1 a 11) para os alunos do MGSER, de modo a proteger a privacidade dos mesmos. A mesma nomenclatura será utilizada na identificação dos relatórios dos estágios profissionais do PQ.

As respostas às questões livres das entrevistas realizadas aos diferentes intervenientes foram compiladas de acordo com a sua relevância relativamente aos objetivos propostos. As perguntas de resposta fechada foram analisadas com o apoio gráfico. Procedeu-se à recolha de informação através de pesquisa bibliográfica, tentando obter o máximo de dados sobre as iniciativas em estudo em trabalhos científicos (artigos científicos, dissertações de mestrado), publicações periódicas e documentos não publicados, de modo a poder realizar uma análise o mais completa possível. Na discussão complementou-se a experiência pessoal dos intervenientes, direta e indireta, com os dados recolhidos na bibliografia sintetizando os efeitos que as duas iniciativas em estudo tiveram no ganho de inovação e na implementação de atividades de empreendedorismo nos territórios.

Em seguida, indica-se para cada um dos Estagiários a respetiva área de formação:

Estagiário 1 - Marketing e Eventos;

Estagiário 2 – Arquitetura Paisagista;

Estagiário 3 – Biotecnologia;

Estagiário 4 – Gestão de Empresas;

Estagiário 5 – Engenharia Biológica;

Estagiário 6 – Agronomia;

Estagiário 7 – Agronomia;

Estagiário 8 – Biologia;

Estagiário 9 – Design;

Estagiário 10 – Geologia;

Estagiário 11 – História e Património Local;

Estagiário 12 – Engenharia Alimentar.

A metodologia utilizada para a análise de cada um dos casos de estudo está resumidamente apresentada nas figuras abaixo (Figura 3.1 e Figura 3.2).

Pesquisa bibliográfica;

Contacto inicial com o coordenador executivo do Projeto Querença;

Caracterização do território de Querença;

Visita a Querença para recolha de documentação e outra informação;

Entrevistas com os estagiários das duas edições do Projeto Querença;

Entrevistas à população de Querença, à presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, a um técnico da Câmara Municipal de Loulé, a uma associação de desenvolvimento local localizada no território (Associação In Loco) e aos professores da Universidade do Algarve que apoiaram atividades do Projeto;

Entrevistas com responsáveis de Projetos com origem no Projeto Querença (Projeto Geraz com Querença e Projeto Aldeias Ribeirinhas do Alqueva);

Análise dos resultados tendo por base as entrevistas, os relatórios finais de estágios profissionais, as várias publicações sobre o PQ e sobre alguns dos projetos que tiveram origem no PQ;

Conclusões e propostas para futuros trabalhos.

Figura 3.1: Esquema da metodologia adotada para análise ao Projeto Querença.

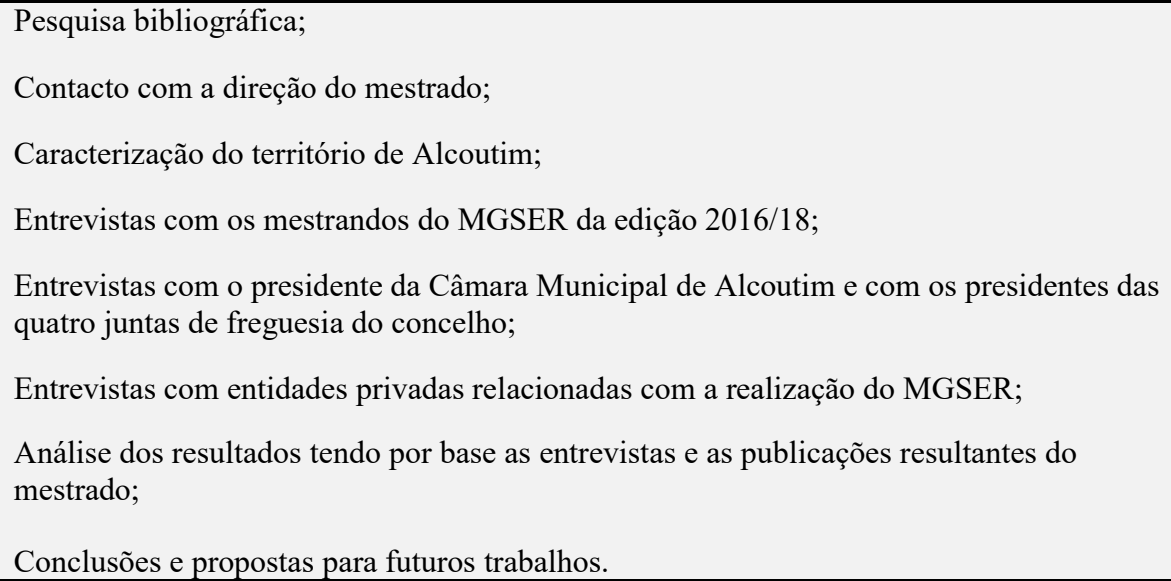


Figura 3.2: Esquema de metodologia adotada para análise ao Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da Universidade do Algarve, edição 2016/18 em Alcoutim.



Fotografia de atividade agrícola em Querença (Fonte: Projeto Querença).

Capítulo 4



4 - Casos de estudo

4.1 - Caso de estudo: Querença

4.1.1 - Caracterização do território da Aldeia de Querença

A aldeia de Querença e o território envolvente, no concelho de Loulé, estão incluídos na Unidade Territorial Serra e na Subunidade Territorial Caldeirão, embora com uma grande proximidade com a Unidade Territorial Litoral Sul e Barrocal, Subunidade Espargal/Fonte Santa/Alcaria/Ribeira de Algibre (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural, 2007).

O concelho de Loulé é o maior do distrito de Faro e um dos maiores de Portugal e tendo em consideração as suas características naturais, abrange as três sub-regiões morfológicas identificáveis na região algarvia: o litoral, o barrocal e a serra (Fonseca, 2014). É um concelho com grande variedade de ocupação do território, com o litoral e a sede de concelho muito urbanizados e relacionados com o turismo e com os serviços, respetivamente, e com algumas aldeias e vilas mais dispersas no interior e em que as atividades económicas estão maioritariamente associadas à agricultura, à indústria extrativa e a alguns serviços ligados ao turismo da natureza, entre outros (Câmara Municipal de Loulé, 2006).

A aldeia de Querença, localizada a aproximadamente onze quilómetros a Norte de Loulé, encontra-se atualmente inserida na União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, criada em 2012, ao abrigo da Lei nº 22/2012 de 30 de maio, nascendo da agregação das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim (Figura 4.1).

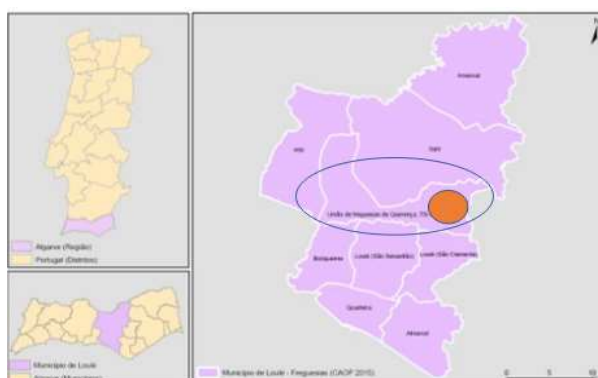


Figura 4.1: Concelho de Loulé, União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim () com indicação da aldeia de Querença () (Fonte: Câmara Municipal de Loulé, 2016).

Em 2001, a anterior freguesia de Querença totalizava 788 habitantes que se distribuía por uma área de 33,6 km², uma grande diminuição populacional relativamente a um passado recente e que coincidiu com o envelhecimento da população residente (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, 2007). Entre 2001 e 2011 a freguesia perdeu 3,7% da sua população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2011), o que representa uma estrutura populacional extremamente frágil (Covas, 2011 em Fernandes, S., 2013). Como se pode observar na Tabela 4.1, a antiga freguesia de Querença tinha em 2011, um índice de envelhecimento de 357, acima dos valores do concelho, da região e de Portugal. O que sucede também com as antigas freguesias de Benafim e Tôr, respetivamente, 392,3 e 246,2, informação relevante, pois como mencionado, englobam a atual União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim.

| Local de residência (à data dos Censos 2011) | Índice de envelhecimento (N.º) (à data dos Censos 2011) |
|---|--|
| Portugal | 127,8 |
| Continente | 130,6 |
| Algarve | 131,1 |
| Loulé | 132,5 |
| Querença | 357 |
| Benafim | 392,3 |
| Tôr | 246,2 |

Tabela 4.1: Índice de envelhecimento por local de residência (Concelho de Loulé e algumas freguesias em 2011) (Fonte: INE, 2012).

Associado ao envelhecimento populacional, é de referir o decréscimo da taxa de natalidade e o êxodo da população mais jovem (Cunha Lima et al., 2016) devido à pouca capacidade de criar emprego, mas também à falta de habitação (Fonseca, 2014).

Os dados preliminares dos censos 2021, demonstram que embora tenha existido um aumento de 3,1% na população do concelho (mais 2210 pessoas), na União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim observou-se uma diminuição de 7,1%, referente a menos 193 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

O Algarve tem características climáticas bastantes específicas, essencialmente devido à presença do Oceano Atlântico e das serras do Caldeirão, de Espinhaço de Cão e de Monchique que formam uma barreira aos ventos mais frios do Norte (CCDR, 2007). A geologia e o clima deram origem a uma divisão regional com três sub-regiões: a serra a Norte, com declives muito acentuados, solos delgados e pobres e vegetação espontânea em mato baixo, onde se destacam alguns arbustos como o medronheiro (*Arbutus unedo*)

e as árvores isoladas, em especial a azinheira (*Quercus ilex*) e o sobreiro (*Quercus suber*); o barrocal, a Sul da serra, com declives mais suaves resultantes da natureza calcária das formações, solos fracos e vegetação espontânea muito variada; e uma terceira sub-região que é o litoral, a Sul, de relevo pouco ondulado ou quase plano, solos muito antropomorfizados e ocupação intensa, quer agrícola quer urbana (CCDR Algarve, 2007).

A aldeia de Querença e o território envolvente são considerados como uma zona de transição entre a serra, em que predominam os xistos e os solos são mais ácidos, esqueléticos, pouco produtivos e com pouca matéria orgânica e o barrocal com solos calcários e alcalinos (Costa et al., 2004). Apresenta um clima temperado, marcadamente mediterrâneo, com invernos amenos e húmidos, verões quentes e secos, (Guerreiro, 2008 em Fernandes, R., 2013), sendo muito rico em recursos hídricos e património hidráulico ao longo da ribeira das Mercês e da Benémola (Fernandes, R. 2013).

Na atual união das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim existem dois espaços naturais de grande importância geológica e ambiental: a Rocha da Pena (que também inclui a freguesia de Salir) e a Fonte da Benémola, Sítios Classificados em 1991 (Decreto de Lei 391/91 de 10 de outubro do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais) e reclassificados em 2008 como Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena e Paisagem Protegida Local da Fonte Benémola (Aviso n.º 20717/2010 18 de outubro de 2010 da Câmara Municipal de Loulé). O objetivo era proteger e contribuir para a sua gestão, assim como para a identificação da riqueza natural e paisagística da região, da sua biodiversidade e das características morfológicas únicas” (Costa et al., 2004).

Segundo o Regulamento das Paisagens Protegidas Locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola (Aviso n.º 20717/2010 18 de outubro de 2010 da Câmara Municipal de Loulé, p. 51454), alguns dos seus objetivos são: “proteger e conservar os valores biofísicos, estéticos, paisagísticos e ecológicos do Barrocal; fomentar de forma equilibrada e sustentada, o desenvolvimento económico, social e cultural da região, incentivando e apoiando as atividades tradicionais; promover o ordenamento do território e divulgação dos seus valores naturais, arquitetónicos/arqueológicos e estéticos, bem como criar condições para a divulgação destes valores, como pólos de atração turística ou de lazer; e desenvolver práticas educativas e científicas de defesa e estudo dos valores naturais e culturais”.

A riqueza da Fonte da Benémola, local mais próximo da Aldeia de Querença e consequentemente mais relacionado com o objetivo deste trabalho, expressa-se na “variedade de paisagens e na presença da água que possibilitam a ocorrência de uma vasta comunidade de fauna e flora, com uma importante avifauna, flora mediterrânica e uma comunidade de libélulas e libelinhas muito singular” (Alho, 2014, p. 19). Associado ao referido anteriormente, está também presente uma importante riqueza hidráulica, com a presença de muitas fontes, nascentes, poços, minas de água, azenhas, noras, açudes e levadas ligadas a um passado agrícola (Costa et al., 2004).

4.1.2 - Projeto de Querença “Da Teoria à Ação - Empreender o Mundo Rural”

O Projeto Querença denominado, “Da Teoria à Ação - Empreender o Mundo Rural”, consistiu numa iniciativa de “resgate territorial” que integrava ações de interação social, de interações simbólicas e de empreendedorismo (Martins & Covas, 2013). Tinha como objetivo a dinamização de uma zona rural – área envolvente à aldeia de Querença - a partir da criação de um “grupo-missão” com alunos recém-licenciados e recém-mestres para a implementação de iniciativas inovadoras em diferentes áreas (Agronomia, Marketing, Design, Gestão de Empresas e Ambiente). Os estagiários aproveitaram as condições do território rural, apostando em iniciativas inovadoras de modo a criarem o seu próprio emprego.

Estes estagiários tinham a missão de conceber, planear, projetar e desenvolver um conjunto de ações em torno da dinamização desse espaço e respetivos recursos, procurando envolver os agentes públicos e privados (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2010), criando oportunidades e contribuindo para a sua valorização pessoal num território rural carenciado (Figura 4.2).



Figura 4.2: Esquema de funcionamento do Projeto Querença (Fonte: Adaptado de Ministro, 2012b).

Algumas das maiores fragilidades identificadas no território foram a existência de uma população, maioritariamente envelhecida e dispersa, o facto de grande parte da população ativa residente em Querença não trabalhar na aldeia e a falta de oportunidades de emprego para jovens (Alves & Fernandes, 2013). O Projeto foi implementado em duas edições, a primeira em 2011, com a duração de nove meses e a segunda em 2014 com a duração de doze meses. Os jovens receberam apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, através da realização de estágios profissionais. A diferente duração das duas edições esteve relacionada com a duração dos estágios.

Os objetivos iniciais da iniciativa, segundo a proposta “Da Teoria à Ação - Empreender o Mundo Rural. Microgeoeconomia de Áreas Rurais de Baixa Densidade” (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2010), consistiam em:

- Fomentar uma ligação entre os recém-licenciados de diferentes formações científicas e as áreas rurais em torno do desenvolvimento rural;
- Funcionar como estímulo da aldeia de Querença em termos sociais, culturais, ambientais e económicas, implementando iniciativas “inovadoras e planeadas, inseridas no tecido empresarial e associativo local, com perspectivas de continuidade e sustentabilidade económica”;
- Criar projetos sustentáveis capazes de originar oportunidades de emprego;
- Habilitar jovens para o mercado de emprego, com especial ênfase no empreendedorismo e na inovação e;
- Divulgar um novo método de dinamização do mundo rural.

4.1.2.1 - Edições do Projeto Querença

Como referido, o Projeto Querença foi implementado em duas edições, a primeira começou em setembro de 2011 e durou até ao fim de junho de 2012 e a segunda que teve início em fevereiro de 2014 e que durou doze meses.

4.1.2.1.1 - Implementação da primeira edição

A proposta inicial do Projeto (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2010), uma iniciativa concebida pelo Eng. João Ministro da empresa Proactivetur, foi apresentada a

António Covas, professor da Universidade do Algarve, sendo depois discutida e estruturada entre outubro e dezembro de 2010. Seguidamente foi apresentada à Fundação Manuel Viegas Guerreiro, uma organização sem fins lucrativos que desenvolve atividades com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural, social, ambiental e económico da região do Algarve (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2000), que concordou em ser promotora oficial da iniciativa através de um contrato de prestação de serviços com a Proactivetur.

De fevereiro a abril de 2011 foi estruturada a relação a estabelecer com a Universidade do Algarve e elaborada uma candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional para a realização dos estágios profissionais. Entre maio e junho de 2011 foram selecionados nove estagiários e entre julho e agosto foram realizados trabalhos preparatórios. Os estágios começaram em setembro de 2011 e terminaram em junho de 2012 e os jovens ficaram a morar em duas casas na aldeia de Querença, exceto um que já residia na freguesia.

Segundo Covas (2011), o Projeto Querença seguiu uma metodologia própria com uma divisão de tarefas e objetivos divididos em três fases: pré-projeto, projeto e pós-projeto. Na fase de pré-projeto seriam efetuados contatos preliminares, formada a equipa de trabalho, feita a prospecção e delimitação do território e a avaliação do estado dos recursos. Seriam definidas as linhas de orientação estratégica, metodológica e operacional e realizada a seleção dos estagiários e do grupo de trabalho na aldeia, assim como de um coordenador executivo para a gestão do projeto no local. Durante a fase do projeto os procedimentos previstos estavam organizados por trimestres.

Ao longo do primeiro trimestre (Covas, 2011) seria instalado o grupo de missão e a divisão do trabalho dentro do grupo, iniciadas as ações de interação social e simbólica com a população, implementado o primeiro esboço de atividades, produtos e serviços no território, assim como a escolha de atores rede e a formação de clubes de suporte. Durante o segundo trimestre estava programada a criação do desenho final da linha de atividades, produtos e serviços do território, a formação de redes comerciais dedicadas e primeiros testes de mercado, o desenho dos planos de negócio empresarial e a consagração de uma linha de projetos e interação social simbólica. No terceiro trimestre estava programada a realização dos planos de negócio, do plano de marketing do território e a estratégia comunicacional, do formato empresarial e a engenharia

financeira do projeto e do planeamento de candidaturas aos sistemas de incentivo em vigor. Durante a fase de pós-projeto, com a duração de seis meses, seria efetuada a consolidação da candidatura do projeto empresarial, da engenharia financeira, de parcerias, de acordos e cooperação empresarial e do Projeto Global de Querença nas suas três vertentes (social, simbólica e empresarial).

Uma característica essencial do Projeto foi a sua capacidade de conjugar entidades públicas, como a Câmara Municipal de Loulé e a Junta de Freguesia de Querença, mais tarde União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, com entidades privadas como a Fundação Manuel Viegas Guerreiro e outras empresas.

A Fundação Manuel Viegas Guerreiro foi um dos parceiros fundamentais do Projeto, pois foi a instituição a partir da qual foram realizadas as candidaturas aos estágios profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Esta foi instituída por escritura celebrada a 11 de Abril do ano 2000 no Cartório Notarial de Loulé e reconhecida pelo Governo através da Portaria n. º1334/2004 de 23 de Dezembro (Bota, 2015).

A Câmara Municipal de Loulé apoiou o Projeto financeiramente, participando o pagamento dos estágios profissionais e logisticamente na execução e divulgação do mercado Querença, onde também a Junta de Freguesia teve um papel muito relevante.

Segundo informou em entrevista presencial, João Ministro, coordenador executivo do Projeto, este contou com o Alto Patrocínio de sua Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto da Economia e com o apoio financeiro da Caixa Geral de Depósitos (2 000 €) e da Fundação Calouste Gulbenkian (10 000 €). O PQ ainda ganhou o prémio Inovação da Caixa de Crédito Agrícola (5 000 €) e o prémio “Algarvio do Ano”, uma distinção do jornal “Barlavento” (Barlavento, 2013). Também a Honda, S.A apoiou logisticamente com a oferta de um conjunto de equipamentos agrícolas, como um motocultivador, uma moto-enxada, uma bombas de água, entre outros e dando apoio técnico e a Algar, S.A ofereceu composto orgânico para fertilização das hortas (Ministro, 2012).

Os parceiros da comunicação social foram a SIC, o Jornal Público, a Antena 1, o portal *Naturlink* e, a nível regional, o jornal Sul Informação e a Rua FM (Ministro, 2012a), embora tenham estado presentes outros meios de comunicação nacionais e internacionais.

Segundo Fonseca (2014), a orgânica do Projeto foi organizada do seguinte modo;

- Uma coordenação bicéfala, com uma componente mais prática, de coordenação das atividades dos jovens, da relação com a população local e com as entidades associadas ao projeto - coordenação operacional na pessoa do Eng. João Ministro;
- E uma outra com uma componente científica e de coordenação dos professores da Universidade do Algarve que apoiaram o Projeto - coordenação científica garantida pelo Prof. António Covas;
- Três entidades partilharam a responsabilidade da execução: a Universidade do Algarve que divulgou o Projeto, apoiou no recrutamento e deu apoio científico, a Câmara Municipal de Loulé que apoiou financeira e logisticamente e a Fundação Manuel Viegas Guerreiro que disponibilizou as infraestruturas de apoio, tendo sido a entidade promotora dos estágios profissionais e para a qual confluíram os fundos do Projeto;
- Uma comissão técnica constituída por professores da Universidade do Algarve que apoiaram os estagiários em áreas técnicas específicas;
- Um fórum de aldeia com o Presidente da Junta de Freguesia e membros de associações locais com o objetivo de criar uma relação entre os estagiários e a população da aldeia;
- Os patrocinadores privados que apoiaram financeira e/ou logisticamente o Projeto;
- A “equipa de missão”, correspondendo aos jovens estagiários.

O processo de seleção dos jovens foi realizado através do envio do currículo com uma carta de motivação dos candidatos, tendo originado 75 candidaturas, 30 das quais foram sujeitas a entrevistas (Ministro, 2012a). Estes foram escolhidos de acordo com as necessidades observadas no território, nomeadamente em Engenharia Biológica, em Biotecnologia, em Arquitetura Paisagística, em Biologia e em Agronomia (Martins e Covas, 2013) e com a existência de uma estrutura de apoio com elementos de Design, Marketing e Gestão de Empresas. Como mencionado, os jovens ficaram a residir na aldeia de Querença, exceto um que já residia na freguesia.

Quando se iniciou o estágio, os jovens começaram a criar os seus projetos iniciais a partir das suas formações de base, em grupo ou individualmente, orientados em torno de

“temáticas de desenvolvimento sustentável, ecoturismo e inovação” (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2010) e com a orientação da coordenação e da comissão técnica dos professores da Universidade do Algarve. A comissão técnica, sob a coordenação do Professor António Covas, apoiou em diversas áreas, nomeadamente, na componente agrícola com os Professores Mário Reis e Maria Belém Costa Freitas, na componente de Engenharia Alimentar através da Professora Margarida Vieira, na temática da Biotecnologia com a Professora Maria Emília Costa e no Empreendedorismo com o Professor Adão Flores.

Em termos práticos, existia uma reunião semanal, normalmente à segunda-feira, em que se fazia a planificação da semana de acordo com as necessidades e atividades programadas e de forma geral, todos os estagiários contribuíram para a execução dos projetos globais, ajudando e apoiando enquanto seguiam os seus próprios projetos.

4.1.2.1.2 - Implementação da segunda edição

A segunda edição do Projeto Querença teve como objetivo a continuidade de alguns projetos iniciados na primeira edição e o apoio aos jovens que se mantinham da primeira equipa, os estagiários licenciados em Arquitetura Paisagística, Marketing e Biologia, assim como o recrutamento de mais três estagiários para “reiniciar o ciclo de trabalho na freguesia de Querença e valorizar os recursos endógenos” (Ministro, 2013, p. 5). Os estágios profissionais tiveram a duração de doze meses em vez dos nove meses da primeira edição, tendo começado no início de fevereiro de 2014.

Em termos metodológicos, a segunda edição teve algumas diferenças relativamente à primeira, nomeadamente, não ser apenas dirigida a recém-licenciados e ter um maior foco no desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo – questão primordial também na primeira edição -, mas menos em ações de interação social e simbólica com a população, facto associado aos jovens não terem ficado a viver na aldeia de Querença, como tinha sucedido na primeira edição. Devido às diferenças de operacionalização, nem todos os estágios começaram ao mesmo tempo, ao contrário do que sucedeu na primeira edição, como foi mencionado pelos estagiários através de entrevistas telefónicas.

Os três jovens escolhidos para o Projeto tinham como formação Geologia, História e Património Local e Engenharia Alimentar, contudo, divergindo da primeira edição, estes não foram selecionados somente pelo seu perfil e área de formação, mas também pelo projeto proposto, pela sua planificação e pelo modelo de negócios de modo a diminuir o tempo de conceção. Os interessados em participar propuseram um projeto com um plano de negócios, analisando a sua viabilidade e adequabilidade ao território aquando da realização da candidatura. A escolha dos projetos foi feita pela empresa Proactivetur – entidade promotora dos estágios-, pela Câmara Municipal de Loulé e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, como um técnico da autarquia referiu em entrevista. Relativamente à orgânica da segunda edição do Projeto Querença, segundo o coordenador executivo, a coordenação deixou de ser bicéfala, passando o mesmo a exercer a função de forma global. Esteve também presente na segunda edição do PQ um participante da área agronómica. Este não fez estágio profissional, mas esteve associado ao Projeto através do usufruto de contatos institucionais e locais e da presença em eventos, nomeadamente no mercado da aldeia, como relatado pelo coordenador executivo.

A Fundação Manuel Viegas Guerreiro deixou de ser a entidade promotora dos estágios, passando a ser a empresa Proactivetur na qual o sócio-gerente era o coordenador do PQ. O Projeto passou a utilizar instalações disponibilizadas pela autarquia na aldeia de Querença em vez de ser na sede da Fundação. A comissão científica de apoio da Universidade do Algarve deixou formalmente de existir, embora os docentes tenham continuado a contribuir com o seu conhecimento, nomeadamente nas atividades de Engenharia Alimentar, como foi confirmado em entrevistas com as professoras da Universidade do Algarve.

4.2 - Caso de estudo: Alcoutim

4.2.1 - Caracterização do território do concelho de Alcoutim

O concelho de Alcoutim está incluído na Unidade Territorial do Baixo Guadiana e na Subunidade Territorial Alcoutim-Martim Longo situados na NUT III Algarve (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural, 2007). Situa-se no Nordeste Algarvio delimitado pelos concelhos de Loulé, de Tavira e de

Castro Marim e pelos concelhos alentejanos de Mértola e de Almodôvar para além da fronteira internacional com Espanha que acompanha o rio Guadiana (Figura 4.3).



Figura 4.3: Localização do concelho de Alcoutim (Fonte: Câmara Municipal de Alcoutim).

O concelho de Alcoutim é composto por quatro freguesias (União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro, Freguesia de Giões, Freguesia de Martim Longo e Freguesia de Vaqueiros), ocupando uma área de 575,4 km², o terceiro maior concelho do Algarve. O território é atravessado pelas ribeiras da Foupana e Odeleite, que desaguam na margem direita do rio Guadiana e com exceção do planalto entre Martim Longo, Pereiro e Balurco, toda a restante área do concelho é caracterizada por ser bastante acidentada, com 18% do território a apresentar declives superiores a 30% (Ludovico, 2018).

O concelho tinha em 2020 uma população de 2077 habitantes (uma diminuição de 739 habitantes desde 2011) e segundo o *site* Pordata (2021), entre 2010 e 2019 a densidade populacional da população residente passou de 5,2 indivíduos por km² para 3,8 indivíduos por km². Os dados preliminares dos censos de 2021, demonstram que houve uma diminuição de 396 habitantes, ou seja 13,6%, em relação a 2011 (INE, 2021).

Como se pode observar na Tabela 4.2, o índice de envelhecimento do concelho de Alcoutim tem vindo a aumentar: em 2011 era de 557,4 (enquanto no Algarve era de 131,1 e no continente português de 130,6), sendo em 2014 de 593,6, em contraste com 149,2 no Algarve e de 169,6 em Portugal Continental (INE, 2012; Pordata, 2021).

| Local de residência | Índice de Envelhecimento em 2011 | Índice de Envelhecimento em 2020 |
|----------------------------|---|---|
| Portugal | 127,8 | 165,1 |
| Continente | 130,6 | 169,6 |
| Algarve | 131,1 | 149,2 |
| Alcoutim | 557,4 | 593,6 |

Tabela 4.2: Índice de envelhecimento por local de residência (Concelho de Alcoutim) (Fonte: INE, 2012; Pordata, 2021).

Em termos climáticos, o Sotavento algarvio recebe menor precipitação do que o Barlavento, decrescendo para Leste, constituindo o vale do Guadiana uma das regiões mais áridas de Portugal continental e sendo o Nordeste algarvio considerado como uma zona semiárida, com muito elevada suscetibilidade dos solos, sendo extremamente sensível à desertificação (Dias & Santos, 2019; Rosário, 2004).

4.2.2 - Mestrado em Gestão Sustentável Espaços Rurais da Universidade do Algarve em Alcoutim

A execução do mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais em Alcoutim na edição de 2016/18 teve como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento do território: serão por isso analisadas as dissertações resultantes do mestrado, assim como alguns dos principais contributos que a semana de campo e a realização das aulas e dos seminários ajudaram ao desenvolvimento do concelho.

O MGSRE da Universidade do Algarve foi criado em 2006 (Deliberação n.º 1604-A/2007, publicado na DR, 2ª s, n.º 160, de 21 de Agosto de 2007), alterado em 2012 (Despacho n.º 9310/2012, publicado no DR, 2ª s, n.º 132 de 10 de julho de 2012), em 2017 (Aviso 11266/2017, publicado no DR, 2ª s, n.º 187, em 27 de setembro) e em 2020 (Aviso 13 869/2020, DR, 2ªs, n.º 179 de 14 de setembro).

Segundo informação disponível no *site* do curso, este “confere aos graduados capacidade para intervir no planeamento sustentável do território, nomeadamente ao nível do desenvolvimento local, da conservação do património natural, do turismo rural, da política agrícola e da implementação e controlo de práticas agrícolas sustentáveis” (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve, 2021).

Na sua génese as unidades curriculares eram lecionadas em modo presencial e foi no ano letivo de 2016/17 que passaram a ser lecionada em modo *b-learning*, com um momento – a semana de campo – em que os mestrandos e os docentes se deslocavam para um território rural para trabalhar em conjunto e abordar temáticas ou finalizar trabalhos de algumas unidades curriculares.

O MGSRE teve como território anfitrião, na edição de 2016/18, o concelho de Alcoutim, devido ao especial interesse demonstrado pela autarquia. Para além da realização da semana de campo, cujo programa se encontra no Anexo 1, de duas em duas semanas eram realizadas aulas e seminários presenciais, vários lecionados por investigadores convidados, no salão nobre da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Alcoutim apoiou de vários modos, disponibilizando transportes aquando da semana de campo, assim como alimentação em várias ocasiões. Contudo, o mais relevante apoio prestado foi a oferta da propina referente ao primeiro ano do mestrado para alunos residentes no concelho e da propina do segundo ano do mestrado para todos os mestrandos cujo projeto final para obtenção do grau de Mestre abordasse o território de Alcoutim. Tal incentivo originou alguns trabalhos de diferentes temáticas sobre o concelho e que serão abordados adiante. Para o presidente da autarquia, era importante “promover o conhecimento e formação específica em áreas como o combate à desertificação”, valorizando a Universidade do Algarve como um parceiro fundamental na busca de soluções responsáveis (Rodrigues, 2016). Num outro fórum, o presidente referiu que a iniciativa nasceu das “jornadas de reflexão promovidas pelo município de Alcoutim em torno de questões de sustentabilidade dos territórios do interior e do combate às consequências da desertificação”, valorizando a aposta nos “recursos endógenos e na prossecução de políticas públicas especialmente desenvolvidas para apoiar na fixação de empresas e criação de emprego” (Postal, 2016).

Capítulo 5



5 - Resultados obtidos

5.1 - Projeto Querença

O trabalho desenvolvido durante o Projeto Querença foi bastante diversificado, com o objetivo de promover o desenvolvimento do território, criando dinâmicas sociais e as bases de iniciativas de empreendedorismo baseadas em inovação. Uma análise sobre uma iniciativa tão ampla e com tantos níveis, obriga a uma desconstrução sistemática e de modo mais completo possível dos resultados obtidos.

Como referido na metodologia, foi realizada uma triangulação para a obtenção de dados tendo por base a pesquisa bibliográfica, nomeadamente analisando os trabalhos científicos publicados sobre a temática, os relatórios individuais dos estágios profissionais e a presença em órgãos de comunicação social. Foram também realizadas entrevistas estruturadas aos estagiários do Projeto e a várias entidades e outras pessoas que participaram ou presenciaram o trabalho e que demonstraram interesse em contribuir para o presente estudo. Neste enquadramento, foram entrevistados, o coordenador executivo e o coordenador científico do Projeto, a presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, um técnico da Câmara Municipal de Loulé, um vice-presidente da Fundação Manuel Viegas Guerreiro e jornalista, o coordenador de projetos da Associação In Loco, a maioria dos professores da Universidade do Algarve que estiveram diretamente envolvidos na iniciativa e 11 dos 12 estagiários do Projeto Querença.

5.1.1 - Resultados obtidos a partir de revisão bibliográfica

Após a conclusão do Projeto Querença, a coordenação técnica realizou uma avaliação dos resultados obtidos através de apresentação de relatórios, artigos ou entrevistas e através dos relatórios de final de estágio elaborados pelos estagiários. Os relatórios de estágios profissionais serão utilizados como complemento de outras informações, mas também serão alvo de uma análise mais aprofundada.

Também a coordenação científica e outros investigadores que acompanharam, de forma permanente ou pontual, a iniciativa publicaram artigos ou outros trabalhos científicos, avaliando através de diferentes perspetivas e abordagens, os resultados do Projeto Querença.

Os resultados da primeira edição do Projeto Querença foram apresentados pela coordenação técnica no Relatório Final do Projeto Querença, Balanço da Primeira Fase (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2012), como se pode observar na Tabela 5.1.

| Agricultura: |
|---|
| Constituição de banco de solos com mais de 20 hectares na antiga freguesia de Querença; |
| Recuperação de cerca de 2 hectares de terrenos agrícolas abandonados e da sua atividade produtiva; |
| Produção de mais de 200 kg de produtos agrícolas; |
| Comercialização de produtos agrícolas em 2 restaurantes em Loulé e num hotel em Vilamoura (Tivoli Marina); |
| Envolvimento de 8 voluntários na atividade agrícola em Querença e na adoção de terrenos do banco de solos; |
| Levantamento de produtos agrícolas tradicionais e recolha de sementes; |
| Estudo e caracterização de plantas silvestres comestíveis de Querença. |
| Engenharia Biológica / Alimentar: |
| Desenvolvimento e produção de uma “Barra Energética” destinada a público-alvo ativo e/ou desportista; |
| Desenvolvimento e melhoramento do processo de extração de coagulante do cardo para aplicação na indústria da produção de queijos. |
| Arquitetura Paisagista: |
| Desenvolvimento e instalação de jardim sustentável em espaço da Fundação Manuel Viegas Guerreiro; |
| Trabalhos preparatórios para instalação de um viveiro de plantas autóctones; |
| Levantamento cartográfico do sistema de levadas da Fonte da Benémola; |
| Constituição de empresa de prestação serviços na área da jardinagem sustentável e valorização paisagística. |
| Ecoturismo e Educação Ambiental: |
| Realização de 20 atividades de observação e interpretação do património cultural e natural de Querença; |
| Levantamento e caracterização das libélulas e libelinhas existentes no Vale da |

| |
|---|
| Benémola. |
| Design, Marketing e Eventos: |
| Realização de 9 Mercados de Querença na aldeia; |
| Realização de 1 Mercado de Querença em Vilamoura; |
| Realização de 24 eventos de divulgação, promoção e apresentação do Projeto; |
| Produção de Catálogo de divulgação das instalações da Fundação Manuel Viegas Guerreiro; |
| Realização de 2 semanas de voluntariado em Querença; |
| Elaboração de 1 vídeo promocional do Projeto Querença; |
| Conceção da linha de comunicação do Projeto; |
| Desenvolvimento da nova linha de comunicação para restaurante situado em Querença. |
| Gestão: |
| Gestão de fundo de maneiio do Projeto; |
| Elaboração de plano de negócios para o Projeto TASA; |
| Apoio à preparação dos projetos individuais de cada elemento da equipa; |
| Apoio a 2 empresas ao nível de gestão financeira. |

Tabela 5.1: Alguns dos resultados apresentados após o final da primeira edição Projeto Querença (Fonte: Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2012).

De acordo com a mesma fonte bibliográfica (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2012), estava também a ser preparada uma parceria com a Portugal Telecom para a criação de um projeto “*Coworking* em Querença”, com a conceção de um portal de vendas *on-line* dos produtos tradicionais de Querença e a criação de uma plataforma de *e-learning* em torno do espaço rural. Nenhum destes projetos foi concluído durante a duração do PQ.

Também era valorizada a parceria futura com o sítio de internet *Naturlink*, a relação com a Associação Internacional de Estudantes de Agricultura (*International Association of Students in Agricultural and Related Sciences - IAAS*) para a atração de voluntários e a gestão do banco de solos constituído em Querença. Considerava-se também como resultado positivo a replicação nacional de projetos baseados na metodologia do Projeto Querença, nomeadamente nos concelhos de Viana do Castelo, Alcoutim, Ourique e Tavira e na bacia do Alqueva e que serão abordados de forma breve neste trabalho.

O balanço do Projeto Querença foi considerado como “bastante positivo”, pois foi possível “testar uma nova e inovadora abordagem de intervenção territorial em espaço rural, com resultados diretos na comunidade local, tanto ao nível económico, social e ambiental”, assim como analisar o impacto que “uma equipa multidisciplinar de jovens licenciados, dinâmicos e criativos podia ter no aproveitamento multifuncional dos recursos de uma freguesia rural, numa lógica de valorização comercial, mas assente em princípios de sustentabilidade”, revelando “novas ideias inovadoras com potencial comercial e de dinamização dos recursos locais” (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2012, p. 10).

Depois de analisados os resultados apresentados no final da primeira edição do Projeto Querença (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2012) para se avaliar quais os resultados cujo impacto se manteve durante mais tempo no território e quais os mais pontuais nas duas edições do Projeto, será seguida a mesma divisão em grupos temáticos (Agricultura, Engenharia Biológica / Alimentar, Arquitetura Paisagista, Ecoturismo e Educação Ambiental, Design, Marketing e Eventos e Gestão).

A atividade agrícola foi uma das componentes com maior visibilidade do Projeto Querença, pois o território, rural com uma história de exploração agrícola, com condições favoráveis ao nível da qualidade dos solos e dos recursos hídricos e com vários terrenos férteis disponíveis, aparentava ter fortes possibilidades de viabilidade económica. Mário Reis, professor da Universidade do Algarve referiu em entrevista telefónica, ter dado o apoio técnico possível aos dois estagiários com formação em agronomia.

No âmbito do PQ foi criado um banco de solos com aproximadamente 20 hectares com o apoio da população local, através do fórum de aldeia e esta, grande parte de idade avançada, contribuiu para a limpeza dos terrenos, disponibilizando maquinaria e

ajudando fisicamente. Os oito terrenos do banco de terras – Corcitos, Borno, Vale dos Reis, Adega, Corte-Garcia, Fontainhas-Corgo, Horta dos Mimos e Arneirinha – foram sujeitos a análises para aferição da qualidade dos solos, foram preparados e foi decidido que alguns seriam explorados com culturas hortícolas em modo de produção biológico não certificado, pois seriam as que possibilitavam resultados no intervalo temporal de duração do Projeto, no que se denominou de projeto “Vales Verdes” (Figura 5.1). Os produtos hortícolas foram comercializados através de dois restaurantes de Loulé e um hotel (Hotel Tivoli em Vilamoura).



Figura 5.1: Trabalhos agrícolas na primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

Segundo o relatório de estágio profissional do Estagiário 4 com formação em Gestão de Empresas, a atividade agrícola teve um proveito de 806 €, referente à venda direta de produtos hortícolas (158 €) e de Cabazes e Produtos (648 €) como se observa na Tabela 5.2.

| Origem dos proveitos | Valor |
|-----------------------------|--------------|
| Vendas diretas | 158 € |
| Cabazes e produtos | 648€ |
| Total | 806 € |

Tabela 5.2: Proveitos da componente agrícola da primeira edição Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

Relativamente aos custos da atividade agrícola, estes correspondem aos custos variáveis, referentes a capital circulante (compra de consumíveis, utilizados na sua totalidade durante a execução do Projeto como combustíveis, etc.) e aos custos fixos. Relativamente a estes, só devem ser considerados como custos do Projeto a quota-parte dos mesmos utilizados pelo Projeto Querença. Assim, no caso do capital de exploração fixo, como ferramentas, etc. o seu valor foi dividido pelos meses de durabilidade expectável dos materiais (em média 10 anos, correspondendo a 120 meses) e multiplicou-se pelo número de meses que durou a primeira edição do PQ (nove meses).

A partir do relatório de estágio profissional do mesmo estagiário, com formação em Gestão de Empresas, os custos em capital circulante na primeira edição do PQ foram de 595 €; o capital de exploração fixo teve um custo de 18 € imputado aos nove meses do Projeto como se observa na Tabela 5.3.

Para os custos com o capital fundiário benfeitorias (sistema de rega e estufa), cuja durabilidade foi calculada em 10 anos, segundo informação prestada pela empresa que os comercializou (Plascampo, situada em Loulé), e utilizando a mesma metodologia referida anteriormente, o custo com este capital terá sido de, aproximadamente, 71 € nos nove meses do Projeto (Tabela 5.3).

| | | Custo imputado ao PQ | Total |
|---------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|--------------|
| Capital circulante | Sementes e plantas | 191 € | 595 € |
| | Combustível | 164 € | |
| | Atividade de plantação | 109 € | |
| | Material diverso | 39 € | |
| | Composto e fertilizante | 92 € | |
| Capital de exploração fixo | Análises do solo | 3,2 € | 18 € |
| | Material diverso | 15,1 € | |
| Capital fundiário benfeitorias | Sistema de rega | 41,9 € | 71 € |
| | Estufa | 28,8 € | |
| Custo Total | | | 684 € |

Tabela 5.3: Custos da componente agrícola da primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

Assim, os custos referentes à produção agrícola foram de 684 €; tendo os custos com os Cabazes e Produtos sido de 487 €, o total foi de 1171 €, como se observa na Figura 5.4.

| Custos | Valor |
|--------------------------------|---------------|
| Atividade de produção agrícola | 684 € |
| Cabazes e produtos | 487 € |
| Total | 1171 € |

Tabela 5.4: Custos dos projetos associados à componente agrícola da primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

No início, como observado nos relatórios dos estágios profissionais, os dois agrónomos tentaram criar um projeto de empreendedorismo comum para o pós-Projeto Querença, contudo, devido a divergências, tal não foi possível. Ambos tentaram criar a sua própria ideia de negócios e embora se tenham mantido no território de Querença durante mais algum tempo após o fim do PQ, não foi criada nenhuma iniciativa de empreendedorismo agrícola viável a médio prazo. Uma das razões para tal não ter sucedido pode ter sido a dificuldade de contratualização de terrenos do banco de terras, devido a partilhas de heranças (Fonseca, 2014). Assim, quando os estágios profissionais terminaram, os dois jovens agrónomos responsáveis pela iniciativa não continuaram com o projeto de venda de produtos agrícolas. Foi somente com o início da segunda edição do PQ que a componente agrícola teve seguimento quando um novo participante (que não realizou estágio profissional como referido anteriormente) aumentou o banco de solos, explorando os terrenos de forma autónoma até depois da finalização da segunda edição, como testemunhado pelo coordenador executivo em entrevista. Destas iniciativas não resulta, atualmente, qualquer exploração de terrenos agrícolas em Querença.

Associada à atividade agrícola foram recebidos oito voluntários, que também estiveram envolvidos na adoção de terrenos para o banco de solos (Fundação Manuel Viegas Guerreiro, 2012). Alguns dos voluntários, alunos de Agronomia em busca de uma experiência mais prática, consideraram na altura a experiência como “uma descoberta permanente” (Revez, 2012).

Relativamente ao estagiário licenciado em Arquitetura Paisagista, o seu trabalho consistiu no desenvolvimento de um projeto de criação de um viveiro de plantas autóctones, sem grandes necessidades hídricas e na conceção e implementação de um jardim sustentável num terreno abandonado da Fundação Manuel Viegas Guerreiro (Relatório do estágio profissional do Estagiário 2). Segundo este relatório de estágio, foi procurada “a criação de um espaço que representasse o todo da paisagem de Querença com uma área com flora autóctone, uma zona de horta e uma área de jardim sensorial” como observado na Figura 5.2. Este estagiário fundou uma empresa de jardinagem sustentável no concelho de Lagoa que também presta serviços na freguesia, segundo informação prestada pela presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim. Atualmente o jardim continua a existir, embora o nível de manutenção tenha sofrido alterações, como se pode observar na Figura 5.3.



Figura 5.2: Plano de jardim sustentável desenvolvido na primeira edição do PQ. (Fonte: Projeto Querença).



Figura 5.3: Fotografia do jardim sustentável criado na primeira edição do PQ tirada em maio de 2021 (Fonte: Própria).

Este estagiário desenvolveu também o levantamento cartográfico do sistema de levadas da Fonte da Benémola, com o objetivo de criar uma rota turística a partir do seu património hidráulico, juntamente com os estagiários de Biologia e de Engenharia do Ambiente (Fernandes, R. 2013). Estes dois estagiários, conceberam também uma rota de turismo, denominada rota de observação de libélulas e libelinhas (Alho, 2014) e foi preparada uma candidatura a fundos comunitários que envolvesse ambas as rotas. Foram produzidos vários documentos, nomeadamente a memória descritiva e o plano de

negócios, entre outros, todavia não foi possível obter os fundos que tornasse possível a candidatura a um financiamento comunitário (Relatórios dos estágios profissionais dos Estagiários 2 e 8).

Ainda da iniciativa dos mesmos dois estagiários foram realizadas várias atividades, tais como passeios temáticos, cursos de observação e identificação de fauna e flora, percursos pedestres, *photopaper*, *geocaching*, apresentações de livros, exposições, festas, concertos, peças de teatro, *workshops* de artesanato, *workshops* de culinária, *workshops* temáticos, atividades de apanha de produtos agrícolas, dias ativos e atividades de educação ambiental (Relatórios de estágios profissionais dos estagiários 5 e 8), como exemplificado na Figura 5.4.



Figura 5.4: Exemplos de cartazes de divulgação de atividades organizadas na primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença)

Segundo um destes estagiários (Relatório de estágio profissional do Estagiário 8), foram organizados 67 eventos, entre eles dez caminhadas/passeios temáticos, três dias ativos, dois cursos de interpretação da biodiversidade, cinco palestras científicas, 19 *workshops* temáticos, 21 eventos culturais e elaborado um plano de atividades de educação ambiental com a organização de sete atividades com a comunidade escolar do concelho. De acordo com o relatório de estágio profissional do estagiário licenciado em Gestão de Empresas (Relatório de estágio profissional do Estagiário 4), o que se observa é que,

não contabilizando as receitas dos mercados mensais, mas apenas as obtidas com as atividades de caminhadas, de educação ambiental, os eventos, o dia ativo e os cursos, houve um resultado positivo de 960 € (Tabela 5.5 e Tabela 5.6).

A partir do relatório final de outro estagiário da área ambiental (Relatório de estágio profissional do Estagiário 5), pode-se referir que estiveram presentes 472 participantes em atividades organizadas diretamente por si e mais 585 noutras atividades organizadas pelo PQ, sem contar com os presentes nas diferentes edições do mercado mensal que não foram contabilizadas oficialmente, mas que foram consideradas à volta de 3000 (Ministro, 2012b). Segundo o mesmo estagiário, foi também criado um caderno de boas práticas locais, associado à marca “Projeto Querença” e após a finalização do PQ foram organizados dois campos de férias.

Os resultados referentes aos estágios na área da Biotecnologia/Engenharia Alimentar consubstanciaram-se na criação de dois produtos baseados em investigações anteriores da Universidade do Algarve, exemplos da cooperação entre a academia e o PQ, nomeadamente através dos seus laboratórios.

Tendo por base o relatório de estágio profissional do estagiário com formação em Biotecnologia (Relatório de estágio profissional do Estagiário 3), um dos produtos criados foi um coagulante extraído do cardo (*Cynara cardunculus*) por liofilização, para aplicação na indústria da produção de queijos através de um protocolo para a produção de um soro de forma a cumprir padrões standardizados. O trabalho teve como base estudos de modificação do processo de obtenção do extrato enzimático coagulante, asséptico e conservado à temperatura de congelação (Patente de Invenção Nacional nº 103359), com base em investigação desenvolvida na Universidade do Algarve (Costa, 1994; Gomes, 2002; Gomes, 2005). Foram feitos testes na queijaria Flor de Cardo, localizada em Azeitão. A Universidade do Algarve apoiou a execução deste projeto embora, segundo referido em entrevista pela Professora da Universidade do Algarve Maria Emília Costa, tenha faltado “financiamento para possibilitar a transferência de tecnologia, de modo a criar uma empresa, assim como para a compra de equipamentos, nomeadamente, estufas de secagem”.

O outro produto criado foi a “Barra Energética de Querença”, também referida como BEQ, utilizando produtos locais com origem no pomar de sequeiro do Algarve, tais como a alfarroba, o figo, a amêndoa e o mel (Relatório de estágio profissional do

Estagiário 3) a partir de anterior investigação desenvolvida na Universidade do Algarve (Silva et al., 2013). Tinha como público-alvo, a população mais ativa e/ou desportista e foi divulgada em iniciativas organizadas pelo PQ através da sua oferta, seguida de preenchimento de inquérito de satisfação como exemplificado na figura 5.5. Foi realizado um ensaio na fábrica “Amendoal” (Relatório de estágio profissional do Estagiário 3).



Figura 5.5: Barra Energética de Querença e questionário de avaliação (Fonte: Projeto Querença).

Na segunda edição do PQ, a fórmula da Barra Energética de Querença foi melhorada por um novo estagiário integrado no Projeto, tendo sido estabelecido um protocolo com uma empresa de panificação do concelho (Pastelaria “Amendoal”) e apostou-se ainda mais na sua utilização para desportistas, nomeadamente com a divulgação em atividades de *trail running*. A BEQ concorreu ao concurso “Valores do território” no âmbito das Jornadas Técnicas - Fruteiras Tradicionais do Algarve, organizadas pela associação In Loco, com o título “*Scale-up* da produção de uma barra energética com frutos secos algarvio” tendo ganho o primeiro prémio no valor de 3 000 € que segundo a Professora da Universidade do Algarve, Margarida Vieira, foram utilizados “para investir na fase de industrialização do produto” (Tecnoalimentar, 2015, p. 19). Em 2015, a BEQ foi igualmente reconhecida como exemplo de um caso de empreendedorismo com base no território rural (Caetano & Ferreira, 2015). Após a finalização do PQ, foi criada a empresa BEQ – Suplementos alimentares Lda. que atualmente explora o produto. A Barra Energética de Querença englobou a Rota da Dieta Mediterrânea, uma iniciativa da associação de desenvolvimento local In Loco (Gregório, s.d.).

O estagiário licenciado em Biotecnologia da primeira edição da iniciativa deu também apoio a duas empresas localizadas em Querença, uma gelataria artesanal e uma empresa de produção de doces e licores. Contudo, para além de alguns trabalhos prévios sobre legislação, rotulagem, metrologia e aconselhamento em gestão providenciado pelo estagiário licenciado em Gestão de Empresas (Estagiário 4), o apoio não teve continuação (Relatório de estágios profissional do Estagiário 3).

Os restantes estagiários, respetivamente com formação em Design, Marketing e Eventos e em Gestão de Empresas, formaram uma estrutura de apoio para os outros estagiários. Neste sentido, o estagiário de Design produziu muitos documentos de divulgação das atividades, criou o logótipo (Figura 5.6) e a linha de comunicação do PQ, embalagens para produtos (Figura 5.7 e 5.8), *newsletters* (Figura 5.9) e, de forma geral, toda a componente de imagem associada ao Projeto Querença, como foi referido em entrevista. Foi também desenvolvida uma nova linha de comunicação para um restaurante da aldeia de Querença (Figura 5.10).



Figura 5.6: Logótipo do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).



Figura 5.7: Embalagem criada no âmbito da primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).



Figura 5.7: Embalagem criada no âmbito da primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).



Figura 5.9: *Newsletter* de março e abril de 2012 do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).



Figura 5.10: Exemplo de linha de comunicação de restaurante (Fonte: Projeto Querença).

O estagiário licenciado em Marketing e Eventos esteve diretamente relacionada com todas as atividades organizadas pelo Projeto, com especial ênfase no Mercado de Querença. Fez também, em conjunto com o estagiário formado em Design, um *booklet* sobre a sede da Fundação Francisco Manuel Viegas Guerreiro em Querença, para a promoção e rentabilização do espaço (Relatórios de estágio profissional do Estagiário 1).

O estagiário com formação em Gestão de Empresas, por sua vez, deu apoio técnico aos estagiários no desenvolvimento do modelo adequado para a execução dos projetos, na elaboração de planos de negócio e nos estudos de viabilidade financeira. Apoiou duas empresas locais, que não tiveram continuidade, e elaborou o plano de negócios para o projeto TASA (Relatório de estágio profissional do Estagiário 4). Realizou também o plano financeiro provisório do Projeto Querença Paisagem, da autoria do estagiário com formação em Arquitetura Paisagista e foi responsável pela gestão do fundo de caixa e pela elaboração de mapas de fluxo de caixa para cada uma das atividades desenvolvidas.

Globalmente, foram contabilizados recebimentos no valor de 5 924 € e realizados pagamentos no valor de 5 150 € como discriminado nas tabelas 5.5 e 5.6. O estagiário foi também responsável pela gestão financeira do Mercado mensal, no qual 10% do

volume de vendas de todos os vendedores revertia para o Projeto, cujos resultados são observados na tabela 5.7.

| Recebimentos | Valor |
|----------------------------------|----------------|
| Mercados | 1 847 € |
| TASA | 58 € |
| Fundação Manuel Viegas Guerreiro | 500 € |
| Caminhadas | 258 € |
| Educação Ambiental | 58 € |
| Cabazes e Produtos | 648 € |
| Eventos | 1 052 € |
| Dia Ativo | 125 € |
| Venda de hortícolas | 158 € |
| Cursos | 390 € |
| Outros | 830 € |
| Total | 5 924 € |

Tabela 5.5. Recebimentos na primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

| Pagamentos | Valor |
|----------------------------------|---------------|
| Mercados | 444 € |
| Outros (consumíveis, etc.) | 456 € |
| TASA | 31 € |
| Fundação Manuel Viegas Guerreiro | 1 031 € |
| Educação ambiental | 8 € |
| Cabazes e produtos | 487 € |
| Eventos | 771 € |
| Dia Ativo | 10 € |
| Cursos | 134 € |
| Voluntariado | 336 € |
| Barra Energética | 131 € |
| Atividade agrícola | 1311 € |
| Total | 5150 € |

Tabela 5.6. Pagamentos na primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

| Recebimentos com origem no Mercado Querença por mês | Valor |
|---|---------|
| Outubro | 296 € |
| Novembro | 259 € |
| Dezembro | 254 € |
| Janeiro | 213 € |
| Fevereiro | 266 € |
| Março | 159 € |
| Abril | 206 € |
| Maio | 194 € |
| Total | 1 847 € |

Tabela 5.7. Recebimentos originados no mercado mensal da primeira edição do Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

O Mercado de Querença, porventura a iniciativa com maior visibilidade do Projeto Querença (Figura 5.11), consistiu numa iniciativa mensal (no último domingo de cada mês) com uma temática agrícola (medronho, morango, etc.) e outra cultural (teatro, música, etc.). Tinha o objetivo de escoar o excesso de produção dos agricultores locais, o artesanato local e promover a atividade turística sempre com o envolvimento da população local (Fernandes, S., 2012). Foi uma atividade em que todos os estagiários participaram, quer na gestão e funcionamento do mesmo, quer na realização de atividades específicas relacionadas com a área de formação. Um exemplo do referido anteriormente foi a execução de *workshops* para crianças por parte do estagiário com formação em Biotecnologia (Figura 5.12).



Figura 5.11. Fotografias de mercados mensais de Querença (Fonte: Projeto Querença).



Figura 5.12. Exemplos de documentos para a execução de *workshops* para crianças no mercado mensal de Querença (Fonte: Projeto Querença).

Durante a primeira edição do PQ foram organizadas nove edições do mercado em Querença e uma edição em Vilamoura (Barlavento, 2012) atraindo mais de 3.000 visitantes e dando a conhecer mais de 50 diferentes produtos de Querença (Ministro, 2012b). Na Figura 5.13 podem-se observar alguns dos cartazes de divulgação do mercado de Querença.





Figura 5.13. Cartazes de divulgação do mercado mensal organizado pelo Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

O mercado contou com a colaboração da Câmara Municipal de Loulé na divulgação e em apoios materiais, e da Junta de Freguesia que apoiou de forma logística e materialmente, através da disponibilização de materiais de apoio como chapéus-de-sol e bancas. A presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim referiu em entrevista que estes materiais foram depois utilizados noutros locais da freguesia, nomeadamente em Benafim, na Feira de Tôr e na Festa em honra de São Luís. A realização do mercado em Querença continuou até 2017 (Sul Informação, 2017).

Na segunda edição do Projeto Querença, para além da realização do mercado, os objetivos foram mais focados no desenvolvimento de atividades de empreendedorismo. Assim sendo, e como foi mencionado anteriormente, a Barra Energética de Querença foi desenvolvida a partir do trabalho realizado na primeira edição. Outro dos resultados obtidos foi a rota da Cal e do Barro criada pelo Estagiário 11 com formação em História e Património Local a partir da sua dissertação de mestrado (Martins, 2012). Segundo o próprio, “a par do projeto empresarial, esta rota usa a cal e o barro, enquanto elementos naturais e tradicionais do interior do Algarve, como pretexto para conhecer o território e entendê-lo em termos físicos e naturais, assim como as pessoas que nele vivem e viveram e as atividades que nele se têm desenvolvido” (Folha de Domingo, 2014).

Um outro estagiário da segunda edição do PQ (Estagiário 10) fundou uma associação de *Trail Running*, a Associação Algarve *Trail Running*, que tem vindo a organizar atividades desportivas por toda a região (Sul Informação, 2018 e Sul Informação 2019), com especial ênfase na Ultra Trilhos Rocha da Pena, no concelho de Loulé (Sul Informação, 2017).

Após o final da segunda edição do Projeto Querença foi criada a Cooperativa para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade - em Querença alojada em instalações da Câmara Municipal de Loulé. Tem a finalidade de “desenvolver serviços de apoio aos cooperantes e aos seus projetos” (Ministro, 2016) e “contribuir para territórios mais competitivos, coesos, sustentáveis e colaborativos” através do apoio ao empreendedorismo, criando, implementando e acompanhando projetos de desenvolvimento local, prestando consultoria e criando e organizando eventos (<https://www.qrer.eu>). A QRIAR, Incubadora Criativa do Algarve, é um dos projetos geridos pela Cooperativa QRER e o coordenador executivo e alguns dos estagiários das duas edições do Projeto Querença estão, ou estiveram, associados à cooperativa. Também a rota da Cal e do Barro está incluída na oferta de atividades desta cooperativa.

A presença da comunicação social foi constante durante a duração do Projeto Querença, estando disponíveis artigos, reportagens e entrevistas de várias publicações da imprensa escrita, de televisões e de rádios nacionais e internacionais e considerou-se que seria importante a análise da perspetiva de alguns dos principais intervenientes, principalmente na fase final do mesmo, para complementar outros dados disponíveis.

Para o coordenador executivo, a escolha do local - Querença - foi essencial, pois não queriam “ir para um terreno inóspito” (Pereira & Miranda, 2016), havia um conhecimento prévio do território e tinham identificado um conjunto de recursos que poderiam ser aproveitados de forma sustentada (Chapuça, 2015). Foi considerado, contudo, que existiam alguns problemas a resolver, nomeadamente a “certificação do interior”, o “envelhecimento”, a “perda de oportunidades” e o “abandono do mundo rural”, e que seria importante criar oportunidades para jovens que tinham acabado o curso e que não tinham “a capacidade, ou os meios, de pôr em prática os seus conhecimentos” (SIC, 2011). O objetivo era tentar recuperar todo um conjunto de recursos, práticas agrícolas e inovações para que no final os estagiários pudessem “gerar o seu próprio emprego, se conseguissem fixar e gerar economia” (TVI, 2012), através

da entrada de capital humano qualificado (TSF, 2012). Em termos de resultados obtidos, revelou que o mais visível eram as hortas que estavam abandonadas e que no momento da entrevista – maio de 2012 – estavam a produzir, o aumento de motivação das pessoas da aldeia para voltarem a trabalhar na agricultura, assim como um novo impulso para as suas tradições e produtos, nomeadamente através do mercado de Querença (Antena 1, 2012a). Considerou ainda que foi possível dar relevância à aldeia de Querença através da implementação de uma abordagem em que a componente de criatividade foi muito bem trabalhada e que conseguiu “criar as condições para que eles [os estagiários] ficassem, sempre com um papel de dinamização da economia local” (Antena 1, 2012b). Conclui, contudo, afirmando que o “Projeto necessitava de uma fase de aperfeiçoamento”, reflexo da vontade em continuar com o Projeto numa segunda edição.

No lançamento da segunda edição do PQ, o coordenador executivo referiu que o processo de seleção foi diferente da primeira, baseado na apresentação de uma ideia estruturada, mais do que num perfil curricular e era avaliado o modo como esta se poderia “integrar noutros projetos existentes” e “ser uma mais-valia para o território” (Diário de Notícias, 2013). Relata também que não estavam preocupados com qualificações ou idades, querendo “ideias válidas ao encontro dos nossos objetivos para o território” e que se “enquadrassem no que estava a ser feito” (Diário de Notícias, 2013).

No final da segunda edição, em 2015 (Chapuça, 2015), o PQ tinha como resultados a apresentar o desenvolvimento de duas empresas e algumas iniciativas como o Mercado de Querença. É, contudo, referida a falta de “apoios, parcerias/colaborações, financeiras, logísticas, ou noutro molde qualquer” para além do IEFP, da Câmara Municipal de Loulé e da União de Juntas de Freguesia de Querença, Tôr e Benafim.

Já em 2016, referindo-se essencialmente à primeira edição do PQ, os resultados são considerados como “aquém” do pretendido, pois embora os jovens tenham sido “desafiados a desenvolver ideias de negócio, a criar o próprio emprego” e muitos tivessem a ideia e a vontade, não assumiram o risco”, pois haveria “alguma imaturidade” (Pereira & Miranda, 2016).

Também em 2016, o coordenador executivo relata que em termos de resultados se destacam as “quatro iniciativas empresariais geradas, a organização desportiva criada e

sediada em Querença”, assim como o funcionamento do mercado de Querença, sublinhando o reconhecimento pelo recebimento de prémios nacionais (prémio “Inovação” da Caixa de Crédito Agrícola) e regionais (prémio “Algarvio do ano” do jornal “Barlavento”) (Ministro, 2013).

Já para o coordenador científico, António Covas (TSF, 2012), o apoio dado aos jovens para a criação de projetos na aldeia de Querença e para que estes se interligassem seria de extrema importância para que tivesse sido possível “complementar formação e conhecimentos, e aborrecimentos, e riscos e medos” (Iniciativa, 2011). Já no final do PQ, o coordenador, considerava que embora se tenha conseguido demonstrar que “juntando gente muito jovem é possível interagir com as populações e inverter os ciclos de despovoamento e desertificação que se verificavam” e que os nove meses de projeto representam “muito tempo como experiência de vida para os jovens” é, contudo, “muito pouco tempo como experiência empresarial” (Antena 1, 2011c). António Covas relatava que tinha ido a 32 municípios interessados em replicar a metodologia utilizada em Querença, principalmente em zonas de fronteira, e que estavam na época a ser implementados cinco projetos, sublinhando, todavia, a importância que os apoios, públicos e privados teriam, como fatores essenciais para o sucesso (Antena 1, 2011c).

Vítor Aleixo, presidente da Câmara Municipal de Loulé, referiu que, independentemente, “dos grandes investimentos feitos, nos últimos 40 anos, as pessoas abandonaram o interior” (Revez, 2014). Mencionou também que é necessário diversificar a economia do município, muito assente no turismo de sol e praia marcado por uma forte sazonalidade, fazendo um “balanço positivo” do Projeto Querença (Pereira & Miranda, 2016).

Duas outras das entidades apoiantes da iniciativa, a Fundação Manuel Viegas Guerreiro e a Junta de Freguesia de Querença, através dos seus presidentes na época, referem numa reportagem (TSF, 2012) o impacto positivo do PQ na aldeia. Manuel Viegas, antigo presidente da Junta, valorizou a capacidade de adaptação dos estagiários e a relação com a população com a qual trabalharam “par a par”, assim como a existência do mercado de Querença, para vender produtos agrícolas do Projeto, mas também excedentes dos agricultores da aldeia. Para Luís Guerreiro, presidente da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, os estagiários “tiveram uma aldeia inteira como laboratório”,

valorizando a capacidade destes se integrarem e criarem eventos e iniciativas que dinamizaram o espaço de forma muito positiva.

Já os estagiários relataram na mesma reportagem (TSF, 2012) que o trabalho desenvolvido demonstrava o espírito de entreajuda com o objetivo de criar um grupo coeso para “tirar proveitos deste investimento” (Estagiário 9), que existia vontade em ficar no território (Estagiário 6), ideias com viabilidade e confiança no sucesso (Estagiário 7).

A população teve um papel muito relevante na execução do Projeto Querença, tendo ajudado, principalmente, na componente agrária, partilhando conhecimentos e saberes antigos. Como testemunhou um popular, “eles aprendem comigo e eu com eles” (TVI, 2011). Outro popular referiu também que os estagiários iam ficar muito pouco tempo e quando comessem a ensinar e a criar amizades com as pessoas, iam-se embora (Biosfera, 2012), enquanto outra residente confessava que seria “uma pena se eles se fossem embora” (Revez, 2012).

O interesse e projeção que o Projeto Querença despertou, possibilitou a realização de diversos trabalhos científicos, feitos por autores diretamente relacionados com o Projeto (Martins & Covas, 2013, Fernandes, S. 2013) ou por outros investigadores externos (Cunha Lima et al., 2016; Fonseca, 2014; Olo, 2019; Silva & Silva, 2015).

Martins & Covas (2013), consideraram que foi uma iniciativa interdisciplinar e que, consequentemente, os resultados obtidos não foram homogéneos nem perfeccionados do mesmo modo por parte de todos os atores no território. Para os mesmos autores, e seguindo a metodologia proposta para o Projeto Querença, a fase que antecedeu o início da iniciativa e os primeiros dois trimestres foram muito positivos, principalmente no fomento das ligações com a população local, com a criação do banco de solos a utilizar e nos resultados preliminares da plantação de variedades hortícolas tradicionais. Contudo, o terceiro e último trimestre, não foi tão positivo, principalmente devido à consolidação do plano de negócios não ter sido igual para todos os participantes, ao diferente formato de empreendedorismo para cada negócio e a algumas dificuldades financeiras que impossibilitaram candidaturas a projetos comunitários.

Segundo Silva & Silva (2015), que abordaram o Projeto Querença através da formação de redes e parcerias como força motriz para o desenvolvimento local e de um turismo

comunitário e criativo, os resultados obtidos pelo Projeto apenas foram possíveis através do capital humano e social que possibilitou a união de pessoas com várias competências, provenientes da universidade, das organizações locais e da aldeia, contribuindo para dar visibilidade social e cultural à aldeia, para o resgate das tradições agrícolas e artesanais e para o início de uma comercialização de produtos locais. Por outro lado, Cunha Lima et al. (2016), que complementarmente abordaram a importância da componente do turismo comunitário para o desenvolvimento local e humano associado ao PQ, consideraram relevante a rede de parceiros para apresentar aos visitantes elementos culturais e turísticos do território algarvio. Relevaram também as particularidades histórico-culturais e paisagísticas, que valorizaram as atividades tradicionais identitárias da região criando produtos culturais e turísticos.

Para Fonseca (2014) os jovens estagiários teriam beneficiado de um Projeto mais estruturado, embora conclua que porventura, talvez alguns procurassem mais um emprego que a possibilidade de criar o seu próprio negócio. Menciona também que embora a coordenação tenha tentado motivar os jovens, comunidade e entidades parceiras para uma visão comum, de forma geral foi dada maior importância aos projetos de negócios individuais e a conceção de desenvolvimento não foi necessariamente conjunta com os outros atores envolvidos.

De acordo com outra autora (Olo, 2019), foi de grande importância a vinda dos jovens para a aldeia de Querença, através da dinamização de eventos tendo, contudo identificado a existência de algumas debilidades, nomeadamente a limitação espacial, pois a aldeia tem poucos recursos e não era capaz de corresponder às expectativas criadas e a existência de um período temporal relativamente limitado. Um outro fator considerado como limitativo pela autora, foi a fragilidade da comunicação vertical na organização da iniciativa.

Analisando oito dos nove relatórios individuais dos estágios profissionais de forma mais aprofundada, foi possível recolher outras informações que são, devido à proximidade temporal com o próprio Projeto Querença mais emocionais (em alguns dos casos), mas também mais próximos das experiências individuais de cada um e por consequência, parciais.

Para um dos estagiários (Relatório de estágio profissional do Estagiário 1), os aspetos mais positivos da iniciativa foram as relações humanas criadas, assim como o trabalho

em equipa, posição partilhada por mais participantes (Relatórios de estágio profissional dos Estagiários 2 e 3) que também mencionaram a importância da multidisciplinaridade da equipa. Um dos estagiários (Relatório de estágio profissional do Estagiário 3) ainda valorizou a disponibilidade de equipamentos e laboratórios da Universidade do Algarve, bem como dos responsáveis dos mesmos e as reuniões de troca de ideias com todos os elementos do grupo. Por outro lado, o mesmo estagiário refere como ponto negativo alguma dispersão de ideias na fase inicial do Projeto, as reuniões semanais pouco produtivas e o acumular de tarefas não relacionadas com a missão pessoal de cada um e que interferia com o ritmo de trabalho, questões consideradas também por outros estagiários (Relatórios de estágio profissional dos Estagiários 1 e 4).

Para um dos estagiários, “o investimento financeiro incerto abrandou alguns projetos e, lamentavelmente, deixou outros por serem concretizados”, mas “a equipa explorou as soluções mais sustentáveis para conseguir cumprir as suas tarefas semanais, pedindo ajuda regularmente à população e às entidades patrocinadoras” (Relatório de estágio profissional do Estagiário 1).

De acordo com outro estagiário (Relatório de estágio profissional do Estagiário 5), as principais dificuldades sentidas foram a falta de financiamento para realizar algumas atividades, a pouca participação da população da aldeia nas atividades organizadas pelo Projeto, assim como alguma falta de apoio por parte da comissão científica e da coordenação. Este mesmo estagiário considera, contudo, que a experiência foi uma “aventura” muito positiva, que foi muito gratificante viver na aldeia com as “gentes da terra” e que o Projeto beneficiou bastante do grupo que escolheu.

Um dos estagiários com formação em Agronomia (Relatório de estágio profissional do Estagiário 6) expõe a dificuldade de complementar o trabalho no campo, fisicamente exigente, com outras funções mais intelectuais, assim como a pouca capacidade para a criação de mais-valias agrícolas em, relativamente, pouco tempo e com pouca mão de obra, valorizando, contudo, a relação com a aldeia e com a sua população.

O outro estagiário com formação em Agronomia (Relatório de estágio profissional do Estagiário 7) relata como positiva a experiência de trabalho no campo, o fomento das cadeias de comercialização, o estilo de vida em meio rural e de forma muito relevante o “contato com as gentes da terra, que foi peça fundamental para toda a adaptação”. Considera que na área agrícola, “um Projeto desta envergadura necessitava de mais do

que nove meses para ser colocado em funcionamento e que a metodologia de colocar alunos sem experiência profissional, com espírito empreendedor, poucos recursos e com o intuito de gerar riqueza e postos de trabalho, poderia não ter sido a melhor”. Conclui, expressando que o “acompanhamento e avaliação por parte da comissão técnica poderia ter sido mais regular”.

Um dos estagiários (Relatório de estágio profissional do Estagiário 4) reflete que a projeção mediática existente ao longo dos nove meses, permitiu conseguir apoios bastante importantes, enquanto outros dos estagiários (Relatório de estágio profissional do Estagiário 3), em jeito de conclusão, menciona que os objetivos iniciais foram “cumpridos e talvez até superados na medida em que, apesar de não ter havido sucesso em relação à intervenção nas empresas locais, surgiram efetivamente ideias viáveis de aproveitamento da matéria-prima local para a produção de produtos de valor acrescentado”.

Finalmente, o Estagiário 8, no seu relatório (Relatório de estágio profissional do Estagiário 8) refere os nove meses como “uma experiência única, repleta de bons momentos de amizade, espírito de equipa, muitas aventuras e acima de tudo muito trabalho e dedicação”.

5.1.2 - Resultados obtidos através das entrevistas

Como referido anteriormente, foram feitas entrevistas aos estagiários do Projeto Querença e às entidades relacionadas, sendo que nestas últimas, devido à própria natureza da iniciativa, as entrevistas foram implementadas de forma mais livre, a partir de um guião orientador, tentando compreender de forma mais completa possível as motivações dos participantes e os resultados obtidos. Neste sentido, foi possível entrevistar o coordenador operacional e o coordenador científico do Projeto, a presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim um técnico da Câmara Municipal de Loulé, o vice-presidente da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, que também é jornalista com reportagens realizadas sobre a iniciativa e um responsável de projetos de uma associação de desenvolvimento local, a In Loco, cuja área de abrangência engloba a aldeia de Querença.

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2020 a junho de 2021, a 11 dos 12 estagiários do PQ, dez por telefone e uma por videochamada. O coordenador executivo foi entrevistado três vezes, duas por videochamada e uma presencialmente, tendo também respondido a questões através de correio eletrónico. O coordenador científico foi entrevistado de forma presencial e a presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim e o técnico da Câmara Municipal de Loulé através de chamadas telefónicas. O vice-presidente da Fundação Manuel Viegas Guerreiro foi entrevistado presencialmente e o responsável de projetos da associação In Loco através de videochamada.

João Ministro, coordenador executivo e impulsionador do PQ, com um passado no associativismo ligado à proteção da natureza e ao turismo da natureza e empresário na mesma área, referiu em entrevistas presenciais e por videoconferência, que a escolha de Querença para a implementação do Projeto foi de grande importância, pois tratava-se de uma área que, sofrendo os efeitos do despovoamento e da desertificação, tinha uma série de mais-valias que poderiam ser aproveitadas. Aludia à existência de espaços protegidos nas proximidades da aldeia de Querença, ao histórico de aproveitamento agrícola, à presença de recursos aquíferos e à relativa proximidade à sede de concelho, Loulé, e ao litoral. Algumas das outras mais-valias consideradas foram a presença de estruturas de apoio, como a existência de pequenos negócios, mas também da Fundação Manuel Viegas Guerreiro e da Junta de Freguesia de Querença.

Como coordenador executivo, teve uma função de proximidade com os estagiários e de ligação com as diferentes entidades ligadas ao Projeto. Na segunda edição do PQ, a sua empresa foi a entidade que agregou os estágios profissionais. Atualmente continua ligado ao território, através da sua empresa na área do turismo da natureza e da Cooperativa QRER.

Para o coordenador científico, António Covas, o Projeto Querença foi uma microexperiência, muito localizada numa aldeia com recursos muito limitados que partiu da iniciativa de duas pessoas. A iniciativa aconteceu numa altura muito especial da nossa história recente, quando em plena crise, Portugal estava sujeito a um procedimento de ajustamento financeiro e se sentia uma grande desmotivação nacional. Essa pode ter sido a razão porque captou o interesse e foi tão divulgado pela comunicação social.

Segundo António Covas, uma das iniciativas mais importantes foi a revitalização do mercado de Querença, pelo envolvimento por parte da população e pela grande visibilidade que trouxe à aldeia, como se comprova pelo convite do Marina Hotel em Vilamoura para a realização de uma edição do mercado em Vilamoura. Considerou que embora existissem algumas ilusões sobre os efeitos que o PQ poderia criar, este de alguma forma ultrapassou quem nele participou, tendo ganho uma dimensão para a qual não estavam preparados, nomeadamente através do apoio de várias empresas e da visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação social. O coordenador científico, considerou que atualmente um projeto daquela natureza teria mais impacto, devido à proliferação das plataformas de conhecimento e do saber, embora talvez pudesse não atingir a mesma dimensão devido à existência de outras iniciativas semelhantes. No geral apontou a falta de tempo, nomeadamente para a implementação dos projetos na área agrícola.

Para o Professor, os herdeiros da iniciativa são a cooperativa QRER que ainda se situa em Querença e os *hubs*, incubadoras e aceleradoras, que existem por todo o país. Sugere como possibilidades para o futuro do PQ a atualização do banco de solos com a implementação de uma plataforma de abastecimento local a partir de clientes institucionais, a aposta em percursos de natureza em espaços da Rede Natura 2000 e a implementação de vários projetos semelhantes, que poderiam decorrer em simultâneo, em vários locais e trabalhar em rede com um maior enfoque nas componentes simbólicas e criativas.

Como conclusão, referiu que se tratou de “um micro projeto, num micro tempo e num micro espaço” e que não se podem extrapolar as suas conclusões para outros territórios, pois cada escala tem o seu significado.

Para Joaquim Mealha, técnico da Câmara Municipal de Loulé, que esteve em contato com o PQ e que é natural da aldeia de Querença, esta foi escolhida porque está num estado intermédio entre a serra e o litoral, sofrendo os efeitos do despovoamento e da desertificação, enquanto mantém algumas das características que possibilitam a utilização do espaço para o turismo sustentável. O PQ tentou criar dinâmicas que diminuíssem o declínio económico e demográfico, melhorando as condições de atração para a população jovem, levando-as para o interior e fixando-as. A Câmara Municipal apoiou o Projeto através do pagamento da Segurança Social referente aos estágios

profissionais e da divulgação das diversas iniciativas que foram sendo realizadas. Na segunda edição do PQ a Câmara Municipal participou na escolha dos estagiários a partir da avaliação dos projetos apresentados.

Margarida Correia, presidente da União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim, que não exercia o cargo na altura da implementação do Projeto, mas que esteve ligada ao mesmo, principalmente através da organização do mercado mensal, considerou que se tratou de uma iniciativa muito interessante e gratificante, com uma equipa fantástica e um grande apoio por parte da população. Segundo a presidente, os resultados obtidos consistiram na criação de uma empresa de um dos estagiários, na Cooperativa QRER e na Associação de *Trail Running* do Algarve que promove uma atividade na Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena, território em parte incluído na freguesia (Ultra *Trail* Rocha da Pena que acontece normalmente em Agosto). Segundo esta responsável autárquica, algumas das dificuldades sentidas foram a falta de financiamento que impossibilitou a execução de projetos a longo prazo e a falta de habitação disponível e a especulação imobiliária que limitaram que os jovens se fixassem na área.

Segundo o Engenheiro Artur Gregório, coordenador de projetos da Associação In Loco, associação de desenvolvimento local criada em 1988 e com uma grande implementação e trabalho realizado no território do interior algarvio, o PQ foi uma ideia interessante, numa realidade muito limitativa, em que os recursos, principalmente os humanos, são muito escassos. A iniciativa consistiu na injeção de sangue novo por uma duração limitada para desenvolver ideias e promover a criatividade e a inovação. Referiu também que mesmo a criação de apenas uma empresa em Querença seria sempre um sucesso, pois é muito mais difícil criar um posto de trabalho numa aldeia do interior do que numa grande cidade, mas que ao mesmo tempo não se devem criar expectativas irrealistas para o território, porque senão, serão as expectativas da própria comunidade que poderão ser frustradas. Apontou que a introdução de um elemento de disrupção e novidade no território foi muito positivo, mas que teria sido vantajoso ter havido uma continuação para que os seus efeitos se prolongassem. Mencionou que gostaria que tivesse sido possível estruturar uma relação entre a associação a que pertence e as iniciativas que resultaram do PQ. Contudo, realçou a importância e mais-valia da inclusão da Barra Energética Querença na Rota da Dieta Mediterrânica, uma iniciativa da associação In Loco.

Idálio Revez, vice-presidente da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, natural de Querença e jornalista do jornal “Público” com um papel na divulgação da iniciativa, considerou o PQ como muito relevante, principalmente respeitando o contexto em que o país estava, com a presença da Troika em Portugal e com todas as consequências que daí advieram. A Fundação, seguindo a matriz humanista do seu fundador e a relação com o território em que está inserida, considerou que o PQ, “mais do que uma boa ideia, consistia numa ideia que se encaixava no território”, pois Querença é uma aldeia com um grande sentido de “comunidade e de cooperação”. Considerou que a comunicação teve um impacto muito importante na visibilidade e no sucesso da iniciativa, assim como o trabalho desenvolvido pelo coordenador executivo no terreno e pelo coordenador científico e que no geral, foi uma experiência muito interessante, fazendo falta outros PQ, com outra abrangência no território.

Para a realização deste trabalho, e com algumas condicionantes, foi também possível entrevistar alguns populares que se lembravam do Projeto. A dona de um pequeno negócio no centro da aldeia, referiu que foi uma iniciativa muito importante para a freguesia, principalmente devido à organização do mercado mensal que trazia muitas pessoas, mencionando que alguns turistas ainda perguntam, atualmente, pela iniciativa. Outra residente na aldeia contou que gostou muito de ver a aldeia com “juventude”, assim como de ensinar as pessoas a britar a azeitona num mercado mensal. Relatou que o marido tinha ajudado os estagiários a apanhar azeitona. Para outros dois residentes em Querença, o mercado foi uma iniciativa que deu muita visibilidade à aldeia e que fazia muita falta.

As entrevistas aos estagiários foram realizadas de forma estruturada, com uma componente mais livre e outra mais quantitativa, tendo sido entrevistados todos os nove estagiários da primeira edição do Projeto Querença e dois dos três estagiários da segunda edição. As questões qualitativas foram criadas para que os participantes, abordassem o seu percurso no Projeto, as suas expectativas e os resultados obtidos de uma forma mais livre. No Anexo 2 apresenta-se o guião da entrevista, que é constituída por 11 questões.

Na resposta à questão “quais eram os seus objetivos para se ter candidatado a integrar o Projeto?”, uma das ideias gerais partilhadas foi que em 2011, em plena crise económica e financeira, a possibilidade de recém-licenciados “poderem criar o seu próprio emprego

através de uma iniciativa tão cativante e com um projeto tão interessante era muito atrativa” (Estagiários 1 e 4).

Para a maior parte dos estagiários, tratou-se da sua primeira experiência profissional e vários mencionaram que as principais motivações para terem ingressado no Projeto foram “a procura de uma experiência inovadora e desafiante” (Estagiários 5 e 7),” a proximidade com a natureza” (Estagiário 6), “a contribuição para o desenvolvimento sustentável da aldeia” (Estagiário 8) e “a procura de uma primeira experiência profissional” (Estagiário 3). Também foi aludido como “de extrema importância a experiência do trabalho em equipa e a ligação à terra” (Estagiário 6). Outros tinham uma ideia mais focada e pré-estabelecida com vista à criação de uma empresa numa área específica (Estagiário 3) ou procuravam aprofundar a experiência prévia em associativismo em territórios de baixa densidade enquanto tentavam criar o seu próprio emprego e “abrir portas para novos projetos” (Estagiário 9).

Sobre a segunda edição do PQ, os objetivos aquando da candidatura ao Projeto dos dois estagiários entrevistados foram, respetivamente, “ajudar a promover a modalidade do *trail running* no mercado turístico no Algarve e ter um rendimento associado” (Estagiário 10) e a “criação de um negócio tendo por base a sua dissertação de mestrado” (Estagiário 11). No segundo caso, o estagiário tinha acabado o mestrado em História do Algarve com a dissertação "Produção artesanal de cal no Algarve" e foi a oportunidade de colocar em prática o que tinha estudado (Estagiários 11).

Quando questionados sobre “que dificuldades foram identificadas durante a execução do programa?”, as respostas dos estagiários foram variadas, tendo sido, frequentemente, relatado que se demorou muito tempo a delinear quais os projetos a desenvolver, que “houve muita dispersão de ideias e *brainstorming*” e que as ideias demoraram algum tempo a solidificar e a ser postas em prática, embora tal tivesse sido normal, devido à própria natureza do Projeto (Estagiário 3). Segundo outro estagiário, "no início as ideias sobre a escolha dos projetos estavam pouco claras e jovens recém-licenciados têm, no geral, dificuldade em idealizar, pôr em prática, avaliar, fazer o crivo da realidade e depois encontrar o financiamento adequado” (Estagiário 6). Foi também referido que “faltaram alguns meios, quer financeiros quer materiais, para levar a cabo alguns projetos” e que “foi só com o apoio de algumas entidades, como a Câmara Municipal e

a Junta de Freguesia, mas também a população que apoiou de forma espontânea, que muitas iniciativas foram implementadas” (Estagiário 1).

Outras das dificuldades sentidas pelos estagiários foi a pressão mediática a que estavam sujeitos, pois estavam de forma constante a ser contactados pela comunicação social para falar do Projeto e mesmo considerando a mais-valia que trouxe para a iniciativa, por vezes ficavam sem disponibilidade para se dedicarem aos seus projetos (Estagiário 2). De forma global, “houve alguma dificuldade em gerir a imprensa, o que aumentou muito a pressão para apresentar resultados de forma rápida” (Estagiário 9).

A duração da iniciativa, sujeita aos limites referentes aos estágios profissionais na altura da primeira edição da iniciativa – nove meses – foi também mencionada como um inconveniente, principalmente nos projetos agrícolas que necessitavam de mais tempo para poderem ser implementados (Estagiário 7). Foram descritas algumas dificuldades mais específicas, principalmente associadas a problemas de inadequação de material de apoio para a execução de atividades, o que se tornou mais evidente na área do Design (Estagiário 9).

Para os participantes na segunda edição, não foram identificadas dificuldades, para além de alguma falta de espírito de grupo, tal como era percecionado na primeira edição do Projeto, devido ao facto, acima relatado, de os estágios não terem começado todos na mesma altura e de não terem ficado a residir na aldeia. Todavia, “houve um grande apoio entre si, com uma grande sinergia e benefícios mútuos” entre os estagiários (Estagiário 11).

Na resposta à questão “considera que a orientação recebida durante a implementação do Projeto foi suficiente?”, a opinião geral foi que o apoio por parte da coordenação executiva foi “importantíssimo e a todos os níveis exemplar” (Estagiário 9), “fazendo tudo o que podia pelo Projeto e pelo grupo de trabalho” (Estagiário 2). Segundo outro estagiário, “o apoio foi essencial devido à sua rede de contatos muito alargada, com uma orientação sempre em busca de solução, com uma grande dinâmica pessoal, presença diária e dedicada” (Estagiário 1). Embora por vezes, “faltassem conhecimentos específicos sobre alguma área” (Estagiário 3), “foi sempre esforçado para que corresse tudo bem, ajudando a fomentar laços entre os estagiários” (Estagiário 4). Para os estagiários da segunda edição do Projeto, o apoio da coordenação foi considerado como “importante, principalmente nas questões relacionadas com o turismo da natureza, onde

havia mais *know how*”, apoio esse que continuou depois do final do estágio (Estagiários 10 e 11).

Relativamente ao apoio mais teórico por parte da Universidade, há um reconhecimento de que tentaram ajudar o melhor que conseguiram (Estagiário 5) e que, principalmente em algumas iniciativas mais tecnológicas, como as relativas à Biotecnologia e à Engenharia Alimentar, foi sentido um grande apoio por parte da Universidade do Algarve, nomeadamente pelas Professoras Margarida Vieira e Maria Emília Costa (Estagiário 3).

À questão “qual foi a importância do apoio financeiro/material para a sua adesão ao Projeto?”, especificamente sobre o estágio profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a opinião geral é que foi importante, sendo para alguns deles, “decisivo para a execução do Projeto” (Estagiários 2, 5, 6 e 8) e segundo um estagiário, “o seu fim foi a principal razão pelo Projeto ter terminado” (Estagiário 6). O apoio do estágio profissional foi considerado como essencial para concretizar os projetos e ideias de forma autónoma para os participantes na segunda edição da iniciativa (Estagiários 10 e 11).

Em relação à pergunta “qual foi a importância do Projeto Querença no seu percurso pessoal e profissional?”, no âmbito geral, tanto a nível profissional como pessoal, este foi mencionado como muito importante para a grande maioria dos estagiários. Profissionalmente, reconhecem que ganharam experiência para trabalhos posteriores e que lhes deu alguma visibilidade, pois “o Projeto teve muito reconhecimento e ajudou a abrir portas” (Estagiário 8). Segundo outro participante possibilitou “a oportunidade de aprender sobre o mundo profissional e sobre as suas dinâmicas e dificuldades” (Estagiário 5). Para outros a presença no Projeto “originou outros trabalhos” (Estagiário 9), “foi importante para o currículo, trazendo valor e notoriedade devido à sua importância mediática” (Estagiário 4) e “possibilitando experiência em trabalho comunitário, coordenação de projetos, ligado às pessoas e às comunidades e à promoção do território e da cultura” (Estagiário 1).

Um dos estagiários da segunda edição do Projeto (Estagiário 11), criou um produto de turismo cultural, criativo e educacional sobre a produção e utilização de cal em Querença e no território envolvente através da elaboração de uma narrativa que explicasse os processos, associada a uma interpretação do território. Foram contactadas

peessoas que tinham trabalhado na produção de cal ou que tinham presenciado o processo, identificados os locais de produção de cal nas proximidades de Querença e concebidos percursos pedestres e modos de aplicação prática do conhecimento artesanal através da realização de oficinas criativas. Para o outro estagiário da segunda edição (Estagiário 10), a iniciativa “criou oportunidades de trabalho, deu a possibilidade de se dedicar à divulgação da modalidade”, assim como ajudou a melhorar a sua “capacidade organizativa”. Foi fundada uma associação desportiva, a Associação Algarve *Trail Running*, que tem vindo a organizar eventos desde então, como a Ultra *Trail* Rocha Pena, com oito edições e que passou de 80 participantes na primeira para 800 na última edição, em 2019.

Todos os participantes referiram que a componente pessoal do Projeto foi muito recompensadora, pelas relações que foram criadas entre os estagiários e com a população de Querença. Segundo um estagiário, foram “experiências muito importantes e que contribuíram para o crescimento como pessoa e como profissional” (Estagiário 1). Nasceram “relações muito importantes com vários dos estagiários do Projeto” (Estagiário 3), de “carinho e amizade” (Estagiários 8 e 9) tendo sido “feitos amigos para a vida” (Estagiário 4).

Está, contudo, presente em alguns estagiários, um sentimento de trabalho incompleto, como se o tempo que tiveram não tivesse sido suficiente para concluir os projetos que tinham planificado, por não ter sido planeada a continuidade do Projeto (Estagiários 3, 4 e 9) ou pela necessidade de ter meios financeiros que na altura não dispunham para se poderem candidatar a fundos comunitários (Estagiários 2 e 5).

Também foi solicitado aos estagiários para fazerem uma análise mais quantitativa, avaliando algumas das componentes do Projeto, refletindo as diversas opiniões e experiências individuais e como grupo.

Por exemplo, sobre os objetivos propostos, sete estagiários (64%), consideram que estes foram excelentes, enquanto três (11%), consideram-nos como bons e um (9%) considerou-os como suficientes (Gráfico 5.1).

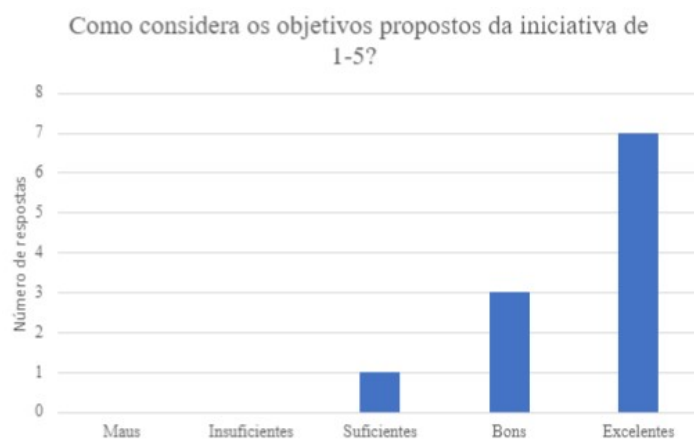


Gráfico 5.1. Avaliação dos estagiários dos objetivos propostos pelo Projeto Querença.

Sobre a planificação, seis (54%) consideraram-na como boa, dois (18%) como insuficiente, dois (18%) como excelente e um considerou-a boa (9%) como observado no Gráfico 5.2.

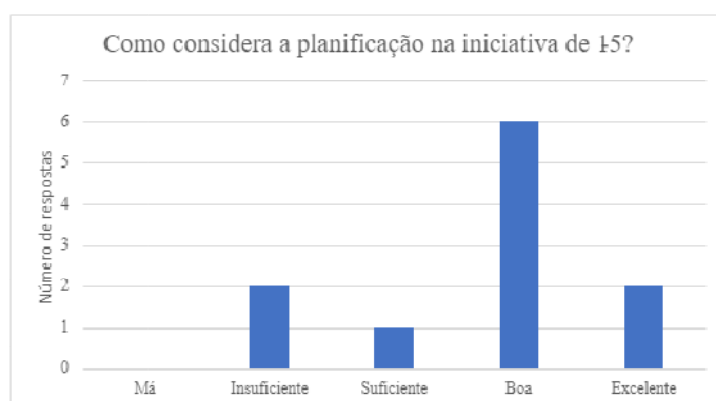


Gráfico 5.2. Avaliação dos estagiários da planificação do Projeto Querença.

Relativamente à duração temporal da iniciativa (Gráfico 5.3), quatro (36%) consideraram-na como insuficiente e quatro (36%) consideraram-na como suficiente, enquanto que dois (18%) consideram-na como boa e outros dois (18%) como excelente. Os dois estagiários da segunda edição, cujos estágios tiveram uma duração de 12 meses em contraste com os estagiários da primeira edição, que duraram nove meses, valorizaram a sua duração temporal da iniciativa como boa e suficiente.

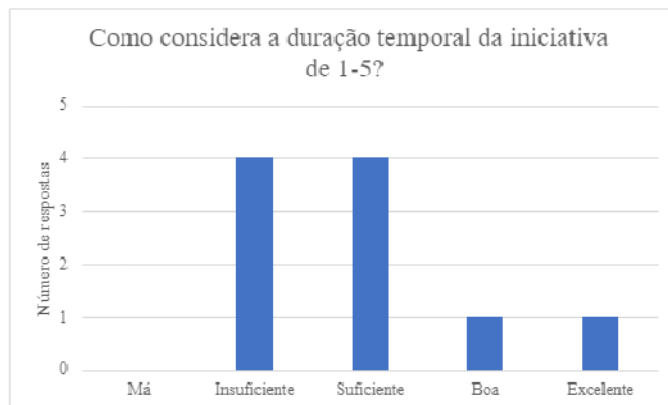


Gráfico 5.3. Avaliação dos estagiários da duração temporal do Projeto Querença.

Uma parte importante dos participantes (cinco correspondente a 45%) apreciou como boa a implementação prática da iniciativa, enquanto dois (11%) como excelente, dois (11%) como suficiente e um (9%) classificou-a como insuficiente (Gráfico 5.4).

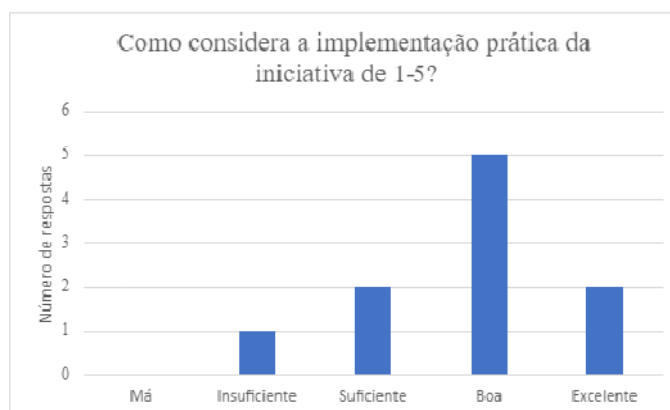


Gráfico 5.4. Avaliação dos estagiários da implementação prática do Projeto Querença.

Para terminar, sobre os resultados da iniciativa, a grande maioria (sete correspondendo a 64%) julgou-os como bons, três (27%) como suficientes e um (9%) como excelente, como se pode observar no Gráfico 5.5.

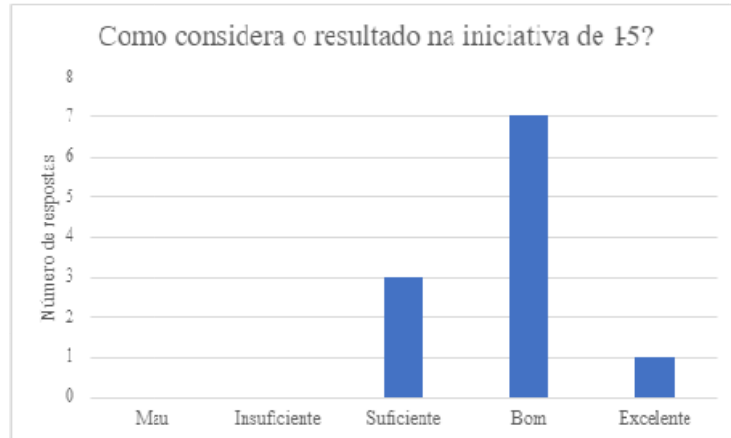


Gráfico 5.5. Avaliação dos estagiários dos resultados do Projeto Querença.

5.1.3 - Alguns projetos baseados no Projeto Querença

Uma característica distintiva do Projeto Querença foi a sua capacidade de criar uma rede e a capacidade de servir de inspiração para a implementação de iniciativas semelhantes em vários locais do país. Segundo o coordenador científico do PQ em entrevista presencial, houve muitos contatos de entidades interessadas, tendo ele próprio divulgado a metodologia adotada em vários locais. Várias entidades avançaram com as suas próprias iniciativas, como por exemplo no concelho de Viana do Castelo, nas aldeias ribeirinhas do Alqueva no Alentejo, na praia do Barril em Tavira, em Alcoutim, em Ourique, em Aljustrel, entre outros (Figura 5.14). Serão abordados quatro destes projetos de forma sintética, a partir de registos bibliográficos e de entrevistas a alguns dos intervenientes.



Figura 5.14: Logótipos de alguns projetos com origem no Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença).

Um dos primeiros projetos a ser implementado, foi o Projeto Geraz com Querença que ocorreu nas freguesias de Deão, Moreira, Santa Maria e Santa Leocádia de Geraz do Lima do concelho de Viana do Castelo, entre setembro de 2012 e maio de 2013. Teve como parceiros a Cooperativa para o Desenvolvimento de Geraz do Lima (COOPDES), o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), a Câmara Municipal de Viana do Castelo e as Juntas de Freguesia do território abrangido (Santos et al., 2014).

Jorge Agostinho, diretor da Escola Superior de Agronomia do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), referiu em 2011 que o objetivo era “integrar esses jovens com as populações e, através de uma atitude proativa, tentar desenvolver aquilo que são as potencialidades da região” (Martins, 2011), fazendo assim com que Viana do Castelo tenha sido o segundo concelho a implementar um projeto semelhante (Cruz, 2012). A iniciativa consistiu na implementação de projetos por parte de nove recém-licenciados do IPVC e seguiu a metodologia geral do PQ, adaptando-a à sua realidade com um coordenador executivo, denominado “pivô”, uma comissão organizadora com as três entidades promotoras, um conselho geral com todas as partes interessadas e uma comissão técnica de acompanhamento com professores do IPVC (Santos et al., 2014). As quatro freguesias escolhidas, que historicamente tinham sido anteriormente um concelho, enfrentavam um processo de abandono agrícola e florestal acentuado, mas as suas potencialidades turísticas e os seus recursos naturais poderiam ser a base para iniciativas empresariais inovadoras (Foz do Lima, 2012).

Alguns dos resultados apresentados, segundo Santos et al. (2014), consistiram na realização de quatro feiras-mostra de produtos locais (denominados “Dias de Geraz”), na criação da Residência Artística “GERARTE”, na geração de um servidor cartográfico e de uma aplicação móvel (“GEOGERAZ”), na realização de iniciativas de animação social e de qualidade de vida, na venda de cabazes com os “Sabores de Geraz”, na produção de uma plataforma digital, no desenvolvimento do turismo ativo de natureza, cultural e criativo e na valorização de resíduos florestais e agrícolas, entre outros. Contudo, nenhum dos jovens criou a sua iniciativa de empreendedorismo.

Uma das mais distintivas diferenças, relativamente ao PQ, foi a origem das ideias para os projetos de empreendedorismo. Estas foram seleccionadas pelo IPVC e os estagiários tiveram conhecimento prévio destas antes da sua candidatura. Embora as ideias tenham sido determinadas pela sua formação académica, ficou porventura, a faltar a “motivação

própria” de quem a desenvolve e que potenciasses o "espírito empreendedor dos jovens” (Santos et al., 2014).

Os Professores, José Carlos dos Santos, coordenador científico da iniciativa, e Bruno Leite, coordenador executivo, em entrevista por videoconferência, referiram que o território tinha potencialidades, principalmente turísticas e culturais, mas que consistia numa área relativamente pequena, o que dificultava a implementação de projetos inovadores. Ambos mencionaram, tal como em publicação conjunta (Santos et al., 2014), que o modo de seleção dos estagiários poderia ter sido realizado de forma a avaliar a sua capacidade e espírito empreendedor. Também sublinharam que num projeto desta dimensão deverá existir uma confluência de interesses e objetivos por parte de todas as entidades envolvidas, mas que de forma geral, deverá ser valorizado o apoio dado à comunidade através de várias iniciativas, nomeadamente nas escolas das freguesias, as atividades ligadas à arte através da residência artística, os “Dias de Geraz” e o ganho de experiência por parte dos alunos e professores do IPVC.

Uma outra iniciativa implementada tendo por base o Projeto Querença, foi o Projeto Alcoutim no Nordeste algarvio, que contou com cinco estagiários com formação em Turismo, Ciências da Comunicação, Gestão de Empresas, Engenharia Alimentar e Biologia com o objetivo de “criar uma dinâmica criativa e empreendedora”, fixando população no concelho, mas também contendo uma forte “componente sociocomunitária” (Jornal do Baixo Guadiana, 2013). Foram desenvolvidas várias iniciativas, nomeadamente um *workshop* com empreendedores e potenciais empreendedores, relativo ao levantamento das lacunas de mercado em Alcoutim, a criação do “Doce Típico d’Alcoutim”, a dinamização do artesanato local, especificamente através das tradicionais bonecas de juta, e a revitalização do núcleo museológico de Santa Justa “A Escola Primária” (<https://www.facebook.com/ProjetoAlcoutim>).

Na cerimónia de conclusão do Projeto, Osvaldo Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, lamentou que não existissem “condições económicas para acolher este projeto por mais tempo, considerando que o trabalho desenvolvido deixou muitas iniciativas” que iriam ser “valorizadas e continuadas pelo município” (Sul Informação, 2013b).

Uma outra iniciativa com origem no PQ foi o Projeto Barril, que teve como espaço de intervenção a Ria Formosa, a praia do Barril, o Aldeamento Turístico Pedras d’el Rei, a vila de Santa Luzia e a cidade de Tavira (Ascensão, 2014), com o lema “incubar, experimentar e *empresarializar*” iniciativas e ideias inovadoras (APGICO, 2013 em Ascensão, 2014). No âmbito deste projeto foram efetivadas 170 candidaturas e aceites 12 estagiários de diferentes áreas de formação (Folha do Domingo, 2013). Os estágios profissionais tiveram uma duração de nove meses (Ascensão, 2014).

O Projeto teve como entidade promotora o Empreendimento Turístico Pedras d’el Rei com o apoio da Universidade do Algarve, assim como de outras instituições: a Câmara Municipal de Tavira, a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, a associação Almargem, a associação Raiz e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (APGICO, 2013 em Ascensão, 2014).

O Professor António Covas, coordenador científico, considerava que o Projeto visava desenvolver sobretudo o turismo sénior e acessível para pessoas com mobilidade reduzida (Folha do Domingo, 2013). Embora se baseie no Projeto Querença, o Projeto Barril tinha, obrigatoriamente, de ser diferente, até porque as realidades socioeconómicas dos locais eram diferentes, mas mantendo sempre o princípio de colocar “um grupo de jovens licenciados em diferentes áreas a pensar um território específico e a encontrar soluções para o dinamizar” (Sul Informação, 2013a).

Para António Almeida Pires, diretor geral do Grupo Pedras, o Projeto Barril foi realizado com o objetivo de “ter um efeito positivo no turismo da região durante a época baixa” e de promover a sua requalificação para que pudesse receber turistas seniores (Rodrigues, 2013).

Só foi possível recolher informação parcial relativamente aos resultados obtidos, que consistiram na realização de exposições, *workshops*, seminários e conferências e na criação de bases de dados, entre outros (Ascensão, 2014).

Uma outra iniciativa com origem no Projeto Querença foi o Projeto “Aldeias Ribeirinhas do Grande Lago do Alqueva”, promovido pela Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva e pela Associação Transfronteiriça do Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva que aconteceu entre dezembro de 2012 e setembro de 2013. Teve como parceiros as Câmaras Municipais do Alandroal, de

Moura, de Mourão, de Portel e de Reguengos de Monsaraz, a Universidade de Évora e a Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional (EDIA, 2012). Outras entidades referenciadas como parceiras foram o Instituto Politécnico de Beja, a Escola Superior Agrária de Beja, o Ministério da Economia e do Emprego, o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e a Fundação EDP (ARA, 2013a). O projeto tinha dois coordenadores gerais, um representando a ATMTGLA e outro a EDIA e um coordenador operacional da EDIA (ARA, 2013b).

O Projeto teve lugar em cinco aldeias: Capelins (no concelho do Alandroal), Luz (no concelho de Mourão), Alqueva (no concelho de Portel), Campinho (no concelho de Reguengos de Monsaraz) e Póvoa de São Miguel/Estrela (no concelho de Moura) (Aguiar, 2012) e pretendia encontrar "soluções inovadoras e sustentáveis" para "dinamizar económica, social e culturalmente" as aldeias e "as potencialidades criadas pelo grande lago Alqueva" (Nascer do Sol, 2012). Segundo a entidade promotora, os 15 estagiários profissionais deveriam “envolver-se na vida das aldeias, perceber e entender as suas potencialidades, trocar conhecimentos e criar projetos empresariais numa perspetiva sustentável a longo prazo” (EDIA, 2012).

De acordo com o documento de apresentação pública dos resultados (ARA, 2013a) foram realizadas atividades nas cinco aldeias do projeto, tais como caminhadas, passeios de BTT, encontros náuticos, feiras, ações de limpeza, provas gastronómicas, entre outras. Foram entregues dois prémios à iniciativa, o selo de qualidade “+e+I” que distingue iniciativas desenvolvidas por empresas e entidades de I & D (ARA, 2013a) e o prémio EDP Solidária na categoria “Outros Projetos de Desenvolvimento Socioeconómico” (Diário do Alentejo, 2013). Este último, segundo a EDIA, foi importante para a “definição e desenvolvimento dos modelos de negócio associados a cada projeto e na disponibilização de ‘capital semente’ necessário para o seu arranque e concretização” (Paulino, 2014).

A realização de eventos e dinâmicas envolvendo a população das aldeias, o desenvolvimento de dois produtos agroalimentares (patê de peixe do rio e queijadinhas de São Miguel), a referenciação de marcas territoriais para a promoção do território e a possibilidade de criação de sete empresas, foram consideradas um sucesso (ARA, 2013b).

João Martins, diretor do Gabinete de Desenvolvimento e Responsabilidade Social da EDIA e um dos coordenadores gerais do projeto ARA, em entrevista telefónica, valorizou as ações de dinamização que os jovens realizaram com a população, a relação criada entre estes e a população aquando da sua estadia nas aldeias e o levantamento de oportunidades a explorar. Relatou, todavia, que após o final do projeto, os jovens não quiseram continuar com as suas iniciativas de empreendedorismo, mesmo com a continuação do apoio prestado. A falta de vontade, ou capacidade, para aproveitar as oportunidades de modo a criarem as suas próprias empresas no território, levou, segundo João Martins, a uma alteração na abordagem por parte da EDIA. Foi concebido um novo programa, denominado “O Alqueva vai à escola”, em que foi dada formação creditada a professores sobre empreendedorismo, em parceria com os centros de formação de professores e com os agrupamentos escolares de 22 concelhos do Alentejo. Foram também implementadas iniciativas com os alunos para fomentar o reconhecimento das potencialidades do território da bacia do Alqueva. O antigo coordenador geral do projeto ARA, acredita que desta forma será possível incentivar o empreendedorismo jovem, para que jovens licenciados tenham uma maior predisposição e capacidade para investir de forma inovadora no território.

5.2 - Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da Universidade do Algarve em Alcoutim

5.2.1 - Resultados obtidos através da análise das dissertações do MGSER

Como resultado da edição de 2016-2018 do MGSER foram apresentadas cinco dissertações, sendo que destas, quatro abordam o território de Alcoutim, embora com diferentes perspetivas. Três das dissertações tratam de temáticas associadas ao turismo sustentável, especificamente, a partir da criação de uma nova rota de pedestrianismo (Gancho, 2018), da conceção de uma rede de alojamentos de turismo rural a partir de habitações abandonadas ou não utilizadas (Boto, 2018) e de um plano de marketing territorial para o concelho (Cavaco, 2018). A quarta dissertação (Ludovico, 2018) examina a possibilidade de implementar um processo de emparcelamento integral ou simples e as suas vantagens e inconvenientes num território que tem cerca de 25 300 hectares de terrenos incultos, o que corresponde a cerca de 44% da área do concelho (Câmara Municipal de Alcoutim, 2014).

A dissertação “O emparcelamento rural. Caso de estudo: concelho de Alcoutim” (Ludovico, 2018) analisou a fragmentação e a dispersão das propriedades em Alcoutim, avaliou a recetividade dos proprietários ao emparcelamento e tentou criar instrumentos para suportar os custos associados ao processo de modo a estimular os proprietários a aderirem.

Ludovico (2018) sustenta que no caso do emparcelamento integral, cuja iniciativa pode partir de privados, do Estado ou das autarquias locais, permite a “substituição de uma estrutura predial defeituosa de propriedade rústica por outra que, associada à realização de melhoramentos fundiários concentre a área de prédios ou suas parcelas pertencentes a cada proprietário no menor número possível de prédios, e possibilite aumentar a superfície de novos prédios, mediante a incorporação de terrenos de reserva de terras” (p. 24-25). Por outro lado, assinala que o emparcelamento simples resulta da “iniciativa de dois ou mais particulares interessados e consiste na correção da divisão parcelar de terrenos pertencentes a, pelo menos, dois proprietários” (p. 25).

Para a dissertação foram realizados 72 inquéritos a proprietários de prédios rústicos no concelho de Alcoutim, tendo sido verificado que apenas três não se mostraram recetivos a uma eventual operação de emparcelamento, em contraste com os 95% que demonstraram interesse. Foi também referido por 23% dos inquiridos que estes perderiam o interesse em participar num eventual emparcelamento se tivessem de suportar todas as despesas implícitas em operações de emparcelamento simples. Todos os proprietários que responderam ao inquérito reconheceram o emparcelamento como uma ferramenta importante no combate ao abandono rural e as suas vantagens na realização de práticas agrícolas ou silvícolas em propriedades contíguas ou unificadas, em comparação com a sua implementação em prédios dispersos.

Após analisar as propriedades rústicas do concelho de Alcoutim, o autor aponta as de menor dimensão como tendo maior potencial de emparcelamento, pois, em princípio, têm menor viabilidade económica. As propriedades com mais de 0,1 e menos de 5 hectares representam, em teoria, as que terão maior potencial de emparcelamento, totalizando 29.363, representando um total de 65%. Quase metade dos proprietários (47%) têm uma maior propensão ao emparcelamento, correspondendo a cerca de 87% dos prédios por serem de titulares com mais de 5 e 65% dos prédios pela sua área.

Conclui, contudo, que a realização de projetos de emparcelamento integral no concelho de Alcoutim não será viável devido à sua dimensão, baixa rentabilidade, grandes custos humanos e financeiros e pelo retorno esperado e que seria mais viável um processo de emparcelamento simples. Deduz também que existe por parte dos proprietários, a consciência da importância do emparcelamento para o desenvolvimento do sector primário no concelho e para o combate ao abandono rural.

Uma outra dissertação denominada “Traçado para um novo percurso pedestre, nas margens da ribeira do Vascão” (Gancho, 2018), consistiu na definição de um traçado para um novo percurso pedestre no concelho de Alcoutim, na ribeira do Vascão, fronteira Norte com os concelhos de Mértola e de Almodôvar.

Gancho (2018) refere que o turismo em espaços rurais gera rendimentos e promove o desenvolvimento económico local, dinamizando outras atividades associadas como a produção e venda de produtos agrícolas e a restauração. Neste sentido o pedestrianismo, definido pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (<http://www.fcportugal.com/Pedestrianismo.aspx>) como “atividade desportiva e ambiental que consiste em percorrer percursos a pé ao longo de caminhos e trilhos, preferencialmente tradicionais ou históricos, na natureza ou em meio urbano” pode ser relevante para o desenvolvimento do concelho devido às condições diferenciadas que apresenta. Segundo a autora, o território tem a sazonalidade propícia para a prática do pedestrianismo, visto que a pouca pluviosidade permite a realização de caminhadas nos meses de Outono, de Inverno e do início da Primavera. É também mencionada a existência de paisagens pouco humanizadas, de bastante arquitetura ancestral e de muitas tradições e ofícios antigos, que funcionam como um atrativo para quem procura um género de turismo menos massificado.

O concelho de Alcoutim implementou desde 2015 uma rede de Percursos Pedestres de Pequenas Rotas (PR®) e instalou, em conjunto com outros municípios algarvios, duas Grandes Rotas (GR®): a Via Algarviana que atravessa a região algarvia de Alcoutim até Vila do Bispo e a Grande Rota do Guadiana até Vila Real de Santo António. Em 2014 foi instituído o “Festival de Caminhadas de Alcoutim”.

Gancho (2018) analisou a prática de pedestrianismo no concelho de Alcoutim através da execução de uma grelha SWOT, como observado na Tabela 5.5 e justifica a escolha de uma área próxima à ribeira do Vascão para a implementação da proposta de percurso

pedestre, devido às suas características naturais e categorização como área classificada, nomeadamente como Zona Especial de Conservação (ZEC) da Rede Natura 2000 e como Sítio Ramsar. Foram analisadas várias localizações tendo em consideração a existência de acessos à ribeira do Vascão, de trilhos e/ou caminhos na margem algarvia da ribeira, a proximidade a locais para abastecimento de água e a unidades de alojamento local e de restauração.

| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Relativa proximidade ao litoral turístico; - Bons acessos viários; - Diversidade de alojamento; - Elevado valor de conservação da biodiversidade local; - Elevado valor paisagístico; - Forte sazonalidade: - Festival de Caminhadas de Alcoutim; - Hospitalidade e segurança. | <ul style="list-style-type: none"> - Fraca divulgação dos percursos em línguas estrangeiras; - Inexistência de mapas digitais; - Distribuição geográfica assimétrica dos serviços de apoio turísticos; - Fraca acessibilidade por transportes públicos; - No alojamento: não existem parques de campismo; - Falta trabalho em rede e promoção conjunta e/ou cocriação, por parte dos operadores turísticos. |
| Oportunidades | Ameaças |
| <ul style="list-style-type: none"> - Procura pelo Turismo de Natureza; - ‘Programa 365 Algarve’; - Alteração dos padrões de consumo e motivações; - Procura crescente por hábitos saudáveis e produtos de bem-estar; - Uma das linhas de atuação da Estratégia de Turismo de Portugal 2027: “potenciar economicamente o património natural e rural, e assegurar a sua conservação”; - ‘Algarve Nature Week’. | <ul style="list-style-type: none"> - Desertificação e Despovoamento; - Alterações Climáticas; - Alteração da paisagem para outras funções; - Instalação de barragens no curso da ribeira do Vascão; - Detrimento da qualidade das águas por contaminações a montante; - Diferenças socioculturais entre intervenientes. |

Tabela 5.8 - Análise SWOT da prática de pedestrianismo no concelho de Alcoutim (Fonte: adaptado de Gancho, 2018).

Todavia, a proposta do percurso original foi considerada como um pouco longa e a autora optou por dividir o traçado inicial em dois, obtendo-se assim duas propostas de percursos circulares de pequena rota: o PR1 ‘Das hortas ao Vascão’ com 11,26 km (Figura 5.15) e o PR2 ‘Moinho da Figueira’ com 8,55 km (Figura 5.16). Foram também propostos conteúdos para folhetos de divulgação e placas explicativas.



Figura 5.15: Proposta de traçado para o percurso de pequena rota PR 1 'Das Hortas ao Vascão' (Fonte: Gancho, 2018).



Figura 5.16: Proposta de traçado para o percurso de pequena rota PR 2 ‘Moinho da Figueira’ (Fonte: Gancho, 2018).

Gancho (2018) ainda recomendou algumas medidas para a promoção do pedestrianismo no concelho, nomeadamente a construção de passadiços em zonas que acompanham a ribeira e a marcação refletora no percurso. Foi também sugerida a divulgação com folhetos e guias noutras línguas (inglês, francês, alemão, espanhol) disponibilizados nas versões *on-line* e em papel, a produção de mapas *on-line* com as coordenadas dos percursos e a divulgação em feiras e em outras iniciativas. A autora sugeriu a implementação de parcerias com alojamentos locais e/ou outras empresas de turismo da natureza e a definição de um percurso pedestre de Grande Rota municipal, entre outras iniciativas.

Uma outra dissertação que abordou o território de Alcoutim intitulada “Reabilitação urbana da vila de Alcoutim: proposta de criação de uma rede integrada de alojamento como estratégia de turismo sustentável em áreas de baixa densidade” (Boto, 2018), assumia como objetivo arquitetar uma estratégia de turismo sustentável, criando um modelo de rede integrada de alojamento turístico, através da caracterização e identificação de edificações e do levantamento do conjunto de instrumentos de financiamento disponíveis.

Boto (2018) explicou que o trabalho decorreu das preocupações dos autarcas do município relativamente à pouca oferta de alojamento turístico no concelho e à quantidade de habitações devolutas existentes. O modelo proposto conjugava a “reabilitação urbana com um modelo de gestão conjunta de uma rede de alojamento como estratégia de turismo sustentável”, para incentivar a “reabilitação urbana e a utilização do património construído para fins turísticos através de uma gestão de clientes feita num único local”, com a autarquia como impulsionador do projeto (p. 8).

Foi realizada a inventariação dos edifícios que poderiam ser integrados no projeto, assim como a sua identificação e descrição sumária, com recurso a uma ficha de edifício. Foi também compilada uma descrição histórica da vila de Alcoutim e da sua evolução urbana desde o século XIV até ao início do século XXI, assim como o enquadramento das principais tipologias de habitação, dos materiais e técnicas de construção e da caracterização do edificado.

Os imóveis não ocupados foram identificados, georreferenciados e caracterizados e os dados coligidos numa ficha de prédio com informação sobre a localização do imóvel, com as suas características ao nível da volumetria, o estado de conservação, uso, materiais e valor arquitetónico. A partir da informação obtida foram identificados 72 imóveis na área de intervenção, cuja informação foi disponibilizada num ficheiro executável na plataforma *Google Earth*, com a localização de todos os imóveis, com a respetiva fotografia e ficha de prédio, como observado na Figura 5.17.

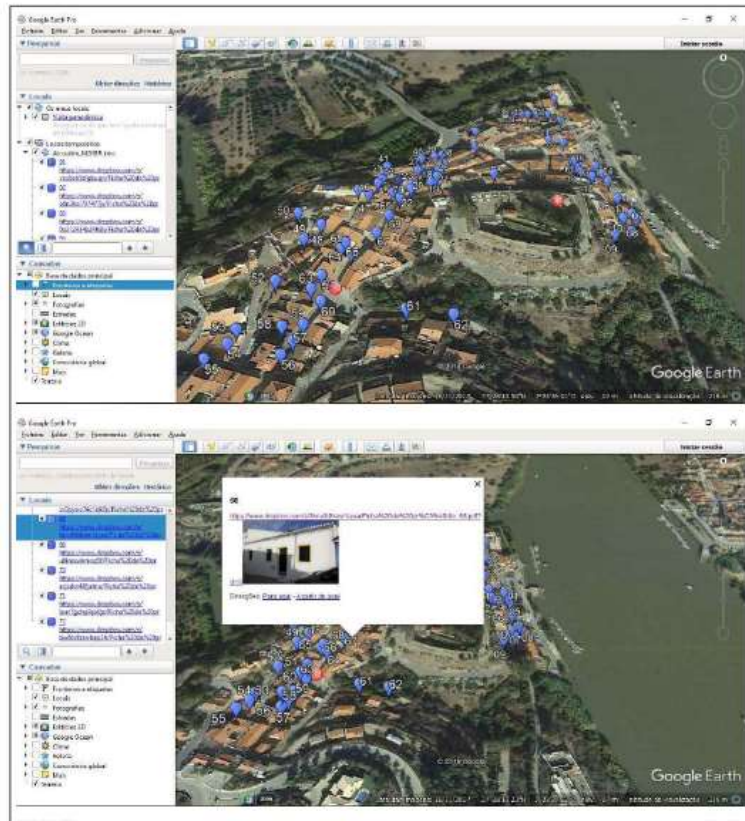


Figura 5.17 - Exemplos de visualização do ficheiro executável em *Google Earth* (Fonte: Boto, 2018).

Boto (2018) analisou experiências semelhantes que visavam o desenvolvimento local em espaço rural, sublinhando a importância da autarquia no sucesso deste empreendimento, pois o “apoio técnico e os benefícios fiscais, serão fatores determinantes para captar o investimento privado e para o sucesso da concretização das ações” (p. 110).

Algumas das conclusões apresentadas são que o desenvolvimento do concelho será mais sustentável através da complementaridade de diferentes atividades económicas, como o alojamento, a restauração, o artesanato e o turismo da natureza, assim como pela formação de uma estratégia de marketing territorial, com um projeto sólido de valorização do território. Argumenta que a sua dissertação contribuiu para o conhecimento urbano da vila de Alcoutim e que a proposta apenas representa uma abordagem inicial, que somente poderá ser concluída com o apoio da autarquia.

A dissertação “Plano de marketing territorial para o rio Guadiana na região de Alcoutim” (Cavaco, 2018) teve como objetivo promover o território de Alcoutim, a partir das suas potencialidades e criar uma estratégia para a aplicação do marketing territorial num território rural. Foram analisadas as principais características definidoras do território e qual o seu potencial, de modo a melhorar a sua atração para turistas, residentes e investidores.

Segundo Cavaco (2018), um plano de marketing territorial tem como objetivo promover um território, quer este seja uma região, uma cidade ou um país, considerando as suas potencialidades geográficas, de recursos, sectores de atividade, qualidade de vida e capital humano para reforçar a sua atratividade e acentuar os seus fatores diferenciadores, visando, conseqüentemente, aumentar a sua competitividade e os seus níveis de desenvolvimento. O plano de marketing territorial deverá fomentar o reconhecimento dos valores naturais e socioculturais existentes, procurando “manipular as representações que os próprios residentes fazem do território e da comunidade em que se inserem” (Henriques, 1994). Deve, por um lado, responder às necessidades das pessoas e do seu território e, por outro, "melhorar, a curto e longo prazo, a qualidade e a competitividade global da cidade no seu ambiente concorrencial” (Figueira, 2011 em Cavaco, 2018, p. 11).

Realizou-se a caracterização do concelho, analisando a sua história e demografia, o seu património cultural e natural, os espaços culturais e as atividades económicas, com especial ênfase no turismo, no artesanato e na gastronomia. Foram implementadas 89 entrevistas a agentes nos territórios e com a informação obtida realizou-se uma análise SWOT (Tabela 5.6).

| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Património histórico e natural de grande valor; - Localização próxima de regiões desenvolvidas; - Condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e ao lazer através da valorização do património; - Espaço/recursos naturais; - Energias renováveis; | <ul style="list-style-type: none"> - População envelhecida - Níveis baixos de qualificação dos recursos humanos e elevadas taxas de abandono escolar; - Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial; - Empresas de reduzida dimensão; - Debilidade das infraestruturas de apoio às atividades económicas; |

| | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Rio Guadiana. | <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência do mercado local; - Persistência de algumas insuficiências infraestruturais, equipamentos sociais e serviços de proximidade, que permitam atrair e fixar pessoas; - Dificuldades acrescidas de cooperação por escassez de atores e défice de cultura de cooperação; - Êxodo rural; - Turismo caracterizado por grande sazonalidade. |
| <p>Oportunidades</p> | <p>Ameaças</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> - Rio Guadiana como vetor de desenvolvimento; - Valorização crescente dos processos de desenvolvimento, onde se torna central a conservação e proteção da natureza; - Valorização dos recursos endógenos; - Reconhecimento pela UE da importância do meio rural; - Possibilidade da presença de um agente institucional (o município) com capacidade de iniciativa e de congregação de atores; - Acréscimo da atratividade do turismo decorrente do aumento da procura de produtos turísticos, ligados à natureza e gastronómicos; - Existência de rotas e circuitos turísticos de carácter regional (ex. Via Algarviana, GR do Guadiana); - Acesso ao mercado ibérico; - Acréscimo da procura de recursos do território associada à melhoria das acessibilidades; - Ligações históricas de cooperação com Espanha; - Aplicações das novas tecnologias de informação a novos serviços; | <ul style="list-style-type: none"> - Atração pelo litoral e pelos grandes centros; - Atratividade dos territórios vizinhos; - Turismo sazonal; - Pouca atratividade para a instalação de empresas; - Esgotamento da competitividade baseada em mão-de-obra não qualificada; - Dificuldade em fixar população jovem/ativa; - Incêndios florestais; - Envelhecimento populacional; - Interioridade; - Desertificação; - Incapacidade de proteger os recursos naturais, designadamente a água e os espaços naturais. |

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Aumento do mercado de energias renováveis; - Apoio financeiro dos programas de desenvolvimento rural; - Oportunidade de emprego associadas à dinamização turística da região; - Desenvolvimento do sector terciário (hotelaria, restauração, serviços e comércio); - Programas de apoio à educação e formação ao longo da vida para adultos; - Plano de marketing territorial. | |
|---|--|

Tabela 5.9: Análise SWOT do concelho de Alcoutim baseada nas entrevistas (Fonte: Cavaco, 2018).

No âmbito desta dissertação foi proposta a conceção da marca “Alcoutim” e de um slogan (*InVista Alcoutim*) para demonstrar as potencialidades da região a partir do seu património natural e da complementaridade com os produtos turísticos, como observado na Figura 5.18.



Figura 5.18: Proposta de logótipo e slogan para promoção de Alcoutim (Fonte: Cavaco, 2018).

Cavaco (2018) propôs a criação de um organismo de comunicação e divulgação de Alcoutim, para a difusão de material promocional, por exemplo, através de uma página nas redes sociais e de um *website* (disponível em <http://www.visitalcoutim.com/>). Propôs também a criação de suportes digitais, especificamente, placards informativos

digitais e um guia móvel, assim como de pacotes/roteiros turísticos. Recomendou, além disso, a implementação de programas de formação e de qualificação de recursos humanos, de modo a potenciar o empreendedorismo, bem como programas de incentivos para atração e fixação de novos residentes.

A autora conclui afirmando que o território tem um grande potencial para utilizar o turismo como fator de desenvolvimento e de criação de valor na região, através do desenvolvimento de estratégias integradas para potenciar as suas características únicas.

5.2.2 - Resultados obtidos através das entrevistas

Como referido anteriormente, foram feitas entrevistas aos alunos da edição 2016/18 do Mestrado em Gestão Sustentável de Espaços Rurais da Universidade do Algarve e a entidades que estiveram diretamente relacionadas com a execução do mesmo em Alcoutim, ou que têm uma preponderância no território. Para os alunos foram utilizados guiões orientadores com perguntas específicas (Anexo 3), enquanto que para restantes as entidades, devido à própria natureza da iniciativa, as questões foram de cariz mais abrangente.

As entrevistas por chamada telefónica foram realizadas entre novembro de 2020 a junho de 2021 aos 11 estudantes do MGSEER que acederam a ser entrevistados de entre 13 alunos no total. As entrevistas ao presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, aos presidentes de todas as Juntas de freguesias do concelho, à unidade hoteleira onde ficaram alojados a maioria dos alunos e dos professores durante a semana de campo, assim como a algumas das empresas visitadas durante a mesma iniciativa, nomeadamente ao proprietário da reserva cinegética e ao proprietário da unidade hoteleira de turismo rural, também foram feitas por chamada telefónica. As entrevistas a responsáveis de algumas das empresas de restauração do concelho que os alunos e professores frequentaram, foram realizadas presencialmente.

Oswaldo Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, revelou em entrevista telefónica, que a autarquia sempre teve uma preocupação muito grande com a desertificação e com o despovoamento no concelho, exemplificada com a organização das Jornadas do Mundo Rural (organizadas alternadamente com concelho vizinho de Mértola) e com apoio para a instalação do Observatório Nacional de Combate à

Desertificação em Alcoutim em 2018. O território pode ser, segundo o presidente, apresentado como uma oportunidade, sendo necessário olhar para as suas potencialidades, fomentando a aproximação com entidades e atores de modo a criar massa crítica construtiva para encontrar os caminhos e as soluções certas.

Para o presidente da autarquia, os objetivos da iniciativa para trazer o MGSER para Alcoutim, eram valorizar a parceria com a Universidade, aumentar a visibilidade do território e fomentar a luta contra o despovoamento, numa altura em que se verificava o encerramento de escolas do ensino básico. A Câmara Municipal de Alcoutim disponibilizou uma bolsa de incentivo para os alunos residentes em Alcoutim e para todos os alunos cujas dissertações abordassem o território de Alcoutim e apoiou na alimentação e transporte durante a semana de campo. De forma global, “todos os apoios que foram pedidos, foram dados”.

Segundo o presidente da Câmara, as dissertações foram relevantes para a autarquia, por se focarem em ideias claras e aplicáveis no território; para além disto, foi determinante, de modo a avaliar e discutir alguns dos problemas de Alcoutim. Foi importante aumentar a visibilidade do concelho, “afastar o desânimo” e “ter a ousadia de avançar com uma iniciativa deste género, com a parceria da Universidade” para fomentar um olhar diferente para Alcoutim.

Para tentar ter uma visão mais abrangente sobre a iniciativa do MGSER e sobre o seu impacto, foram questionados os quatro presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Alcoutim sobre a iniciativa. O presidente da Junta de Freguesia de Alcoutim, João Simões, também aluno do mestrado, considerou que este foi uma mais-valia para o território, importante para debater os problemas da comunidade e valorizado pela conjugação de diferentes entidades, como a Universidade e a Câmara Municipal. Os restantes presidentes de Junta, José Afonso da Junta de Freguesia de Giões, Paulo Ginja da Junta de Freguesia de Martim Longo e Perpétua Martins da Junta de Freguesia de Vaqueiros, referiram não se lembrar de ter tido conhecimento da edição do mestrado em Alcoutim.

Na Pousada da Juventude de Alcoutim, onde ficaram instalados os alunos que não residiam no concelho na semana de campo, de 3 a 7 de abril de 2017, a informação prestada pela rececionista, Judite Custódio, foi que, após ter acedido aos registos, se lembrava do grupo e que tudo tinha corrido de forma bastante satisfatória.

António Faustino, dono de uma unidade hoteleira e João Baptista, proprietário de uma reserva cinegética, ambas visitadas durante a semana de campo, referiram em entrevista telefónica, que o MGSER foi importante, mas que os seus efeitos no desenvolvimento do território são poucos. Para António Faustino, os turistas, preferencialmente estrangeiros, valorizam as características ambientais do concelho de Alcoutim e a proximidade à via Algarviana, uma grande rota pedestre que atravessa o interior do Algarve de Alcoutim até Vila do Bispo. Segundo João Baptista, o investimento feito na promoção do desenvolvimento do concelho foi meritório, não se notando ainda os seus efeitos práticos.

Foram entrevistados os donos e os gerentes de alguns dos restaurantes que os estudantes e os professores frequentaram de forma mais usual, ou que se situam no centro da vila. Respetivamente, Luís Ramos dono do restaurante “Taberna do Ramos”, António Sousa, dono do café “Miragem”, Ilda Afonso, responsável pelo café “Alcoutim” e Gonçalo Galrito proprietário do restaurante “Sítio do Costume”, entre outros. A opinião geral foi que não tinham recordação da iniciativa, embora num dos restaurantes (Restaurante “Taberna do Ramos”) estivesse presente material de marketing que resultou da dissertação “Plano de marketing territorial para o rio Guadiana na região de Alcoutim” (Cavaco, 2018), como observado na Figura 5.19.



Figura 5.19: Material de marketing com slogan e *site* para promoção de Alcoutim (Fonte: Própria).

De acordo com a metodologia adotada, foram realizadas entrevistas aos alunos do MGSER de forma estruturada, com uma componente mais livre e outra mais quantitativa, cujo guião é apresentado no Anexo 3. Foram entrevistados 11 alunos dos 13 que frequentaram o mestrado. As questões abertas foram feitas com o objetivo de

analisarem as suas expectativas, prática, dificuldades sentidas e resultados obtidos de forma mais espontânea.

Quando os alunos foram questionados sobre “quais eram os seus objetivos para se ter candidatado a este mestrado?”, a maioria apontou a melhoria de conhecimentos numa área de interesse (Estudantes 1, 2, 3, 4, 5 e 6), a realização pessoal (Estudantes 7 e 8) e a importância para a implementação de iniciativas pessoais de empreendedorismo (Estudantes 9 e 10). Para um dos alunos foi muito importante a partilha de experiências reais, a análise conjunta e a troca de conhecimentos como modo de potenciar o seu desenvolvimento pessoal (Estudante 11).

A iniciativa foi também valorizada por possibilitar conhecer o território e permitir que habitantes em zonas menos privilegiadas se pudessem valorizar sem se deslocarem para os centros urbanos (Estudantes 3 e 8), assim como pela possibilidade de realizar parte da componente escolar de forma mista (presencial e em *e-learning*), uma metodologia, segundo o Estudante 5, muito funcional. De forma geral, tratou-se de uma boa experiência, pois, a nível pessoal criaram-se excelentes relações pessoais e foi uma mais-valia com um grande impacto no território (Estudante 8).

Quando questionados sobre “que dificuldades sentiu durante a parte escolar do mestrado?”, a maioria respondeu não ter sentido quaisquer dificuldades (Estudantes 2, 4, 5, 7 e 8), enquanto que outros referiram alguma dificuldade em conciliar a vida familiar com a escolar (Estudante 11). Foi também referido que estudar à distância embora tenha muitas vantagens, também tem algumas dificuldades inerentes (Estudantes 6 e 10). Um dos estudantes (Estudante 6) referiu que como não tinha carro próprio e como não existiam muitos transportes públicos para Alcoutim, tinha de se deslocar com a ajuda dos colegas. O mesmo estudante referiu que algumas das visitas realizadas durante a semana de campo não tinham uma grande relação com o que tinha sido estudado nas aulas.

As respostas à questão “qual foi a importância do apoio financeiro para a realização da dissertação?”, foram variadas, tendo sido para alguns alunos um fator muito importante (Estudantes 3, 5, 8 e 10) e num caso, essencial, pois “sem o financiamento, não teria feito a dissertação e terminado o mestrado” (Estudante 1). Para os restantes, que não receberam o apoio por não terem entregado a dissertação, por não residirem no concelho ou por outras razões pessoais, este não teve relevância (Estudantes 2, 6 e 9). Os

restantes alunos (Estudantes 4 e 11), por não terem recebido o apoio, mencionaram não conseguir avaliar a sua importância, referindo, contudo, que as condições disponibilizadas pela autarquia nas aulas, nos seminários e na semana de campo foram excelentes (Estudantes 4, 6, 7 e 11).

Quando questionados sobre como consideravam que “a sua dissertação contribuiu para o desenvolvimento deste território?”, os alunos que não entregaram a dissertação (Estudantes 3, 4, 7, 8, 9 e 11), e o que não realizou o trabalho sobre o concelho de Alcoutim, mas sobre o concelho de Aljezur, não responderam.

Para o Estudante 2, o seu trabalho consistiu num diagnóstico não implementado e embora considerasse que seria relevante divulgar o estudo em Alcoutim, nunca teve essa possibilidade.

O Estudante 5, cuja dissertação consistiu numa avaliação do território do concelho e no levantamento de todos os edifícios e habitações, com vista à implementação de uma rede de habitações de turismo rural, assegurou que a avalia como uma boa ferramenta de trabalho, mesmo que não tenha avançado. Declarou também que os seus primeiros três capítulos estão em vias de ser publicados. De notar que este aluno considerou que, devido a todo o apoio prestado pela autarquia, a sua dissertação se deveria focar numa temática que fosse do interesse local e o tema foi sugerido pela Câmara Municipal.

A dissertação do Estudante 1 consistiu no projeto de um traçado para um novo percurso pedestre no concelho, contendo também algumas indicações gerais para o fomento deste género de turismo no concelho. Algumas das sugestões seriam dar uma maior visibilidade à rede de percursos pedestres do concelho no *site* do município, fazer a sua tradução em inglês e francês de modo a aproveitar o turismo associado à via Algarviana e criar folhetos informativos sobre os percursos de forma digital. Segundo o autor deste trabalho, a sua proposta de projeto não foi implementada, nem nenhuma das suas indicações executadas, tendo mencionado que “o não aproveitamento dos contributos pode ser considerado como um desperdício devido ao investimento feito”.

A dissertação do Estudante 10, compreende a criação de um plano de marketing territorial para Alcoutim e está atualmente a ser colocado em prática através da conceção de um logótipo, de um plano de divulgação do território de Alcoutim e de um *site* de divulgação de atividades turísticas no concelho (<http://www.visitalcoutim.com/>),

com o objetivo de contribuir para o fomento de redes de modo a potenciar o desenvolvimento territorial.

No enquadramento da presente dissertação foi pedido aos estudantes que realizassem uma análise mais quantitativa, avaliando algumas das componentes da iniciativa.

Quando questionados sobre como consideravam os objetivos propostos da iniciativa, sete estudantes (64%) classificaram-na como excelente e quatro (36%) como boa (Gráfico 5.6.)

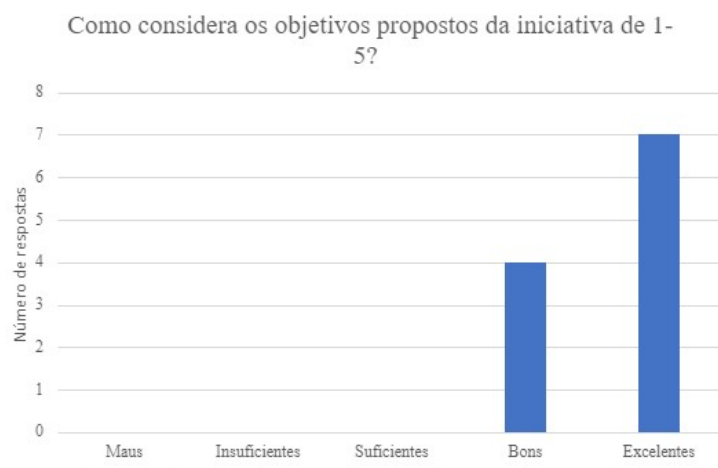


Gráfico 5.6. Avaliação dos objetivos da iniciativa pelos alunos do MGSER.

À pergunta sobre como julgavam o apoio logístico, seis (55%) referiram-no como bom, quatro (36%) como excelente e um (9%) como suficiente (Gráfico 5.7).

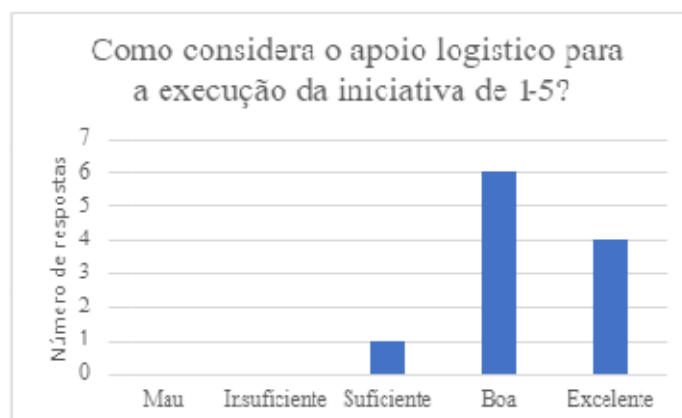


Gráfico 5.7. Avaliação do apoio logístico para a execução da iniciativa pelos alunos do MGSER.

Relativamente ao apoio financeiro, cinco estudantes (46%) qualificaram-no como excelente, três (27%) como bom, dois (18%) como suficiente e um (9%) não respondeu, pois por não ter recebido o apoio, considerou não ter capacidade de analisar (Gráfico 5.8).



Gráfico 5.8. Avaliação do apoio financeiro para a execução da iniciativa pelos alunos do MGSER.

Sobre a implementação prática de iniciativa, seis estudantes (correspondente a 55%) avaliaram-na como boa, três (27%) como suficiente e dois (18%) como excelente, como observado no Gráfico 5.9.

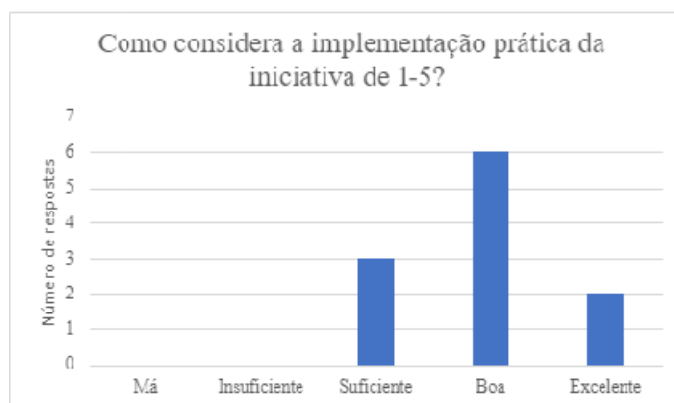


Gráfico 5.9. Avaliação da implementação prática da iniciativa pelos alunos do MGSER.

Finalmente, quando solicitados a responder sobre o resultado da iniciativa, quatro (36%) responderam que o qualificaram como bom, três (27%) como suficiente, três (27%) como excelente e um (9%) como mau (Gráfico 5.10).

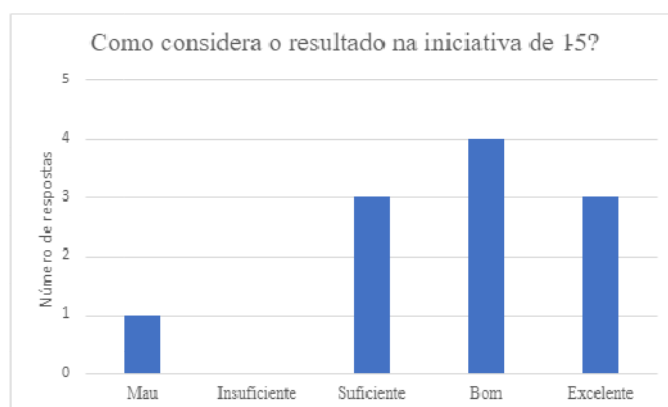


Gráfico 5.10. Avaliação do resultado da iniciativa pelos alunos do MGSER.

Capítulo 6



6 - Discussão

Os resultados obtidos na avaliação das duas iniciativas em estudo são complexos, variados e com diversos níveis de análise. Começando pelo Projeto Querença, é possível fazer uma reflexão acerca da dinâmica local que originou, temporária ou mais permanente, do número, natureza, capacidade de resiliência e fixação no território de iniciativas de empreendedorismo criadas e da experiência pessoal e profissional dos estagiários, dos responsáveis, das entidades parceiras, da população e da comunidade local como um todo.

No início da primeira edição do PQ, o que se observava, por parte dos participantes e da organização, era uma imensa vontade de colocar em prática uma ideia original que conjugava o empreendedorismo inovador em meio rural, com a animação social resultante da instalação de jovens licenciados numa aldeia com problemas de despovoamento, em associação com uma relevante componente simbólica. A esperança que uma iniciativa desta natureza originou, num período temporal muito específico, em plena assistência financeira por parte da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, trouxe-lhe uma grande visibilidade, potenciada pela comunicação social através da realização de várias reportagens. Este foco mediático foi extremamente importante num ponto essencial do Projeto: a sua capacidade de obter apoios financeiros e materiais.

Embora existisse um forte patrocínio por parte das entidades parceiras, nomeadamente, do Instituto de Emprego e Formação Profissional através do pagamento dos estágios profissionais e da autarquia de Loulé, com a comparticipação de outros custos associados aos estágios profissionais, foi relevante o apoio de outras entidades, tais como a Caixa Geral de Depósitos, a Caixa de Crédito Agrícola e a Fundação Calouste Gulbenkian, entre outros, ao propiciar a segurança financeira e material para colocar em prática a iniciativa. Uma outra componente relevante reporta-se ao modo como foi possível conjugar diferentes entidades regionais, como a Universidade do Algarve, entidades locais de cariz institucional, como a Junta de Freguesia de Querença, e outras privadas, como a Fundação Manuel Viegas Guerreiro.

Para o coordenador executivo do PQ a escolha do local foi essencial, pois em Querença, os efeitos do despovoamento e da desertificação parecem encontrar-se numa fase em que ainda poderiam ser regredidos, e com uma componente ambiental, cultural,

económica e social relevantes, tinha características que a tornavam única, posição partilhada pelo técnico da Câmara Municipal de Loulé. Segundo o coordenador científico, o Projeto Querença resultou de um conjunto de situações muito específicas, num espaço limitado e embora tivesse havido a vontade de criar uma rede de territórios que partilhasse a mesma metodologia e objetivos, a implementação desta rede estaria sempre associada às realidades específicas desses territórios.

As entidades envolvidas na iniciativa, de forma global, consideram-na como positiva, principalmente a presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim e o vice-presidente da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, que valorizaram a participação da população, o seu espírito comunitário e a animação que o mercado mensal trouxe para a aldeia.

Para os estagiários a experiência do Projeto Querença foi marcante embora, através dos seus relatórios de estágio profissional e das entrevistas realizadas, fiquem evidentes algumas dificuldades sentidas, tais como a falta de financiamento para a realização de atividades e projetos, alguma dispersão natural na escolha das iniciativas a implementar e uma pressão mediática que, por vezes, lhes dificultou a dedicação necessária para a realização dos seus próprios empreendimentos. A experiência é reconhecida globalmente como muito positiva, sendo em muitos casos a primeira oportunidade profissional, acrescida das relações pessoais criadas com a população da aldeia, que são muito valorizadas. Os contributos a nível pessoal, as possibilidades que originou, diretamente ligadas ao território ou a outros projetos desenvolvidos, e a visibilidade que tiveram são consideradas como grandes mais valias pessoais e profissionais

É interessante verificar alguma assimetria nos resultados apresentados. Pode-se argumentar que numa iniciativa como esta, de resgate territorial, o tempo não “corre” da mesma forma para todas as atividades.

Quando se analisam as reportagens realizadas pela comunicação social, as visitas às hortas, em que todos ou grande parte dos estagiários trabalhavam, são constantes. O Projeto, de modo consciente ou não, parece ter utilizado a componente agrícola para promover a iniciativa como um exemplo de um sustentável e inovador regresso às origens, narrativa que a comunicação social aceitou e que parece ter eco na sociedade devido à atenção dada. Porventura como resultado da enorme expectativa, os trabalhos de agricultura tiveram um grande investimento; no entanto, talvez tenham sido os mais

prejudicados pela própria operacionalização do Projeto, devido à duração dos estágios profissionais, à dificuldade em obter apoios financeiros e à pouca disponibilidade por parte dos estagiários para investir numa iniciativa empreendedora, com todos os riscos associados.

Embora tal não signifique que não tenham existido resultados muito positivos - a própria formação do banco de solos disponibilizado pela população local, que em muitos casos ajudou na sua limpeza e contribuiu para os trabalhos agrícolas, ensinando práticas antigas e aprendendo novas técnicas, deverá ser considerado como um valor intrinsecamente positivo – é interessante constatar que, no final, foram os resultados no âmbito do Design, Marketing e Eventos e Gestão de Empresas que marcaram o modo como a população da aldeia, os diferentes participantes no Projeto e as pessoas que entraram em contato com este o perceberam e foi na área da Biotecnologia/Engenharia Alimentar que se verificou maior inovação, com a apresentação de dois produtos no final da primeira edição: a Barra Energética de Querença (BEQ) e um coagulante feito a partir de cardo (*Cynara cardunculus*) para aplicação na indústria da produção de queijo, sendo de sublinhar que a primeira, que teve continuidade na segunda edição do PQ, aproveita matérias-primas com origem no pomar de sequeiro algarvio, baseia-se em investigação desenvolvida na Universidade do Algarve e mantém-se atualmente no mercado.

Finalmente, quanto ao potencial para fomentar atividades de empreendedorismo inovadoras, pode-se afirmar que essa possibilidade se concretizou na criação de um viveiro de plantas autóctones e uma empresa na área dos jardins sustentáveis que, contudo, não está sediada na freguesia.

Em termos ambientais, geológicos e paisagísticos, o território envolvente à aldeia de Querença é muito rico, como é comprovado pela existência de duas áreas protegidas, as Paisagens Protegidas Locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola. A possibilidade de exploração sustentada de atividades ligadas ao turismo da Natureza no território da aldeia foi um pilar essencial do Projeto Querença e uma atividade que se manteve, contribuindo para a revitalização do território.

Uma componente relevante do PQ foi a possibilidade de criação de uma rede de aldeias, ou de territórios, que com uma metodologia semelhante à utilizada em Querença, gerasse desenvolvimento sustentado em territórios rurais e de baixa densidade. Os casos

analisados de forma breve nesta dissertação, tiveram resultados muito díspares, ficando evidente que a implementação de iniciativas de desenvolvimento rural está muito dependente da estrutura de apoio que a sustenta, da sua ligação à população local, da capacidade mobilizadora e organizadora da sua coordenação.

A segunda iniciativa a ser estudada no âmbito da presente dissertação foi a edição 2016/18 do Mestrado em Gestão Sustentável de Espaços Rurais da Universidade do Algarve que teve como território anfitrião, o concelho de Alcoutim. Os resultados apresentados podem ser divididos nas dissertações apresentadas pelos alunos, a maioria das quais (quatro das cinco realizadas) abordaram o território de Alcoutim, no ganho de formação e informação que os seminários realizados por professores de outras universidades e instituições trouxeram para uma área rural de baixa densidade e na animação social originada pela presença regular dos alunos e professores na vila.

As quatro dissertações apresentadas sobre o concelho de Alcoutim abordaram temáticas variadas, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do território através da proposta de estratégias e de produtos associados ao turismo sustentável de modo a aproveitar as suas características naturais e culturais únicas, assim como através do fomento de estratégias para valorizar de forma mais efetiva o seu potencial agrícola e florestal. No momento da realização desta dissertação apenas uma das dissertações está a ser implementada, a referente à criação de um plano de marketing territorial para o rio Guadiana na região de Alcoutim (Cavaco, 2018). Contudo, é de referir que estas dissertações são relativamente recentes e que a existência da pandemia provocada pela Covid-19, dificultou a sua implementação.

A avaliação do efeito que o MGSER teve no território através da realização dos seminários por parte de professores convidados, é de difícil operacionalização. Os alunos valorizaram-se por terem tido a oportunidade de aumentar os seus conhecimentos, e como alguns eram funcionários da autarquia e um, inclusivamente, dirigente autárquico da junta de freguesia local, é possível referir que houve um ganho na formação nas instituições, ainda que limitado.

Relativamente à estadia dos alunos e professores na vila e no concelho, os resultados restringiram-se aos serviços prestados a estes, referentes à estadia na Pousada da Juventude na sede de concelho durante a semana de campo e em restaurantes no concelho, na semana de campo e nos dias de aulas e seminários presenciais.



Fotografia da praça de Querença (Fonte: Própria)

Capítulo 7



7 - Considerações finais

Como referem Pato & Teixeira (2016), perante as dificuldades existentes em zonas menos favorecidas, a resposta deverá ser através da aposta na inovação. Neste sentido, as iniciativas analisadas na presente dissertação tentaram ativar os territórios em estudo, valorizando-os e tentando contribuir com novas metodologias e novos modos de análise. Ambas as iniciativas analisadas têm em comum o suporte institucional, financeiro e logístico, disponibilizado pelo poder local, nomeadamente pelas Câmaras Municipais de ambos os municípios (Loulé e Alcoutim) e no caso do Projeto Querença, também pela Junta de Freguesia. Devido à própria natureza dos projetos a rede de parceiros foi bastante mais vasta no Projeto Querença do que na edição do Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais em Alcoutim.

Uma outra característica partilhada pelas duas iniciativas, foi o foco na importação de conhecimento para territórios de baixa densidade. Em Querença, entidades públicas e privadas, instituições locais, regionais e nacionais uniram-se com o objetivo de contribuir para o fomento de atividades de cariz empreendedor baseadas no conhecimento adquirido pelos estagiários recém-licenciados e no apoio disponibilizado pelo professores da Universidade do Algarve. No caso do MGSER, com os alunos de mestrado, a Universidade do Algarve e a autarquia local a desenvolveram soluções adaptadas ao território para combater a desertificação e o despovoamento.

Da análise de alguns dos efeitos do Projeto Querença, observou-se a criação de iniciativas de empreendedorismo com o surgimento de novas empresas, uma cooperativa de desenvolvimento local, ligada ao desenvolvimento rural sustentado, com especial ênfase no turismo da natureza, aproveitando as condições ambientais da área envolvente à aldeia de Querença e de um produto inovador baseado em trabalhos da Universidade do Algarve com materiais oriundos do pomar de sequeiro, a Barra Energética de Querença. Nem todos os estagiários fundaram as suas próprias empresas, nem, provavelmente, tal seria possível ou desejado por eles próprios, mas as repercussões para o território foram evidentemente positivas, ainda que em alguns casos estas tenham sido pontuais. A animação proporcionada pela estadia dos estagiários na aldeia, a atenção mediática que deu a conhecer o Projeto, o envolvimento da população local e a realização do mercado mensal, são considerados como contributos relevantes.

Os nove meses da primeira edição e os doze da segunda foram muito ricos em atividades mobilizadoras que promoveram o aparecimento de outros projetos noutras locais do país a partir da mesma metodologia (Projeto Geraz com Querença, Projeto Aldeias Ribeirinhas do Alqueva, entre outras). Foi fundamental o apoio prestado por entidades públicas e privadas para o bom funcionamento e implementação dos projetos. O sucesso de outras iniciativas “irmãs” do Projeto Querença, foi mais evidente quando o patrocínio foi mais sólido e contínuo, como no caso das Aldeias Ribeirinhas do Alqueva.

A estadia dos jovens estagiários em Querença foi um fator essencial em toda a dinâmica do Projeto. Contudo, como observado por vários intervenientes, o ganho de energia, de novas ideias e formação, também teve associado um défice de maturidade, de capacidade organizativa e financeira. De modo a tentar solucionar esta situação, uma possibilidade, na perspetiva de uma futura iniciativa de desenvolvimento rural baseada na inovação, era que esta pudesse ter um maior acompanhamento por parte de entidades estabelecidas no território. Uma outra proposta seria uma organização do projeto em modo de tutoria mista aos alunos recentemente formados realizada por empreendedores locais e pela Universidade do Algarve, ou em alternativa, em modo de parceria entre recém-licenciados/mestres e desempregados de longa duração residentes nesses territórios que tivessem formação em empreendedorismo. O despovoamento nestas áreas de baixa densidade poderia dificultar a implementação de uma iniciativa com estas características, mas o enraizamento e a ligação a essa área geográfica, seria, talvez, mais efetivo, fomentando a fixação de população mais jovem.

Em conclusão, o Projeto Querença foi uma iniciativa com muitas dimensões, que resultou da envolvimento de diferentes entidades que contribuíram para o seu sucesso. Este não pode ser considerado como absoluto, em parte porque a expectativa era muito grande no seu início, e também porque nem todas as iniciativas desenvolvidas pelos estagiários poderiam ter os resultados pretendidos. Terá, contudo, devido à sua envolvimento e presença atual no território, de ser considerado como positivo.

O desenvolvimento do Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais da Universidade do Algarve, em parceria com o município de Alcoutim foi considerado uma iniciativa muito relevante ao facilitar o acesso à formação a pessoas que viviam num concelho rural e isolado. Foi também importante ao criar um conjunto de soluções

inovadoras, baseadas no estudo e na investigação académica, para a promoção das mais-valias do território.

As dissertações apresentadas foram desenvolvidas com o intento de potenciar as características da zona geográfica, aproveitando os seus recursos abióticos, bióticos e culturais de forma sustentável. Ainda não é possível avaliar condignamente a sua implementação, devido a ter passado, relativamente, pouco tempo desde a sua apresentação, assim como pela disrupção económica e social proporcionada pela situação pandémica causada pela COVID-19. É possível, todavia, concluir que se tratou de uma iniciativa que trouxe vantagens para o concelho. Considera-se que a sua continuação em novos moldes e noutros territórios de baixa densidade seria realmente profícuo para o mundo rural.

É de salientar a enorme importância e o grande contributo que o conhecimento proporcionado pelo mestrado tem num território rural de baixa densidade como o concelho de Alcoutim, tanto a nível económico, como social e ambiental, contribuindo, de forma acentuada, como grande fator para o seu desenvolvimento a longo prazo.

O trabalho desenvolvido apresentou algumas limitações, nomeadamente pelo facto do processo de recolha de informação ter sido baseado parcialmente em entrevistas, cujas respostas, naturalmente, foram subjetivas, pois os entrevistados, de forma geral e, quando possível, abordaram temáticas da sua preferência e responderam de forma mais favorável ou desfavorável relativamente aos objetivos, à implementação e aos resultados das iniciativas, conforme a concretização dos seus objetivos pessoais e profissionais. A fusão de questões de resposta livre com as de resposta fechada, permitiu recolher uma maior diversidade de tipos de dados. Em particular, as questões de resposta fechada, possibilitaram a obtenção de dados de forma mais quantitativa, embora se tratem sempre das percepções pessoais dos entrevistados.

É de referir que as reportagens da comunicação social tiveram como objetivo a divulgação das atividades desenvolvidas e a procura de apoios, sendo, de forma geral, promocionais. Todavia, valorizaram a pesquisa pela possibilidade de contar com os testemunhos dos participantes em diferentes estados de implementação das iniciativas.

Como proposta para trabalhos futuros de avaliação de iniciativas de desenvolvimento em territórios de baixa densidade, seria pertinente analisar quais as motivações das entidades apoiantes, o modo como os seus próprios objetivos seriam concretizados e a

disponibilidade de apoio a futuras atividades e em que moldes seriam concretizadas. Uma outra proposta para futuras pesquisas, seria analisar a estrutura empresarial em áreas em que tenham sido implementadas iniciativas de promoção de desenvolvimento, compilando informação relevante anterior e posterior à sua execução, permitindo aferir quais as diferenças existentes entre o início da implementação do projeto e a sua conclusão. Desta forma, seria possível averiguar o efeito que estas tiveram ao potenciar o aparecimento de atividades de empreendedorismo inovador.



Fotografia do Mercado de Querença (Fonte: Projeto Querença)

Bibliografia



Aguiar, M. (31 de julho de 2012). Estágios: podem 15 licenciados desenvolver cinco aldeias do Alqueva? Público. <https://www.publico.pt/2012/07/31/p3/noticia/estagios-podem-15-licenciados-desenvolver-cinco-aldeias-do-alqueva-1813883>

Alcoutim Invista Alcoutim (2021). <http://visitalcoutim.com>

Alho, J. (2014). Valorização dos recursos naturais pelo ecoturismo numa zona rural de baixa *densidade* - Concepção de uma rota de libélulas e libelinhas [Dissertação de mestrado em Gestão e Conservação de Recursos Naturais, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Évora. <https://dspace.uevora.pt/r dpc/handle/10174/10915>

Alves, H. & Fernandes, S. (2013) From Theory to Action –Co-Creation in the rural world –the Querença Project. S.Hastings, G e Domegan, C. (eds.), Social Marketing: From tunes to symphonies (2º edition. pp. 309-317). Social Marketing. University of Stirling.

Antena 1 (25 de maio de 2011a). Equipa da Universidade do Algarve em Querença. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=4n3agVg23S0&list=PLC4843116FB05658E&index=12>

Antena 1 (21 de novembro de 2011b). Projecto Querença. Associação de universidades de língua portuguesa. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=PL1wJUtm1A>

Antena 1 (14 de dezembro de 2011c). Conversa com António Covas. Projeto Querença. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=wPA9dBSkmLs&list=PLC4843116FB05658E&index=17>

ARA (2013a). Apresentação pública final projecto ARA.

ARA (2013b). Projeto Aldeias Ribeirinhas do Alqueva. 2012/2013.

Ascensão, R. (2014). Empreendimento Turístico Pedras d’el Reino no âmbito do Projeto Barril. [Dissertação de mestrado em Marketing Turístico, Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/8080/1/Relat%C3%B3rio%20de%20est%C3%A1gio%20Mestrado%20Marketing%20Tur%C3%ADstico%202012-2014.pdf>

Assembleia da República (2012). Lei 22/2012 de 30 de maio. Diário da República (2012) nº 105/2012, Série I de 2012-05-30.

Baptista, F. O. (2001). Agricultura e territórios. Celta. 1ª ed. VII.

Barbosa, A. (2012). A relação e a comunicação interpessoais entre o supervisor pedagógico e o aluno estagiário. Um estudo de caso. [Dissertação de mestrado em Ciências da Educação especialidade de Supervisão Pedagógica, Escola Superior de Educação João de Deus]. Repositório Institucional da Escola Superior de Educação João de Deus. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2472>

Barlavento (10 de junho de 2012). Mercado de Querença visita Vilamoura. <https://barlavento.sapo.pt/arquivo/mercado-de-querenca-visita-vilamoura>

Barlavento (10 de janeiro de 2013). Algarvio do Ano. Projeto Querença. <https://barlavento.sapo.pt/arquivo/algarvio-do-ano-projeto-querenca>

Biosfera (25 de janeiro de 2012). "Da teoria à ação - empreender o mundo rural". RTP2. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=KZIsrXnRVRA&list=PLC4843116FB05658E&index=9>

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). Investigação Qualitativa em Educação. Porto Editora. ISBN: 978-972-0-34112-9.

Bota, M. (2015). Relatório de estágio. Biblioteca da Fundação Manuel Viegas Guerreiro. [Dissertação de mestrado em Ciências Documentais, Ramo Biblioteca e Documentação, Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/8264>

Boto, R. (2018). Reabilitação urbana da vila de Alcoutim: proposta de criação de uma rede integrada de alojamento como estratégia de turismo sustentável em áreas de baixa densidade. [Dissertação de mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais. Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/12354>

Caetano, P. & Ferreira, J. (2015). Empreendedores por Natureza. Editorial Bizâncio. ISBN: 9789725305706.

Câmara Municipal de Alcoutim (2014). Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcoutim – 2014-2018 – Caderno I - Informação de base. <https://cm-alcoutim.pt/pt/menu/388/plano-municipal-de-defesa-da-floresta-contra-incendios.aspx>

Câmara Municipal de Alcoutim (2021). <https://www.cm-alcoutim.pt/pt/Default.aspx>.

Câmara Municipal de Loulé (2010). Aviso n.º 20717/2010. Diário da República. N.º 202/2010, Série II de 2010-10-18.

Câmara Municipal de Loulé (2006). Carta Educativa do Concelho de Loulé. <https://www.cm-loule.pt/pt/menu/114/carta-educativa.aspx>

Câmara Municipal de Loulé (2016). Loulé: Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas Relatório Final. Volume 1, 1ª edição. ISBN: 978-972-9064-80-7. http://www.louleadapta.pt/pdf/EMAAC_DE_LOULE.pdf.

Cavaco, I. (2018) Plano de marketing territorial para o rio Guadiana na região de Alcoutim. [Dissertação de mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais. Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/12354>

Chapuça, V. (23 de abril de 2015). Entrevista: BEQ – Barra Energética de Querença, um projeto que levará Querença além-fronteiras. A Voz do Algarve. <https://www.avozdoalgarve.pt/detalhe.php?id=7420>

Clemente, S. (2016). Políticas de Desenvolvimento em Áreas Rurais Classificadas: o caso português. [Tese de doutoramento em Geografia, especialidade de Planeamento Regional e Urbano, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/25143?locale=en>

CEMAT (2011). Glossário de Desenvolvimento Territorial, Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território Conselho da Europa. ISBN: 978-8569-51-8. <https://rm.coe.int/16806f7d5d>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2007). Indicadores de desertificação no Algarve. Área piloto de combate à desertificação. ISBN: 978- 972-

99928-6-5. https://www.ccdr-alg.pt/site/sites/default/files/publicacoes/livro_indicadores_de_desertificacao_0.pdf

Comissão Europeia (2012). Commission staff working document a view of employment, growth and innovation in rural areas. Brussels. <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7866-2012-INIT/en/pdf>.

Comissão interministerial de coordenação (2015). Alteração de deliberação relativa à classificação de territórios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. Deliberação nº 55/2015. https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/legislacao/deliberacoes_cic/deliberacaocic_55_2015.pdf.

Conselho da União Europeia (2020). Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho sobre a criação de oportunidades para os jovens nas zonas rurais e remotas. Doc. Número 7807/20. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020XG0609\(01\)&from=HU](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020XG0609(01)&from=HU)

Costa, M. E. (1994). Cinética do crescimento de células em suspensão de *Cynara cardunculos* em reactores biológicos. [Tese de doutoramento em Biotecnologia Vegetal, Unidade de Ciências e Tecnologias Agrárias, Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7455>

Costa, J., Costa, M. Pinto, J. & Oliveira, P. (2004). Vegetação do vale e encostas da Benémola: contributo para o ecoturismo e desenvolvimento agrícola de Querença. Fundação Manuel Viegas Guerreiro. 75, pp. 1-4. ISBN 972-99155-0-4.

Covas, A. (2011). Projecto Querença 2011/2012. A Filosofia geral do projecto. 2p.

Cruz, A. (5 de junho de 2012). Projecto-piloto para repovoar aldeias. Público. <https://www.publico.pt/2012/06/05/jornal/projectopiloto-para-repovoar-aldeias-24661171>.

Cunha Lima, F, Silva, Y. & Silva, J. (2016). Projecto Querença: turismo comunitário como alternativa para o desenvolvimento local e humano. Anais do Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR). <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/422.pdf>

Diário do Alentejo (28 de junho de 2013). “Aldeias ribeirinhas” premiadas. p. 11;

Diário de Notícias (01 de novembro de 2013). Projeto Querença combate o despovoamento. <https://www.dn.pt/portugal/projeto-querenca-combate-despovoamento--3509765.html>

Dias, L., & Santos, F. (2019). Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas do Algarve. Pp. 264. <https://amal.pt/comunicacao/publicacoes/234-plano-intermunicipal-de-adaptacao-as-alteracoes-climaticas-piaac-amal>

EDIA (2012). Projeto aldeias ribeirinhas do grande lago Alqueva. Convite para estágios profissionais. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/16344497/projeto-aldeias-ribeirinhas-do-grande-lago-de-alqueva-edia>.

FAO (2018). Guidelines on defining rural areas and compiling indicators for development policy. <http://www.fao.org/3/ca6392en/ca6392en.pdf>.

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. (2021) Pedestrianismo. <http://www.cmportugal.com/Pedestrianismo.aspx>

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve. Gestão Sustentável dos Espaços Rurais. <https://fct.ualg.pt/curso/1677>

Fernandes, R. (2013). Regadios Tradicionais no território português. O caso de Querença no barrocal algarvio. [Dissertação de mestrado em Arquitetura Paisagística, Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7574>

Fernandes, S. (2013). Mercado de Querença - Ao encontro do marketing de experiências. [Dissertação de mestrado em Marketing, Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/5991>

Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Sociologia, Problemas e Práticas, 33, 45-54. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

Ferreiro, M., Sousa, C. & Oliveira, P. (2015, Julho 16-18). Governance and innovation in rural territories: a network analysis. VI Congresso de Estudos Rurais. Entre heranças e emancipações: Desafio do Rural. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de

Lisboa. https://repositorio.ipsantar em.pt/bitstream/10400.15/1386/1/Ferreiro_Sousa_PedroOliveira_CER_2015.pdf.

Folha de Domingo (21 de outubro de 2013). Estagiários criam pacotes turísticos para a época baixa no sotavento algarvio. <https://folhadodomingo.pt/estagiarios-criam-pacotes-turisticos-para-a-epoca-baixa-no-sotavento-algarvio/>

Folha do Domingo (03 de novembro de 2014). Projeto Querença lança rota turística sobre a cal e o barro em 2015. <https://folhadodomingo.pt/rota-turistica-sobre-a-cal-e-o-barro-de-querenca-arranca-em-2015/>

Fonseca, C. (2014). De volta à terra? Desenvolvimento e revitalização rural – Um estudo de caso no Sul de Portugal. [Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]. Disponível em https://www.academia.edu/12886470/Desenvolvimento_e_Revitaliza%C3%A7%C3%A3o_rural_no_Sul_de_Portugal.

Foz do Lima (11 de junho de 2012). Lançado projeto “Geraz com Querença” em quatro freguesias do concelho. Viana do Castelo.

Fundação Manuel Viegas Guerreiro (2000). Estatutos da Fundação Manuel Viegas Guerreiro. Querença – Portugal.

Fundação Manuel Viegas Guerreiro (2010). Da Teoria à Ação - Empreender o Mundo Rural. Microgeoeconomia de Áreas Rurais de Baixa Densidade. Proposta.

Fundação Manuel Viegas Guerreiro (2012). Projeto Querença. Balanço da 1ª fase.

Galvão, A., Mascarenhas, C., Marques, C., Braga, V. & Ferreira, M. (2020). Mentoring entrepreneurship in a rural territory – A qualitative exploration of an entrepreneurship program for rural areas. *Journal of rural studies*. 78, 314-324.

Gancho, A. (2018). Traçado para um novo Percurso Pedestre. Nas margens da ribeira do Vascão. [Dissertação de mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais. Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/12627>

Gomes, A. (2002). Optimização das condições de conservação das infusões de cardo (*Cynara cardunculus* L.) utilizadas na produção de queijo de cabra. Relatório de estágio

do curso de licenciatura em Engenharia Agronómica, Ramo Hortifruticultura. Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais da Universidade do Algarve.

Gomes, A. (2005). Estudo da imobilização das proteases aspárticas da flor de *Cynara cardunculus* L. Reologia da coalhada. [Dissertação de mestrado em Biotecnologia, Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve.

<https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/8536>

Gregório, A. (s.d.). Rota dieta mediterrânica. In Loco. <http://leader2020.minhaterra.pt/wst/files/I416-ARTURXGREGORIO.PDF>;

Gülümser, A., Levent, T., Nijkamp, P. & Poot, J. (2011). The role of local and newcomer entrepreneurs in rural development: A comparative meta-analytic study. *Regional Studies*, 45:9, 1207-1223.

Henriques, E. (1994). Vender a cidade, ou as lógicas e as estratégias do marketing urbano. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. Vol. 29 N.º 58.

Hernández-Maestro, R.M., Muñoz-Gallego, P.A., & Santo-Requejo, L. (2009). Small business owner's knowledge and rural tourism establishment performance in Spain. *Journal of Travel Research*, 48 (1), 58-77.

In Loco. (2021) <http://www.in-loco.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. Resultados. (2021). Censos. Resultados preliminares. https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

Iniciativa (28 de novembro de 2011). Projecto Da Teoria à Acção Empreender o Mundo Rural. RTP2. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=rEd6UTSc4Fs&list=PLC4843116FB05658E&index=4>

Instituto Nacional de Estatística (2011). Censos - Resultados definitivos. Portugal – 2011. ISBN 978-989-25-0181-9. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publica_caodet&contexto=pu&PUBLICACOESpubboui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554.

Jornal do Baixo Guadiana (Fevereiro de 2013). “Projecto Alcoutim” já arrancou. 11p. https://issuu.com/jornalbaixoguadiana/docs/jbg_fevereiro2013

Korsgaard, S., Müller, S. & Tanvig, H.W., 2015. Rural entrepreneurship or entrepreneurship in the rural—between place and space. *Int. J. Entrepreneurial Behavior Res.* 21 (1), 5–26. https://www.researchgate.net/publication/273486777_Rural_entrepreneurship_or_entrepreneurship_in_the_rural_-_between_place_and_space

Ludovico, C. (2018). O emparcelamento rural. Caso de estudo: concelho de Alcoutim. [Dissertação de mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais. Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/12250>

Martins M. de B. & Covas A. (2013). The “Querença Project”: from theory to action – undertake rural world. *International Scientific Conference Landscape and Imagination: towards a new baseline for education in a changing world.* Paris.

Martins, S. (28 de novembro de 2011). Projeto de repovoamento do interior algarvio vai ser replicado no Alto Minho. Público. <https://www.publico.pt/2011/11/28/jornal/project-o-de-repovoamento-do-interior-algarvio-vai-ser-replicado-no-alto-minho-23510890>.

Martins, S. (2012). A cal na tradição do Barrocal algarvio: contributo para o estudo da produção de cal artesanal. [Dissertação de mestrado em História do Algarve, Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/10637>

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural (2007). Plano de Ordenamento do Algarve (PROTAL). Volume 1. <http://prot.ccdr-alg.pt/>

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2008). Decreto de Lei 142/2008 de 23 de janeiro. *Diário da República* n.º 142/2008, Série I de 2008-07-24.

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (1991). Decreto de Lei 391/91 de 10 de outubro. *Diário da República* (1991) n.º 233/1991, Série I-A de 1991-10-10.

Ministro, J. (2012a). Projecto Querença - uma nova abordagem ao desenvolvimento do mundo rural. Naturlink. <http://naturlink.pt/article.aspx?menuid=7&cid=60638&bl=1&viewall=true>.

Ministro, J. (2012b). Inovação, criatividade e dinâmica jovem a favor do território rural. Documento associado à audição parlamentar N° 62-CECC-XII. <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheAudicao.aspx?BID=92997>.

Ministro, J. (2013). Projeto Querença 2. Não publicado.

Ministro, J. (2016). Projecto Querença. Um balanço e uma reflexão. Livro de atas da Conferência Dinamização de território de baixa densidade. Caso de Estudo: Projeto Querença. QRER, Projeto Querença.

Miranda, R. (2009). Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1º Ciclo. [Dissertação de mestrado em Educação, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5489>

Mota, B. (2019). Problemática dos Territórios de Baixa Densidade: Quatro Estudos de Caso. Problemática dos Territórios de Baixa Densidade: Quatro Estudos de Caso. [Dissertação de mestrado em Administração Pública, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Institucional do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/7357/1/Dissertacao%20Conceicao%20A7aoMatos%20-%20Governanca%20A7a%20e%20PP%20em%20TBD%20-%20Sem%20CV.pdf>

Nascer do Sol (30 de novembro de 2012). Jovens licenciados vão estagiar em aldeias do Alqueva para dinamizar a economia local. <https://sol.sapo.pt/artigo/63917/jovens-licenciados-vaao-estagiar-em-aldeias-do-alqueva-para-dinamizar-a-economia-local>.

Nguyen, P., Wells, S. & Nguyen, N. (2018). A Systemic Indicators Framework for Sustainable Rural Community Development. Systemic Practice and Action Research, Springer, vol. 32(3), pp 335-352.

OECD. (2006). The new rural paradigm policies and governance. Paris. ISBN 9264023917

Olo, D. (2019). Análise do “Projeto Querença” na perspectiva dos dispositivos de governança. Working Paper do CETRAD 1.

Organização das Nações Unidas (1994). Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados pela Seca Grave e ou Desertificação,

particularmente em África. https://www.unccd.int/sites/default/files/relevant-links/2017-01/UNCCD_Convention_ENG_0.pdf.

Pato, M.L. & Teixeira, A. (2016). Twenty Years of Rural Entrepreneurship: A Bibliometric Survey. *Sociologia Ruralis*, Vol. 56, N.º 1. <http://wps.fep.up.pt/wps/wp516.pdf>

Paulino, P. (24 de janeiro de 2014). Projecto “Aldeias Ribeirinhas de Alqueva” apresenta resultados. Rádio Pax. <https://www.radiopax.com/projecto-aldeias-ribeirinhas-de-alqueva-apresenta-resultado>.

Pernet, S. (2016). Empreendedorismo e Capacitação em meio rural. Estudo de caso no Togo. [Dissertação de mestrado em Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Institucional do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12622>

Pordata (2021). O seu município em números! Alcoutim. <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Alcoutim-252055>

Postal do Algarve (28 de outubro de 2016). Mestrado em Gestão Rural de Espaços Rurais vai desenvolver-se em Alcoutim. *Especial Alcoutim*, pp. 2. https://issuu.com/postalalgarve/docs/alcoutim_03_-_28_out_2016

Projeto Alcoutim.(25 de novembro de 2013). “Projeto Alcoutim” traça novos caminhos de desenvolvimento no concelho. Facebook. <https://www.facebook.com/ProjetoAlcoutim/>

Cooperativa para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade [QRER] (2021). <https://www.qrer.eu>

Quivy, R. e Campenheout, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva. ISBN: 9789726622758.

Revez, I. (27 de maio de 2012a). Na aldeia que virou comunidade criativa, até das urtigas se faz sopa. Público. <https://www.publico.pt/2012/05/27/jornal/na-aldeia-que-virou-comunidade-criativa-ate-das-urtigas-se-faz-sopa-24613359>.

- Revez, I. (27 de maio de 2012b). Vem e trás um voluntário também. Público. <https://www.publico.pt/2012/05/27/jornal/vem-e-traz-um-voluntario-tambem-24613377>.
- Revez, I. (13 de outubro de 2014). A cal vai passar a ser produto turístico no barrocal algarvio. Público. <https://www.publico.pt/2014/10/13/local/noticia/a-cal-que-nem-s-empre-e-branca-vai-passar-a-ser-produto-turistico-no-barrocal-algarvio-1672538>.
- Rodrigues, H. (24 de julho de 2013). Projeto Barril aposta nos jovens para combater a sazonalidade. Sul Informação. <https://www.sulinformacao.pt/2013/07/projeto-barril-aposta-nos-jovens-para-combater-a-sazonalidade/>.
- Rodrigues, H. (25 de março de 2015). Barra Energética de Querença ainda não está no mercado, mas já ganha prémios. Sul informação. <https://www.sulinformacao.pt/2015/03/barra-energetica-de-querenca-ainda-nao-esta-no-mercado-mas-ja-ganha-premios/>.
- Rodrigues, H. (10 de outubro de 2016). UAAlg leva mestrado a Alcoutim para encontrar soluções contra a desertificação. Sul Informação. <https://www.sulinformacao.pt/2016/10/ualg-leva-mestrado-a-alcoutim-para-encontrar-solucoes-contra-a-desertificacao/>.
- Rosário, L. (2004). Indicadores de Desertificação para Portugal Continental. Direcção-Geral dos Recursos Florestais. ISBN 972-8797-55-7.
- Rossi, P., Lipsey, M. & Freeman, H. (2004). Evaluation. A systematic approach. 7th edition. Sage Publications.
- Roxo, M. J. (2008). Alertar a sociedade para a desertificação. LUCINDA. Land care in desertification affected areas. From science towards application. Série do fascículo A, nº4.
- Roxo, M. J. (s.d.) Panorama mundial da desertificação. <http://www.avesmarinhas.com.br/22%20-%20Panorama%20mundial%20da%20desertifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- Sá, E., Casais, B. & Silva, J. (2018). Local development through rural entrepreneurship, from the Triple Helix perspective: The case of a peripheral region in northern Portugal. International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research, 21(1): 5–26.
- Santos, J. C., Nogueira, J. & Leitão, B. (2014). Geraz com Querença uma experiência de dinamização de comunidades rurais no Alto Minho. X Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Palencia, Espanha.

SIC (28 de novembro de 2011). Desafio colocado a 9 jovens licenciados: mudar uma aldeia inteira. <https://www.youtube.com/watch?v=b41Ak9CUtrQ&list=PLC4843116FB05658E>

Silva, C., Leote, J., Lima, J., Mendonça, M. & Brito, R. (2013). Barras de cereais (Figo, Alfarroba, Mel, Amêndoa e Arroz tufado). Trabalho não publicado no âmbito da disciplina Desenvolvimento e Otimização de Produtos, do curso de Engenharia Alimentar da Universidade do Algarve com a discente Margarida Vieira.

Silva, Y. & Silva J. (2015). “Projeto Querença”: Redes e parcerias como base para o desenvolvimento local e um turismo comunitário e criativo na aldeia de Querença-Portugal. Revista Turismo e Desenvolvimento. Nº 24, pp. 83-95. <https://www.ua.pt/file/41572>

Sivikumar, M. (2007). Interactions between climate and desertification. Agricultural and forest meteorology. Volume 142, Capítulo 2-4. 143-155.

Sul Informação (03 de outubro de 2013a). Projeto Barril apresentado oficialmente no sábado. <https://www.sulinformacao.pt/2013/10/%C2%ABprojeto-barril%C2%BB-a-presentado-oficialmente-no-sabado/>.

Sul Informação (03 de novembro de 2013b). «Projeto Alcoutim» encerra após encontrar «novos caminhos» para o concelho. <https://www.sulinformacao.pt/2013/11/%c2%abprojeto-alcoutim%c2%bb-encerra-apos-encontrar-%c2%abnovos-caminhos%c2%bb-para-o-concelho/>.

Sul Informação (09 de agosto de 2017a). Rocha da Pena volta a enquadrar a «maior competição de trail running do Algarve». <https://www.sulinformacao.pt/2017/08/rocha-da-pena-volta-a-enquadrar-a-maior-competicao-de-trail-running-do-algarve/>.

Sul Informação (23 de maio de 2017b). Há mercado de Querença no próximo Domingo. <https://www.sulinformacao.pt/2017/05/ha-mercado-de-querenca-no-proximo-domingo/>.

Sul Informação (03 de dezembro de 2018). João Oliveira volta a vencer Algarviana Ultra Trail. <https://www.sulinformacao.pt/2018/12/joao-oliveira-volta-a-vencer-algarviana-ultra-trail/>.

Sul Informação (27 de janeiro de 2019). Vem aí mais uma edição do Trail Ossónoba. <https://www.sulinformacao.pt/2018/12/joao-oliveira-volta-a-vencer-algarviana-ultra-trail/>.

Sul Informação (09 de abril de 2021). Incubadora QRIAR abre candidatura para projetos da indústria cultural e criativa. Sul Informação. <https://www.sulinformacao.pt/2021/04/incubadora-qriar-abre-candidaturas-para-projetos-da-industria-cultural-e-criativa/>.

Tecnoalimentar (2015). Barra energética do Algarve ainda não está no mercado, mas já ganha prémios, Tecnoalimentar. Revista da indústria alimentar. Nº3, pp. 19-20. <https://pt.calameo.com/read/006243536b0b656c651af>.

Torre, A. & Traversac, J. (2011). Territorial governance. Local development. Rural Areas and agrofood systems. A Springer Company. ISBN 978-3-7908-2421-6.7. <http://www.andre-torre.com/pdf/PDFpub241N1.pdf>

Outros documentos analisados:

Relatório de estágio profissional do Estagiário 1. Julho de 2012. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Documento não publicado.

Relatório de estágio profissional do Estagiário 2. Julho de 2012. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Documento não publicado

Relatório de estágio profissional do Estagiário 3. Julho de 2012. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Documento não publicado.

Relatório de estágio profissional do Estagiário 4. Julho de 2012. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Documento não publicado.

Relatório de estágio profissional do Estagiário 5. Julho de 2012. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Documento não publicado.

Relatório de estágio profissional do Estagiário 6. Julho de 2012. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Documento não publicado.

Relatório de estágio profissional do Estagiário 7. Julho de 2012. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Documento não publicado.

Relatório de estágio profissional do Estagiário 8. Julho de 2012. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Documento não publicado.



Fotografia dos trabalhos Agrícolas no Projeto Querença (Fonte: Projeto Querença)

Anexos



Anexo 1

Programa da semana de campo do MGSER em Alcoutim (Fonte: C. M. Alcoutim)



É nosso É em Alcoutim

Mestrado em Gestão Sustentável de Espaços Rurais

PROGRAMA – SEMANA DE CAMPO **3-7 ABRIL 2017**

| | |
|--|--|
| <p>3 ABRIL</p> <p>11:00 SESSÃO DE ABERTURA sessão pública Oswaldo Gonçalves Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim</p> <p>Carla Rolo Antunes Diretora do Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais, Universidade do Algarve</p> <p>Maria de Lurdes Cristiano Diretora da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Algarve</p> <p>Francisco Serra Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve</p> <p>António Branco Reitor da Universidade do Algarve</p> <p>Maria Fernanda Rollo Secretária de Estado da Ciência, Investigação e Ensino Superior</p> <p>14:00 SEMINÁRIOS sessão pública</p> <p>João Guerreiro Moderador Universidade do Algarve</p> <p>14:00 PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL: VALORIZAÇÃO DO INTERIOR DE BAIXAS DENSIDADES</p> <p>Helena Oliveira Freitas Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, Universidade de Coimbra</p> <p>15:00 O EFEITO DAS POLÍTICAS NA GESTÃO DE ÁREAS AGRÍCOLAS DE ELEVADO VALOR NATURAL</p> <p>Paulo Flores Ribeiro Centro de Estudos Florestais - Instituto Superior de Agronomia</p> <p>16:00 DEBATE E ENCERRAMENTO</p> <p>17:30 TRABALHO PRÁTICO: ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</p> <p>Carla Rolo Antunes Universidade do Algarve</p> <p>4 ABRIL</p> <p>9:30 - 17:30 VISITAS DE CAMPO</p> <p>António Covas Universidade do Algarve</p> | <p>5 ABRIL</p> <p>10:00 SEMINÁRIO "APOIOS E INCENTIVOS NA REGIÃO DO BAIXO GUADIANA" sessão pública</p> <p>Maria de Belém C. Freitas Moderador Universidade do Algarve</p> <p>António Covas Universidade do Algarve</p> <p>Ricardo Bernardino Associação Terras do Baixo Guadiana</p> <p>Fernando Severino Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Algarve</p> <p>14:30 TRABALHO PRÁTICO: ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</p> <p>Carla Rolo Antunes Universidade do Algarve</p> <hr/> <p>6 ABRIL</p> <p>9:30 - 17:30 VISITAS DE CAMPO</p> <p>António Covas Universidade do Algarve</p> <p>18:00 TRABALHO PRÁTICO: ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</p> <p>Carla Rolo Antunes Universidade do Algarve</p> <hr/> <p>7 ABRIL</p> <p>9:30 VISTAS DE CAMPO/SEMINÁRIO</p> <p>António Covas Universidade do Algarve</p> <p>14:30 APRESENTAÇÃO DO LIVRO "PORTUGAL: PAISAGEM RURAL" sessão pública</p> <p>Henrique Pereira dos Santos</p> <p>16:30 ENCERRAMENTO DA SEMANA DE CAMPO</p> <p>Carla Rolo Antunes, Maria de Belém C. Freitas e António Covas Universidade do Algarve</p> |
|--|--|



Anexo 2

Guião de entrevistas realizadas aos estagiários do Projeto Querença

Nome:

| |
|--|
| 1- Quais eram os seus objetivos para se ter candidatado a integrar o Projeto? 2- Que dificuldades foram identificadas durante a execução do programa? 3- Considera que a orientação recebida durante a implementação do Projeto foi suficiente? 4- Qual foi a importância do apoio financeiro/material para a sua adesão ao Projeto? 5- Qual foi a importância do Projeto Querença no seu percurso pessoal e profissional? |
| 6- Como considera os objetivos propostos da iniciativa de 1-5? a) Maus b) Insuficientes c) Suficientes d) Bons e) Excelentes |
| 7- Como considera a planificação na iniciativa de 1-5? a) Má b) Insuficiente c) Suficiente d) Boa e) Excelente |
| 8- Como considera a duração temporal da iniciativa de 1-5? a) Má b) Insuficiente c) Suficiente d) Boa e) Excelente |
| 9- Qual seria a duração recomendada para a iniciativa? |
| 10- Como considera a implementação prática da iniciativa de 1-5? a) Má b) Insuficiente c) Suficiente d) Boa e) Excelente |
| 11- Como considera o resultado na iniciativa de 1-5? a) Mau b) Insuficiente c) Suficiente e) Excelente |

Anexo 3

Guião de entrevistas realizadas aos alunos do MGSER

Nome:

| |
|--|
| 1- Quais eram os seus objetivos para se ter candidatado a este mestrado? |
| 2- Que dificuldades sentiu durante a parte escolar do mestrado? |
| 3- Qual foi a importância do apoio financeiro para a realização da dissertação? |
| 4- Qual foi a importância do apoio financeiro/material para a sua adesão ao projeto? |
| 5- Como considera os objetivos propostos da iniciativa de 1-5? |
| a) Maus b) Insuficientes c) Suficientes d) Bons e) Excelentes |
| 6- Como considera o apoio logístico para a execução da iniciativa de 1-5? |
| a) Má b) Insuficiente c) Suficiente d) Boa e) Excelente |
| 7- Como considera o apoio financeiro para a execução da iniciativa de 1-5? |
| a) Má b) Insuficiente c) Suficiente d) Boa e) Excelente |
| 8- Como considera a implementação prática da iniciativa de 1-5? |
| a) Má b) Insuficiente c) Suficiente d) Boa e) Excelente |
| 9- Como considera o resultado na iniciativa de 1-5? |
| a) Mau b) Insuficiente c) Suficiente e) Excelente |

